



Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão



Relatório de Atividades - 2017

Prestação de Contas Anual do Governador

ANEXO IV



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

Autoridades:

**GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
Rodrigo Rollemberg**

**VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
Renato Santana**

**SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Leany Barreiro de Sousa Lemos**

**SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Renato Jorge Brown Ribeiro**

**SUBSECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO
Joseilda Mendes de Mello**

SUMÁRIO

Autoridades:.....	3
Equipe Técnica:.....	4
APRESENTAÇÃO.....	10
NOTA EXPLICATIVA.....	12
CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 01.101.....	13
FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - FASCAL – UO: 01.901	20
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – UO: 02.101.....	23
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL – UO: 09.101.....	27
ARQUIVO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 09.102.....	54
AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - AGEFIS – UO: 09.201.....	68
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA - FAPDF – UO: 09.202.....	93
VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 10.101.....	107
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL – UO: 12.101.....	110
FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL - PRÓ-JURÍDICO – UO: 12.901.....	113
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL – UO: 14.101	117
CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - CEASA – UO: 14.202.....	144
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DF - EMATER-DF – UO: 14.203.....	150
FUNDO DE AVAL DO DISTRITO FEDERAL - FADF – UO: 14.901.....	184
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - FDR – UO: 14.902.....	188
FUNDO DISTRITAL DE SANIDADE ANIMAL DO DISTRITO FEDERAL - FDS – UO: 14.903.....	201
SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICACAO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 15.101.....	204
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 16.101.....	207
FUNDO DE APOIO À CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - FAC – UO: 16.903.....	246
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 18.101.....	255
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA DO DISTRITO FEDERAL - FUNAB – UO: 18.202.....	319
FUNDO DE APOIO AO PROGRAMA PERMANENTE DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS DO DISTRITO FEDERAL – FUNALFA – UO: 18.902.....	325
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - FUNDEB – UO: 18.903.....	326
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 19.101.....	370
BANCO DE BRASILIA S/A - BRB – UO: 19.202.....	453
BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A – UO: 19.204.....	487

BRB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A – UO: 19.205	491
CARTÃO BRB S/A – UO: 19.206	494
BRB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S/A – UO: 19.207.....	499
BRB SERVIÇOS S/A - UO - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - UO: 19.208.....	502
BSB PARTICIPAÇÕES S/A – UO: 19.209.....	509
DF - GESTÃO DE ATIVOS S.A. – UO: 19.210	511
FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - FUNDAF – UO: 19.902.....	513
FUNDO DA RECEITA TRIBUTÁRIA DO DF - PRÓ-RECEITA – UO: 19.911.....	517
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA, DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – UO: 20.101.....	520
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP – UO: 20.201.....	539
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA - FAPDF – UO: 20.202	573
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL - FUNDEFE – UO: 20.902	587
FUNDO GARANTIDOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO DISTRITO FEDERAL – UO: 20.903.....	591
FUNDO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 20.905	593
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – UO: 21.101.....	593
JARDIM BOTANICO DE BRASILIA – UO: 21.106	623
AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 21.206...	645
FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASILIA – UO: 21.207	665
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – UO: 21.208	692
FUNDO ÚNICO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL - FUNAM – UO: 21.901.....	757
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS - 22.101.....	763
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP – UO: 22.201.....	861
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB – UO: 22.202.....	892
COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASILIA - CEB – UO: 22.204.....	905
CEB LAJEADO S/A – UO: 22.209.....	911
COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS - CEBGAS – UO: 22.210.....	915
CEB DISTRIBUIÇÃO S/A – UO: 22.211	919
CEB GERAÇÃO S/A – UO: 22.212	932
CEB PARTICIPAÇÕES S/A – UO: 22.213.....	935
SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA - SLU – UO: 22.214	939
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – UO: 23.101.....	978
FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 23.202	1108
FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS – UO: 23.203	1127



APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, como Órgão Central de Planejamento do Governo do Distrito Federal, é responsável pela elaboração do Relatório de Atividades do Governo do Distrito Federal que integra a Prestação de Contas Anual do Governador.

O Relatório de Atividades tem por objetivo demonstrar as realizações efetivadas pelo Governo, no exercício de 2017, conforme estabelecem o inciso XVII, do art. 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o inciso V do art. 1º da Instrução Normativa nº 01/2016 – TCDF, editada em observância ao disposto nos arts. 186 e 222 da Resolução nº 286/2016-RI/TCDF e o artigo 90, do Decreto nº 32.598/2010, de 15/12/2010 - Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

Para apresentação dos resultados alcançados em cada área de atuação do governo, o Relatório de Atividades foi elaborado em conjunto com os Órgãos e Entidades do Complexo Administrativo do GDF e estruturado pela SEPLAG por meio da Subsecretaria de Planejamento – SUPLAN. Nesse sentido buscando manter coerência, compatibilidade e uniformidade das informações do Relatório Consolidado do Governo, a SUPLAN/SEPLAG adotou os seguintes procedimentos:

- I) Desenvolvimento do Sistema RAT - Prestação de Contas Anual do Governador que consiste na versão sistematizada do Relatório de Atividades via Web;
- II) Realização de reunião técnica com as Unidades Orçamentárias na qual foram apresentadas instruções para a elaboração do Relatório de Atividades de acordo com a metodologia adotada e utilizando o novo Sistema;
- III) Elaboração das Instruções para a Prestação de Contas Anual do Governador contendo inclusive orientações para elaboração do Relatório em pauta, as quais foram disponibilizadas no site da SEPLAG: <http://www.seplag.df.gov.br>. Nas instruções enfatizou-se que ao final de cada Programa a Unidade deveria apresentar texto descritivo das realizações finalísticas referentes à sua área de atuação, considerando o proposto nos Objetivos Específicos dos Programas Temáticos do PPA 2016-2019, os resultados alcançados e, ainda, o público-alvo beneficiado.

Destaque-se que a SEPLAG vem desenvolvendo estudos e implementando novas soluções em tecnologia para a sistematização e o aprimoramento contínuo dos instrumentos de planejamento, o que vem sendo possível a partir da assinatura da Portaria Conjunta SEF/SEPLAG Nº 06, de 15 de setembro de 2016, que estabelece o procedimento de cooperação técnica destinado a permitir a inclusão de ações de interesse da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como define as rotinas para a sua respectiva operacionalização, entre os componentes elegíveis constantes do Programa de Desenvolvimento Fazendário no âmbito do



Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PRODEFAZ/PROFISCO-DF).

Assim, os recursos destinados à SUPLAN/SEPLAG possibilitaram o desenvolvimento do Sistema RAT com a participação efetiva de técnicos da SUPLAN/SEPLAG, quanto à definição das regras de negócios, a fim de possibilitar à equipe da SUTIC/SEF a elaboração do referido Sistema que trata da versão sistematizada do Relatório de Atividades em meio Web, o qual iniciou sua operacionalização em dezembro de 2017.

Cabe esclarecer que o Relatório de Atividades até o exercício de 2016 era elaborado em editor de textos word e planilhas de excell, o que demandava muito tempo da equipe técnica para estruturação, análise, padronização e consolidação.

Este Relatório no Sistema RAT, terá a mesma finalidade do Relatório de Atividades anterior, ou seja, demonstrar as realizações do Governo do Distrito Federal e os resultados alcançados em cada área de atuação no exercício. A estrutura do Relatório no Sistema RAT em relação ao anterior foi mantida e compõe-se de: Síntese das Competências; Força de Trabalho; Realizações por Programa; Informações Complementares; Diagnóstico da Unidade (análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para 2018).

Conforme a metodologia adotada para a elaboração do Relatório, desde a versão anterior, a informação quanto aos resultados alcançados deve ser acompanhada do diagnóstico da Unidade, visando contextualizar a análise de suas realizações à luz das dificuldades encontradas ou os fatores favoráveis ao seu desempenho e ainda as perspectivas para 2018.

Visando aprimorar o processo de planejamento, a SUPLAN buscou conscientizar os gestores quanto à importância do Relatório de Atividades para sua Pasta, visto que este se configura em uma oportunidade de demonstrar o seu desempenho frente à Unidade; de apresentar o compromisso com a oferta de bens e serviços à população e, ainda, promover a transparência da gestão dos recursos públicos.

Ressalta-se que este Relatório por apresentar de forma detalhada as realizações de todas as áreas do Governo constitui-se com os demais documentos que integram a Prestação de Contas Anual do Governador um importante instrumento de transparência da atuação governamental na gestão dos recursos públicos no âmbito do Distrito Federal.

- 2017 -

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, que dispôs sobre a reestruturação Administrativa do Distrito Federal, criou, entre outros órgãos, a Secretaria de Viação e Obras. Ao longo dos anos, esta Secretaria recebeu várias outras denominações, tais como Secretaria de Obras e Secretaria de Infraestrutura e Obras, mas sempre com foco no comando das obras públicas da área de infraestrutura do DF. A partir do Decreto nº 36.236/2015, a então Secretaria de Estado de Obras passou a ser denominada Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal.

Em relação a estrutura administrativa decorrente do Decreto de criação da atual SINESP observa-se alterações nas unidades orgânicas por meio do Decreto nº 36.989 de 17/12/2015, publicado no DODF nº 242, de 18/12/2015 e do Decreto nº 37.776, de 16/11/2016, publicado no DODF, nº 216, de 17/11/2016. A composição vigente da SINESP contempla as seguintes unidades: as Subsecretarias de Administração Geral (SUAG); de Projetos, Orçamento e Planejamento de Obras (SUPOP); de Acompanhamento e Fiscalização (SUAF); de Gerenciamento de Recursos Externos (SUGRE); de Acompanhamento Orçamentário de Obras (SUAO); de Gestão de Ativos Tecnológicos (SUGAT) e de Acompanhamento Ambiental e Políticas de Saneamento (SUAPS).

Os Órgãos da Administração Indireta do DF vinculados à Pasta são: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap); Companhia Energética de Brasília (CEB); Companhia de Saneamento Ambiental de Brasília (CAESB); e, Serviço de Limpeza Urbana (SLU).

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	23	12	7	6	48
Comissionados sem vínculo efetivo	54	0	39	0	93
Requisitados de órgãos do GDF	17	0	12	0	29
Requisitados de órgãos fora do GDF	2	0	0	0	2
Estagiários	0	8	0	7	15
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	7	0	0	7
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	96	27	58	13	194
(-) Cedidos para outros órgãos	0	8	0	5	13
Total Geral	96	19	58	8	181

A partir dos dados apresentados verifica-se que esta SINESP possui Quadro de Pessoal Efetivo bastante reduzido, sobretudo para atuar em sua Atividade Fim que conta com apenas 13 (treze) servidores dos quais 05 (cinco) encontram-se cedidos para outros Órgãos, deixando esta Secretaria dependente de sua estrutura administrativa, por meio dos cargos comissionados, para suprir parte de sua necessidade. Essa constatação também tem sido apontada em auditorias realizadas pelo Controle Interno e pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF.

Como em anos anteriores, em 2017 houve iniciativas para sanar o déficit de servidores efetivos, sendo encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG, em 04/04/2017, o Ofício nº 349/2017 – GAB/SEPLAG, em que se apresentou pleito de realização de Concurso Público para provimento de cargos efetivos, com o objetivo de recompor o Quadro Permanente de Servidores, desta Pasta. Conforme os termos do Ofício SEI-GDF nº 509/2017, de 17/05/2017, a proposta em questão não foi acatada pela SEPLAG, devido ao cenário de restrição que impõe a necessidade de racionalização e controle das despesas públicas. Optou-se então por nova alternativa, qual seja o chamamento de servidores efetivos para redistribuição ou disposição, com fundamento no Inciso I, do § 1º, do Art. 43, da Lei Complementar nº 840/2011, por meio do Chamamento Público nº 01/2017, publicado no DODF nº 117, de 21/06/2017, que, apesar de sua prorrogação, publicada no DODF 129 de 07/07/2017, resultou na manifestação de interesse de apenas um servidor.

Sobre a Estrutura Administrativa, salienta-se que esta foi impactada pelos procedimentos emergenciais que visavam reestabelecer o equilíbrio orçamentário e financeiro do Poder Executivo do Distrito Federal, notadamente disposto no artigo 2º, do Decreto nº 36.757 de 16 de Setembro de 2015, que determinou redução de 20% dos Cargos Comissionados:

Art. 2º no prazo improrrogável de 10 dias corridos, os órgãos e as entidades da administração direta e indireta do Distrito Federal deverão encaminhar à Secretaria de Gestão Administrativa e Desburocratização (SEGAD) as respectivas propostas para garantir a redução de suas despesas com cargos em comissão e funções de confiança em, no mínimo, 20%, conforme disposto no art. 169 da Constituição Federal.

Mesmo após a diminuição obrigatória do número de cargos comissionados, a SINESP ainda enfrenta dificuldades para ocupar a totalidade dos cargos que integram sua estrutura. A exemplo de tal situação destaca-se que a necessidade de se nomear servidor, com qualificação profissional em engenharia elétrica, ainda não foi suprida, apesar de haver cargo disponível que possibilitaria a nomeação de servidor na área fim.

Diante dos fatos esta Secretaria continuará envidando esforços no sentido de se realizar concurso público para composição da força de trabalho a fim de se reestabelecer o Quadro de Servidores Permanentes.

PANORAMA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a partir da promulgação da Lei Orçamentária Anual - LOA, Exercício de 2017, Lei nº 5.796, de 29/12/2016, obteve valor fixado de R\$ 1.101.027.864,00, relativo às despesas a serem executadas, que acrescido das movimentações orçamentárias ao longo do ano alcançou o montante de R\$ 1.103.141.218,72, a título de Despesa Autorizada.

Importante destacar que as perspectivas decorrentes da LOA 2017, então instituída, respaldavam-se nos Grupos de Despesas e Fontes de Recursos especificados na tabela abaixo, em conjunto com os seus respectivos desempenhos:

Grupo de despesa	Categoria	Fonte de recurso	Descrição da fonte	Dotação inicial	Despesa autorizada	Total empenhado	Empenho liquidado	Empenho liquidado/ Despesa autorizada (%)	Empenho liquidado/ Total empenhado (%)
Pessoal e encargos sociais	1	100	Ordinário não vinculado	19.140.161,00	20.401.595,00	20.265.109,56	20.029.339,43	98,18%	98,84%
Outras despesa correntes	3	100	Ordinário não vinculado	27.376.717,00	2.420.729,27	2.397.315,19	2.359.711,10	97,48%	98,43%
Outras despesas correntes	3	121	Aplicações financeiras vinculadas (convênios)	0,00	20.000,00	12.577,40	12.577,40	62,89%	100,00%
Outras despesas correntes	3	134	Contribuição para iluminação pública	169.199.814,00	187.625.113,00	186.430.994,66	168.600.927,82	89,86%	90,44%
Outras despesas correntes	3	135	Operações de crédito Internas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00%	-
Outras despesas correntes	3	136	Operações de crédito externas	10.483.350,00	10.483.350,00	0,00	0,00	0,00%	-
Investimentos	4	100	Ordinário não vinculado	44.320.953,00	4.125.693,43	3.208.857,11	1.924.150,84	46,63%	59,96%
Investimentos	4	107	Alienação de imóveis (Lei Nº 81/89)	0,00	6.783.143,00	1.030.750,94	0,00	0,00%	0,00%
Investimentos	4	132	Convênios outros órgãos (não integrantes do GDF)	4.570.064,00	14.307.845,00	709.972,50	259.972,50	1,82%	36,62%
Investimentos	4	134	Contribuição para iluminação pública	47.435.833,00	69.673.525,02	56.810.092,63	45.257.534,83	64,96%	79,66%
Investimentos	4	135	Operações de crédito internas	762.578.000,00	754.496.522,00	120.383.894,89	114.471.783,68	15,17%	95,09%
Investimentos	4	136	Operações de crédito externas	15.912.972,00	15.912.972,00	0,00	0,00	0,00%	-
Investimentos	4	300	Ordinário não vinculado	0,00	60,00	0,00	0,00	0,00%	-
Investimentos	4	321	Aplicações financeiras vinculadas (convênios)	0,00	331.230,00	0,00	0,00	0,00%	-
Investimentos	4	332	Convênios outros órgãos - exercícios anteriores	0,00	9.359.473,00	1.363.668,06	1.213.668,06	12,97%	89,00%
Investimentos	4	335	Operações de crédito internas	0,00	5.884.936,00	5.070.426,11	4.867.043,22	82,70%	95,99%
Investimentos	4	390	Contrapartida de convênio - Tesouro	0,00	1.305.032,00	1.294.295,20	1.246.038,07	95,48%	96,27%
TOTAL				1.101.027.864,00	103.141.218,72	398.977.954,25	360.242.746,95	32,65%	90%

Observa-se que 72% da dotação inicial do Orçamento desta Secretaria, era vinculada a fontes de recursos relativas aos instrumentos firmados entre o Distrito Federal, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil (Fontes 132 e 135) e contemplavam, também, a previsão de celebração de operação de crédito junto a organismo internacional, (Fonte 136). No que se refere aos recursos próprios provenientes da arrecadação do Distrito Federal, estes representavam aproximadamente 28%, do total da dotação inicial, (Fontes 100 e 134).

Vale ressaltar a destinação da dotação inicial da Fonte de Recursos 100 - Ordinário não vinculado, cuja previsão de R\$ 90.837.831,00 não se configurou em despesa autorizada para os gastos correntes (Grupo 3) e para os investimentos (Grupo 4), no mesmo montante fixado para a programação dessas despesas. Assim, do total de R\$ 71.697.670,00 constante das dotações iniciais para estas categorias, obteve-se apenas R\$ 6.546.422,70, equivalentes a menos de 10%, mantidos consignados para execução.

A situação acima exposta decorreu das perdas orçamentárias sofridas no montante de R\$ 44.533.146,00, conforme detalhado em quadro abaixo e demais contingenciamentos impostos durante o exercício, não obstante o Decreto nº 37.979, de 26/01/2017, relativo à programação orçamentária e financeira, para o exercício de 2017, ter disposto contingenciamento para os

Grupos 3 e 4, de R\$ 7.973.015,00 (Grupo 3) e R\$ 4.953.399,00 (Grupo 4), que totalizaria R\$ 12.926.414,00.

Créditos remanejados para atendimento de déficits de outras unidades governamentais				
Fonte de recursos 100				
Perdas	Mês	Instrumento/Cancelamento	Valor Remanejado	Destinação dos Recursos
CANCELAMENTOS EFETIVADOS PELA SEPLAG	Março	Decreto nº 38.071 de 20/03/2017, DODF nº 55 de 21/03/2017.	11.800.000,00	Atender déficit orçamentário da Novacap, referente à Manutenção de Vias Públicas em diversos locais do Distrito Federal, conforme deliberação da Ata 16ª da GOVERNANÇA-DF.
		Decreto nº 38.083 de 22/03/2017, DODF nº 57 de 23/03/2017.	103.000,00	Atender déficit da Secretaria de Estado de Fazenda, referente a Reprogramação Orçamentária: Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação; e Ressarcimentos, Indenizações e Restituições.
		Total em março	11.903.000,00	
	Abril	Portaria nº 124 de 04/04/2017 DODF nº 67 de 06/04/2017.	4.859.796,00	Troca de Fonte de Recursos da SINESP (100 para 107) para atender déficit orçamentário da Secretaria de Estado de Fazenda, referente ao pagamento de Dívida Externa, conforme Item 13.1 da Ata da 6ª Reunião da GOVERNANÇA-DF.
		Decreto nº 38.119 de 06/04/2017, DODF nº 68 de 07/04/2017.	2.016.664,00	Atender déficit orçamentário do Serviço de Limpeza Urbana - SLU, referente à Manutenção das Atividades de Limpeza Pública em diversos locais do Distrito Federal, conforme Ata 28ª da GOVERNANÇA-DF.
		Decreto nº 38.137 de 17/04/2017, DODF nº 74 de 18/04/2017.	8.972.718,00	Atender déficit orçamentário Novacap, referente a renovação de Contratos de Manutenção de Vias Públicas em diversos locais do Distrito Federal, conforme Item 1 da Ata da 32ª Reunião da GOVERNANÇA-DF.
		Decreto nº 38.138 de 20/04/2017, DODF Edição Extra nº 18 de 20/04/2017.	9.173.333,00	Atender déficit da Secretaria de Estado de Fazenda, referente a Reprogramação Orçamentária, conforme autorização contida na Ata 29ª da GOVERNANÇA-DF: Manutenção de Serviços Administrativos Gerais; Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação; Ação de Incentivo a Arrecadação e Educação Tributária-PINAT-Programa Nota Legal; Amortização e Encargos da Dívida Pública Relativa ao INSS e PASEP; e Ressarcimentos, Indenizações e Restituições.
		Total em abril	25.022.511,00	
	Maio	Decreto nº 38.163 de 28/04/2017, DODF nº 82 de 02/05/2017.	5.377.587,00	Atender reprogramação da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão. Para execução de acordo com o item 01-Deliberação da Ata da 30ª Reunião da GOVERNANÇA-DF:

			Manutenção de Bens Imóveis do Governo do Distrito Federal - Vigilância.
	Total em maio	5.377.587,00	
Julho	Decreto nº 38.343, de 18/07/2017 - DODF nº 137, de 19/07/2017.	103.000,00	Atender déficit da Adm. Regional do Lago Norte - cancelamento para suplementação do PT 15.451.6210.1110.9907 UO 59120 (Relativo ao Programa denominado Par'ção).
	Total em julho	103.000,00	
Agosto	Decreto nº 38.426, de 22/08/2017 - DODF nº 162, de 23/08/2017.	70.000,00	Atender déficit do DFTRANS - crédito autorizado pelo item 20 da 67ª Reunião da Governança/DF acostada ao processo SEI nº 00098.00053657/2017-85. Objetiva-se aportar recurso em favor da programação do Passe Livre Estudantil - DFTRANS/DF.
	Total em agosto	70.000,00	
Novembro	Portaria nº 544 de 24/10/2017 - DODF nº 211 de 03/11/2017.	881.114,00	Descontingenciamento nos termos da autorização contida item extrapauta 16, da Ata da 84ª Reunião da Governança. Suplementação para amortização de dívida.
		292.233,00	Descontingenciamento nos termos da autorização contida item extrapauta 16, da Ata da 84ª Reunião da Governança. Suplementação para amortização de dívida.
		750.000,00	Descontingenciamento nos termos da autorização contida item extrapauta 16, da Ata da 84ª Reunião da Governança. Suplementação para amortização de dívida.
	Decreto nº 38.654 de 28/11/2017 - DODF nº 228 de 29/11/2017.	133.701,00	Cancelamento para atender folha de pessoal de novembro da Sefaz.
	Total em novembro	2.057.048,00	
TOTAL GERAL		44.533.146,00	

No tocante às transferências de créditos orçamentários relativas a fonte 100, esta Secretaria celebrou Portarias Conjuntas de descentralização com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, no valor total de R\$ 1.906.041,19, destinadas em sua maioria para dar continuidade a contratações pendentes de recursos.

Quanto às Emendas Parlamentares Distritais, também lastreadas pela Fonte de Recursos 100, como nos anos anteriores, em que pese o caráter de impositividade, a utilização desses recursos ficou condicionada à comunicação formal, pelo autor à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - Seplag, conforme Artigo 31, § 6º da Lei nº 5.695, de 03/08/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2017. Inicialmente foi consignado o montante de R\$ 6.414.000,00, dos quais R\$ 4.201.784,00 foram remanejados pelos seus autores, para outras finalidades governamentais, restando cancelados do Orçamento desta Sinesp. Em relação ao saldo remanescente de R\$ 2.212.216,00, houve efetivo desbloqueio pela Seplag de apenas R\$ 1.349.360,00 para utilização pela Pasta, sendo:

. R\$ 999.360,00 – destinados à execução de obras de implantação de iluminação pública nas Regiões Administrativas de Planaltina, Sobradinho e Cidade Estrutural, com endereçamentos específicos e elencados pelo autor da emenda para atendimento, o que requereu encaminhamento à Companhia Energética de Brasília – CEB, para análise e elaboração de

estimativas de custos, dos quais R\$ 998.960,69, foram empenhados à conta do Convênio nº 001/2017-Sinesp/CEB e do Contrato nº 003/2017-Sinesp/CEB, dada a pertinência das intervenções solicitadas aos objetos pactuados nesses instrumentos. Salienta-se que parte da demanda proposta pelo parlamentar não pode ser contemplada, devido ao custo estimado pela CEB ter superado o valor disponibilizado, proveniente dos recursos da emenda.

. R\$ 200.000,00 – destinados à execução de intervenção relativa à Ampliação da Rede de Iluminação Pública do SAAN – Distrito Federal, todavia, com aplicação definida pelo autor em 01/12/2017, a ser operada mediante descentralização de créditos da Sinesp à Administração Regional de Brasília. A proposta de minuta do ato conjunto foi apresentada por esta Sinesp à referida Administração Regional, porém, não houve a celebração do ato, face aos requisitos necessários para a utilização desses recursos ainda no exercício de 2017, por conseguinte, os créditos restaram não empenhados.

Ainda acerca de créditos provenientes de emendas parlamentares, houve a transferência do valor de R\$ 150.000,00 a esta Sinesp pela Novacap, mediante Portaria Conjunta de descentralização de créditos orçamentários, com destinação exclusiva para a implantação de iluminação pública na QNL 09/11 de Taguatinga/DF, mas que, também não restou empenhada, devido ao custo estimado da intervenção exceder o valor previsto da emenda. Contudo, a execução da obra foi programada para ser realizada à conta de recursos institucionais.

No que concerne à Fonte de Recursos 134 – Contribuição para Iluminação Pública – CIP, verificou-se uma realização de aproximadamente 90% dos créditos orçamentários consignados no Grupo de Despesas 3 – Outras Despesas Correntes, que se destinou aos contratos de prestação de serviços executados de forma contínua, sob gestão desta Secretaria, desde meados de 2015, correspondentes à consultoria, engenharia, de manutenção, operação, manutenção preventiva e corretiva, bem como gerenciamento do parque de iluminação pública do DF e fornecimento de energia elétrica.

Para o Grupo de Despesas 4 – Investimentos alocado na Fonte 134 que ora se descorre, destaca-se a formalização de novo contrato e de convênio entre esta Secretaria e a Companhia Energética de Brasília – CEB, que visa proporcionar a execução de obras de implantação, expansão e melhoria do Sistema de Iluminação Pública do Distrito Federal, consoante os critérios estabelecidos na Decisão nº 2550/2017 do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Cabe salientar que a Decisão, retro mencionada, o Parecer nº 804/2017-PRCON/PGDF, de 03/10/2017, e o Acordo entre o GDF e a CEB, intermediado pela Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF possibilitaram a esta Secretaria efetivar liquidação mediante reconhecimento de dívidas, decorrentes de contratações firmadas entre a então Secretaria de Estado de Obras e a CEB. A dívida reconhecida totalizou o expressivo montante de R\$ R\$ 49.587.623,89, consistindo de passivos constituídos em gestões anteriores, conforme a seguir especificados:

- R\$ 36.781.744,04 - Contrato nº 040/2008 – Passivos de competência da Gestão de 2008 a 2010;

- R\$ 6.698.402,64 - Contrato nº 027/2012 – Passivos de competência da Gestão de 2012 a 2014;

- R\$ 5.868.831,47- Contrato nº 037/2012 – Passivos de competência da Gestão de 2012 a 2014;

- R\$ 38.645,74 - Contrato nº 037/2012 – Passivo de competência da Gestão de 2015;

Efetivou-se também, nessa fonte 134, descentralização de créditos orçamentários no valor de R\$ 1.628.877,98, para a Administração Regional de Vicente Pires, com a finalidade de custear despesas relativas as obras de melhoria de iluminação pública na Região Administrativa de Vicente Pires.

Em relação às Fontes Externas, cabe salientar que a alocação de créditos orçamentários, vinculados a essas fontes é estimada no Orçamento da Pasta, a partir de instrução de Setor específico desta Secretaria, que procede avaliação da situação dos contratos referentes a recursos provenientes de convênios, termos de compromisso, contratos de repasse e operações

de crédito, junto aos organismos financiadores. Porém sua efetiva realização está sujeita a ocorrências verificadas nas fases de: elaboração de projetos de engenharia, planilhas de custos, obtenção de licenciamentos por parte de Institutos pertinentes, aprovações e autorizações dos Órgãos concedentes para lançamento e desenvolvimento de certames e sobretudo, às ocorrências durante a execução das intervenções.

Ressalta-se, também, que a realização das fontes de recursos externas transcorre de acordo com a situação de cada intervenção a ser custeada, acompanhada, monitorada e instruída pelos gestores responsáveis e designados para tal fim, após o cumprimento de etapas técnicas e legais pertinentes e diante de requisitos estabelecidos pelos organismos contratados, ou cedentes, nos respectivos instrumentos pactuados e por ocasião da análise de medições submetidas a tais entes.

Para essas fontes de recursos foi fixado em Lei o valor de R\$ 793.554.386,00 (custeio e investimento) que somado aos superávits consignados e as movimentações resultou em R\$ 810.455.098,00. Desse total autorizado, o montante de R\$ 754.496.522,00 correspondia à Fonte de Recursos 135 – Operações de Crédito Internas, que ao longo do exercício obteve valor empenhado de aproximadamente R\$ 293 milhões, ajustado posteriormente ao montante de R\$ 127.527.961,56, tendo em vista as diretrizes do Decreto nº 38.583, de 27/10/2017, que dispôs sobre os prazos e procedimentos para encerramento do exercício financeiro de 2017, sendo liquidado o valor de R\$ 120.812.467,46, correspondente ao percentual de 15% de realização.

O valor obtido para liquidações na fonte 135 foi oriundo de desembolsos das operações de crédito com o Banco do Brasil (R\$ 69.151.949,50) e a Caixa Econômica Federal (R\$ 47.720.127,52), e custearam etapas de obras executadas e seus respectivos reajustamentos, decorrentes das contratações relativas à implantação de infraestrutura nos Setores Habitacionais Sol Nascente, Vicente Pires, Buritizinho, Porto Rico e Bernardo Sayão. Ademais, o superávit consignado, proveniente dessa fonte, ou seja, 335, equivalente a R\$ 5.884.936,00 permitiu a complementação de recursos a contratos e a liquidação de despesas de exercícios anteriores, tendo alcançado o percentual de realização de aproximadamente 83%.

Ainda sobre a fonte 135 foi necessária a descentralização de recursos no valor de R\$ 35.655.655,00, à Companhia do Desenvolvimento Habitacional de Brasília – Codhab, Órgão responsável pela Construção de Unidades Habitacionais no Setor Habitacional Sol Nascente, em Ceilândia.

Por fim, ao se aferir o comportamento orçamentário desta Secretaria, observa-se que o ano de 2017 obteve melhor desempenho dentre os exercícios financeiros deste Governo, apesar das dificuldades e restrições impostas e da acentuada inexecução orçamentária, que ainda persiste, com referência às fontes externas, previstas pelos setores competentes em montantes que assegurariam: o desenvolvimento de contratações de grande porte, para as quais se anteviam andamentos normais, como as do Sol Nascente, Vicente Pires, Buritizinho, Porto Rico, Bernardo Sayão, Túnel Rodoviário de Taguatinga, as novas contratações previstas para determinados lotes dos Setores Habitacionais Bernardo Sayão e Vicente Pires e os certames projetados para empreendimentos integrantes do Corredor Oeste e a Construção do Ginásio Poliesportivo do Gama que necessitariam de tais aportes orçamentários.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5098 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REFORÇO INSTITUCIONAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	2.859.733,00	2.620.839,00	0,00	0,00
0003 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REFORÇO INSTITUCIONAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"--DISTRITO FEDERAL	2.859.733,00	2.620.839,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5119 - IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	2.859.733,00	2.620.839,00	0,00	0,00
0003 - IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"--DISTRITO FEDERAL	2.859.733,00	2.620.839,00	0,00	0,00
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	5.719.466,00	5.241.678,00	0,00	0,00

Neste Programa Temático 6203 constavam as Ações de criação da Unidade de Gerenciamento e o Projeto de Fortalecimento Institucional, relativas ao Programa Brasília Sustentável II, previstas a serem custeadas por recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Neste exercício foram realizadas gestões visando a preparação e contratação do citado Programa, o que inclui a edição da Portaria nº 74, de 01/08/2017 que detalhou as atribuições, estrutura e o arcabouço organizacional da Unidade de Gerenciamento do Programa – UGP, conforme determinado no § 5º, do art. 5º do Decreto nº 36.598/2015 que instituiu o Programa no âmbito desta SINESP, o que ainda não gerou impacto específico no Orçamento da Pasta, devido a operação de crédito não ter sido celebrada. De acordo com a Unidade Gestora do Programa a regularização, por parte do GDF quanto ao pagamento de precatórios judiciais, sanada somente em dezembro, acarretou na impossibilidade de se obter o aval da União neste exercício. Maiores detalhes sobre o Programa Brasília Sustentável II constam de tópico específico.

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	437.284,00	200.000,00	0,00	0,00
1040 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES--DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
9498 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-PARQUE URBANO DO SOL NASCENTE- CEILÂNDIA	337.284,00	200.000,00	0,00	0,00
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	500.000,00	720.000,00	657.559,89	657.559,89
0013 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-REFORMA E REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS-DISTRITO FEDERAL	400.000,00	0,00	0,00	0,00
9472 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES--DISTRITO FEDERAL	100.000,00	720.000,00	657.559,89	657.559,89
7112 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES	3.500.000,00	8.504.626,00	0,00	0,00
0001 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES-- GAMA	3.000.000,00	8.504.626,00	0,00	0,00
0002 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES--DISTRITO FEDERAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00
7244 - REFORMA DE ESTÁDIO	45.760,00	0,00	0,00	0,00
6330 - REFORMA DE ESTÁDIO--DISTRITO FEDERAL	45.760,00	0,00	0,00	0,00
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	2.541.278,00	2.665.682,41	0,00	0,00
0009 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES--DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00
4747 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CAMPOS DE FUTEBOL DE GRAMA SINTÉTICA-DISTRITO FEDERAL	261.278,00	865.682,41	0,00	0,00
9526 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-PRÓ-MORADIA CEF-DF	1.930.000,00	1.800.000,00	0,00	0,00
0001 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA NA QNN 23/25 DA CEILÂNDIA-REGIÃO IX - CEILÂNDIA	300.000,00	0,00	0,00	0,00
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	898.422,00	6.682.292,00	0,00	0,00
3879 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-CENTRO DE INICIAÇÃO AO ESPORTE NA AC 115, CONJ. A, LT. 01- SANTA MARIA	449.211,00	3.393.328,00	0,00	0,00
3880 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-CENTRO DE INICIAÇÃO AO ESPORTE NA ÁREA ESPECIAL 02, QUADRA 01, SETOR ADMINISTRATIVO- SOBRADINHO II	449.211,00	3.288.964,00	0,00	0,00
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	10.000,00	465.382,00	465.059,35	465.059,35
0011 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES--DISTRITO FEDERAL	10.000,00	465.382,00	465.059,35	465.059,35
3596 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA	715.303,00	1.543.517,00	220.111,65	220.111,65
8514 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA--DISTRITO FEDERAL	184.037,00	172.331,00	0,00	0,00
8523 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA-PRAÇA NO PÓLO DE MODAS- GUARÁ	178.662,00	356.682,00	0,00	0,00
8531 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA-PISTA DE COOPER NA VILA PLANALTO- PLANO PILOTO .	352.604,00	1.014.504,00	220.111,65	220.111,65
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	8.648.047,00	20.781.499,41	1.342.730,89	1.342.730,89

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6206	Etapa SAG	Estágio	Cidade
Construir pista de Cooper na Vila Planalto, no Plano Piloto de Brasília. (CT 005/2016)	0042	Andamento normal	Plano Piloto
Executar obras de recuperação de campo de futebol de grama sintética do complexo do Alto da Boa Vista, na Fercal. (CT 588/2016 - Novacap).	0053	Concluída	Fercal

A maior parte das ações deste Programa Temático estava vinculada a realização de intervenções previstas a serem custeadas pelas Fontes de Recursos 132 e 135, por recursos

de operações de créditos e contratos de repasses firmados com a União. Os empreendimentos pactuados nos respectivos termos correspondem a: Construção de Campo de Futebol de Grama Sintética na QNM 13 Lote A - Centro de Ensino Médio 03, em Ceilândia; Construção de Quadras de Esportes – Pró-Moradia, no Distrito Federal; Construção de Praças Públicas e Parques - Parque Urbano do Sol Nascente, em Ceilândia; Construção de Centros de Iniciação ao Esporte um em Santa Maria e outro em Sobradinho II; Praça no Polo de Modas no Guará; Implantação de Pista de Cooper, na Vila Planalto, em Brasília e a Construção do Ginásio Poliesportivo do Gama. No exercício de 2017 obteve-se os seguintes andamentos:

- Construção de Campo de Futebol de Grama Sintética na QNM 13 Lote A - Centro de Ensino Médio 03, em Ceilândia - Após a devida autorização pela Caixa Econômica Federal - CAIXA, o certame foi realizado mediante a Tomada de Preços nº 001/2017 – ASCAL/PRES, homologada em 21/09/2017. A contratação foi então efetivada no 6º bimestre, mas o início da intervenção ainda não ocorreu, pois depende de autorização expressa da CAIXA, conforme Cláusula Quarta - Da Autorização para Início do Objeto, do Contrato de Repasse nº 826148/2015/MINISTÉRIO DO ESPORTE/CAIXA.
- Construção de Quadras de Esportes – Pró-Moradia, no Distrito Federal - A SINESP em conjunto com a CAIXA avalia a possibilidade de cancelamento desses componentes que integram financiamento, devido as dificuldades técnicas de aprovação de sua implantação nas condições, originalmente pactuadas, no âmbito do Contrato de Financiamento e Repasse nº 175.749-27/2006 – CAIXA/GDF-PRÓ-MORADIA.
- Construção de Praças Públicas e Parques - Parque Urbano do Sol Nascente, em Ceilândia - Documentação da cláusula suspensiva em análise na CAIXA.
- Construção de Centro de Iniciação ao Esporte na Área Complementar 115, Conjunto A Lote 01, em Santa Maria – DF - Em 2017 foi concedida autorização pela CAIXA para o certame, desenvolvido pela Concorrência Pública nº 008/2017 – ASCAL/PRES, tendo alcançado desfecho, estando em fase de celebração de contrato no final do exercício. Porém diante do disposto na Cláusula Quinta - Da Autorização para Início das Obras/Serviços, do Termo de Compromisso nº 0425.922-40/2014/Ministério do Esporte/CAIXA, há que se aguardar a autorização expressa da CAIXA para o início das obras.
- Construção de Centro de Iniciação ao Esporte na Quadra 01, Área Especial 02, em Sobradinho II – A partir da autorização da CAIXA transcorreu-se o certame, por meio da Concorrência Pública nº 009/2017 – ASCAL/PRES, tendo alcançado desfecho, estando em fase de celebração de contrato no final do exercício, que também deverá aguardar autorização expressa da CAIXA para o início das obras, consoante a Cláusula Quinta - Da Autorização para Início das Obras/Serviços, do Termo de Compromisso nº 0425.938-20/2014/ Ministério do Esporte/CAIXA.
- Praça no Polo de Modas no Guará – Intervenção vinculada ao Contrato de Repasse nº 800.395/2013/ Ministério do Esporte/CAIXA que para sua programação requer aprovação de elementos técnicos junto à CAIXA. Em fase de ajustes de projetos para apresentação à CAIXA.
- Implantação de Pista de Cooper, na Vila Planalto, em Brasília – O empreendimento é vinculado ao Contrato de Repasse nº 806.265/2014 e no exercício de 2017 até o 3º bimestre foi realizada a adequação e aprovação de novo projeto executivo, redimensionando as obras a serem executadas, o que permitiu a retomada dos serviços no 4º bimestre, tendo encerrado o exercício com 94% das obras executadas.
- Construção do Ginásio Poliesportivo do Gama, localizado no Complexo Esportivo - Setor Central do Gama – DF - O certame objeto da Concorrência Pública nº 012/2017 – ASCAL/PRES vinculado ao Contrato de Repasse nº 240.595-56/2007/ME/CAIXA teve o seu Aviso de Licitação publicado em 22/06/2017, porém foi suspenso em 24/07/2017 pelos efeitos da Decisão nº 3370/2017 do TCDF. Em setembro de 2017 a

NOVACAP protocolou junto ao Tribunal documentação afeta às justificativas/adequações para atendimento à decisão proferida. Até o encerramento do exercício não houve ulterior julgamento que possibilitasse o prosseguimento da licitação em tela.

As realizações possibilitadas à conta da Fonte de Recursos 100 neste Programa Temático 6206 restringiram-se aos recursos consignados nas seguintes Ações/Subtítulos:

- 3440.0011- Recuperação de Campo de Futebol de Grama Sintética do Complexo Esportivo do Alto Bela Vista - Fercal, em Sobradinho II – DF, objeto do Contrato nº 588/2016 – ASJUR/PRES, custeado integralmente por meio da transferência de créditos decorrente de Portarias Conjuntas celebradas entre esta SINESP e a NOVACAP, de nº 10 de 16/05/2017 e de nº 11 de 19/05/2017. Esta intervenção restou concluída no 4º bimestre.
- 3902.9472 - Execução da nova pista de caminhada no Parque da Cidade, em Brasília, objeto do Contrato nº 018/2014-SINESP - Houve a quitação de despesas de exercícios anteriores decorrentes das obras em questão, conforme publicações no DODF nº 93, de 17/05/2017.

Construção da Pista de Cooper na Vila Planalto, no Plano Piloto.



6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1302 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS	281.996,00	2.251.921,80	1.759.668,16	1.309.105,12
0799 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS--DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,80	0,00	0,00
5748 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS-FEIRA PERMANENTE DA ESTRUTURAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	231.996,00	2.251.921,00	1.759.668,16	1.309.105,12
3247 - REFORMA DE FEIRAS	325.385,00	124.156,00	0,00	0,00
6715 - REFORMA DE FEIRAS--DISTRITO FEDERAL	325.385,00	124.156,00	0,00	0,00
5011 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO DA RIDE	625.000,00	435.616,00	435.616,00	435.616,00
0001 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO DA RIDE-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DF ENTORNO	625.000,00	435.616,00	435.616,00	435.616,00
3033 - INSTALAÇÃO DA TORRE DE TV DIGITAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00
0001 - INSTALAÇÃO DA TORRE DE TV DIGITAL-- LAGO NORTE	20.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	1.252.381,00	2.811.693,80	2.195.284,16	1.744.721,12

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6207	Cidade	Etapa SAG	Estágio
Construir a Feira Permanente da Estrutural, no Setor Central, Área Especial 04, no SCIA (CT 002/2016).	SCIA	0005	Andamento normal
Complementar recursos para custear parte das despesas referentes à construção de 02 (duas) pontes, nas estradas vicinais: VC 381 sobre o Rio Ponte Alta, e, VC 383 sobre o córrego Maracanã. (CT 577/2016-Novacap).	DF/Entorno	0059	Concluída

As realizações do Programa Temático 6207 se referem à Construção da Feira da Estrutural e a Implantação de Infraestrutura e integração da RIDE, como descrito abaixo:

- Ação 1302/5748 - Construção de Feira Permanente da Estrutural, no Setor Central, Área Especial 04, no SCIA, objeto do Contrato nº 002/2016-Sinesp. Em 2017 foram concluídos os serviços de instalação hidráulica e sanitária e a instalação elétrica e eletrônica. Este empreendimento encerrou o exercício com 95% das obras executadas. Para o exercício de 2018 há previsão de conclusão dos serviços de arquitetura, elementos de urbanismo e a finalização da instalação de prevenção e combate a incêndio.
- Ação 5011/0001 - Construção de 02 (duas) pontes, nas estradas vicinais: VC 381 sobre o Rio Ponte Alta, e, VC 383 sobre o Córrego Maracanã - Referiu-se à transferência de créditos desta Sinesp para a Novacap, para custear parte das despesas do Contrato de nº 577/2016 - ASJUR/PRES, firmado por àquela Companhia. Salienta-se que houve consulta junto à Terracap da exata localidade de parte da intervenção, o que motivou a classificação orçamentária neste subtítulo referente à Implantação de Infraestrutura e Integração da RIDE, tendo em vista a citada Empresa ter concluído se tratar de endereçamento que contempla trecho fora do Distrito Federal. A constatação da Terracap tornou necessária, então, a celebração prévia de Acordo de Cooperação entre o DF, a Novacap e o Município de Santo Antônio do Descoberto/GO para a consecução de objetos comuns. Quanto aos recursos descentralizados à Novacap estes foram utilizados integralmente na finalidade estabelecida no ato de transferência.

Construção de Feira Permanente da Estrutural, no SCIA



6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	250.000,00	20.000,00	12.577,40	12.577,40
0002 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA ÁREA PÚBLICA NO ENTORNO DO TAGUACENTER-REGIÃO III - TAGUATINGA	250.000,00	0,00	0,00	0,00
0018 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA-DISTRITO FEDERAL	0,00	20.000,00	12.577,40	12.577,40
3052 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO - " PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	11.056.219,00	10.577.326,00	0,00	0,00
0006 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO - " PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"-PÔR DO SOL-CEILÂNDIA	11.056.219,00	10.577.326,00	0,00	0,00
3089 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS	100.732,00	100.001,00	0,00	0,00
5190 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS-REVITALIZAÇÃO DO COMPLEXO DE LAZER BALNEÁRIO VEREDINHA- BRAZLÂNDIA	100.732,00	100.001,00	0,00	0,00
3615 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO URBANÍSTICA	23.283.062,00	1.365.974,00	1.365.972,84	1.365.972,84
0010 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO URBANÍSTICA-RECUPERAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO DE ESPORTE E LAZER E DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	23.283.062,00	1.365.974,00	1.365.972,84	1.365.972,84
3059 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - PRÓ-MORADIA	22.811.000,00	37.196.172,00	4.039.629,37	2.400.293,34
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - PRÓ-MORADIA-ARAPOANGA- PLANALTINA	12.000,00	10.001,00	0,00	0,00
0002 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - PRÓ-MORADIA-MESTRE D'ARMAS- PLANALTINA	7.018.000,00	7.016.000,00	0,00	0,00
0003 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - PRÓ-MORADIA-CONDOMÍNIO SOL NASCENTE-CEILÂNDIA	15.781.000,00	30.170.171,00	4.039.629,37	2.400.293,34
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	57.501.013,00	49.259.473,00	5.418.179,61	3.778.843,58

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6208	Cidade	Etapa SAG	Estágio
Construir Unidades Habitacionais Unifamiliares, no Condomínio Sol Nascente, em Ceilândia/DF. (CT 039/2017 - Codhab).			*Concluída

* A conclusão atribuída à Etapa refere-se tão somente à utilização dos recursos orçamentários descentralizados pela Sinesp à Codhab. A Etapa terá continuidade em 2018 naquela Companhia.

Igualmente a outros Programas Temáticos, desta Pasta, a maior parte das ações do Programa estava vinculada a realização de intervenções previstas a serem custeadas pelas Fontes de Recursos 132, 135 e 136, a partir de desembolso de recursos de operações de créditos e contratos de repasses firmados com a União ou com expectativa de ser firmado junto a Organismo Internacional.

Os empreendimentos previstos referiam-se a: Implantação do Projeto de Urbanização - "Programa Brasília Sustentável II"- Pôr do Sol, em Ceilândia; Construção de Unidades Habitacionais do Programa Pró-Moradia, em Arapoanga e Mestre D'armas, em Planaltina, e no Condomínio Sol Nascente, em Ceilândia, além da Revitalização do Complexo de Lazer Balneário Veredinha, em Brazlândia.

No que se refere aos recursos destinados ao Programa Brasília Sustentável II até o encerramento do exercício não foi concretizada a assinatura do contrato de empréstimo que irá financiar, dentre outros componentes, a urbanização a ser implementada no Setor Pôr do Sol. Conforme já mencionado no Programa Temático 6203, a Unidade Gestora do Programa Brasília Sustentável II relata que isso se deveu ao fato da regularização, por parte do GDF quanto ao pagamento de seus precatórios judiciais, ter sido sanada somente em dezembro de 2017.É necessário ressaltar, novamente, que há tópico específico neste Relatório que aborda o Programa Brasília Sustentável II.

Em relação às unidades habitacionais previstas a serem custeadas por recursos do Programa Pró-Moradia, cabe ressaltar que intervenções do tipo em questão são de atribuição precípua da CODHAB, todavia estas fizeram parte do Orçamento da Pasta por integrarem financiamentos sob a gestão da SINESP, que apresentam em seu Quadro de Composição de Investimento - QCI, além de recursos destinados a implantação de urbanização, previsão de recursos para a construção de unidades habitacionais.

Isso posto, quanto as unidades habitacionais nos Setores Arapoanga e Mestre D'armas, em Planaltina, em virtude da situação fundiária dessas localidades, a CODHAB tem constatado dificuldades em identificar áreas disponíveis para planejar as construções, previstas nas

respectivas operações de crédito, tendo, inclusive, manifestado a possibilidade de solicitar à CAIXA a exclusão dessas metas, o que será definido em 2018. E, com relação às unidades habitacionais do Setor Sol Nascente, em Ceilândia, a CODHAB concluiu o certame relativo à Concorrência nº 02/2017 - CODHAB/DF, que culminou na celebração do Contrato nº 039/2017-CODHAB, à conta de créditos descentralizados por esta SINESP àquela Companhia, conforme Portarias Conjuntas nº 07 de 31/03/2017 e nº 12 de 05/06/2017.

Assim, as realizações efetivadas no Programa 6208 seguem abaixo elencadas:

- Ação/Subtítulo 3059/0003 - Construção de Unidades Habitacionais do Programa Pró-Moradia, no Condomínio Sol Nascente, em Ceilândia: Como já mencionado, a CODHAB efetivou a contratação desta intervenção tendo executado 27,89% das obras com os recursos transferidos pela SINESP. Importante ressaltar que a conclusão da etapa com a porcentagem apresentada, é justificada pelo fato de que a continuidade da intervenção transcorrerá, em 2018, por créditos orçamentários a constarem do Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD daquela Companhia.
- Ação/Subtítulo 3615/0010 - Manutenção e Conservação Urbanística - Recuperação de Mobiliário Urbano de Esporte e Lazer e de Cultura, no Distrito Federal: Da mesma forma que no exercício anterior, os créditos consignados na dotação inicial deste subtítulo apresentavam destinação para cobertura orçamentária necessária ao prosseguimento do certame afeto aos propósitos das manutenções previstas neste programa de trabalho, Concorrência nº 002/2016-ASCAL/PRES, suspensa por decisão judicial proferida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, não revertida esta situação até o encerramento do exercício. Não obstante a questão judicial enfrentada, os recursos inicialmente previstos não se mantiveram consignados para programação de demais intervenções. Portanto a despesa que restou autorizada destinou-se à quitação de passivos referentes aos Contratos nºs 035/2013 a 40/2013, 042/2013, 043/2013 e 045/2013, conforme as publicações no DODF nº 167, de 30/08/2017, DODF nº 169, de 01/09/2017, DODF nº 170, de 04/09/2017, DODF nº 203, de 23/10/2017 e DODF nº 231, de 05/12/2017.
- Ação/Subtítulo 1968/0018 - Elaboração de Projetos de Urbanização e Infraestrutura no DF: Destaca-se inicialmente a ausência da dotação no âmbito dos créditos consignados pela LOA-2017, o que requereu gestões desta Pasta junto à SEPLAG para restabelecer o Programa de Trabalho no Orçamento desta Secretaria. Para dar continuidade ao Contrato 017/2014-Sinesp houve necessidade de se utilizar o Programa de Trabalho 15.122.6210.1968.3199 - Elaboração de Projetos - Distrito Federal, da NOVACAP, conforme Portaria Conjunta nº 02, de 23/03/2017, por conseguinte sua execução orçamentária está refletida no Orçamento daquela Companhia e no Orçamento desta Secretaria apenas no QDD no modo Unidade Gestora - UG. Salienta-se que esta Secretaria prestou informações bimestralmente à NOVACAP quanto ao andamento dos projetos em elaboração a partir dos recursos transferidos a esta Sinesp por àquela Companhia. Cabe esclarecer que a citada rubrica foi acrescentada ao Orçamento da SINESP em agosto de 2017, porém, até o final do exercício os valores suplementados oriundos da Fonte 100 não foram disponibilizados.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	11.814.115,00	2.359.042,42	2.004.580,74	1.960.143,11
0058 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EM TODO DISTRITO FEDERAL EM 2017-DISTRITO FEDERAL	1.520.000,00	0,00	0,00	0,00
0059 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO COM ACESSIBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	850.000,00	0,00	0,00	0,00

0147 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	9.264.115,00	2.359.042,42	2.004.580,74	1.960.143,11
1322 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-PROGRAMA PRÓ-MORADIA CEF-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
9633 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ARAPOANGA-PLANALTIMA	10.000,00	0,00	0,00	0,00
9640 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-LAGO SUL SHIS QI - 23 E DF-035- LAGO SUL	160.000,00	0,00	0,00	0,00
1948 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF	35.326.308,00	30.440.783,00	0,00	0,00
0003 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF-REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS COMPLEMENTARES-PLANO PILOTO .	20.375.000,00	0,00	0,00	0,00
0004 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF-REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS COMPLEMENTARES-TAGUATINGA	14.951.308,00	30.440.783,00	0,00	0,00
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	278.018.692,00	298.374.463,00	68.853.562,80	66.627.119,02
0073 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS NO SETOR HABITACIONAL ARNIQUEIRA/BERNARDO SAYÃO-DISTRITO FEDERAL	44.873.000,00	37.901.961,00	253.093,30	253.093,30
0075 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS NO SETOR HABITACIONAL PORTO RICO- SANTA MARIA	16.234.000,00	20.624.775,00	14.916.949,74	14.007.282,12
0076 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS NO SETOR HABITACIONAL BURITIS- SOBRADINHO II	11.881.000,00	19.884.553,00	17.530.528,23	17.356.848,59
0077 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS NO SETOR HABITACIONAL- VICENTE PIRES	205.030.692,00	219.963.174,00	36.152.991,53	35.009.895,01
3058 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA	113.038.496,00	145.754.505,00	53.107.232,54	49.474.258,15
0001 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA-ARAPOANGA- PLANALTIMA	11.679.000,00	11.678.000,00	0,00	0,00
0002 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA-MESTRE D'ARMAS- PLANALTIMA	2.063.000,00	2.000.002,00	0,00	0,00
0003 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA-CONDOMÍNIO SOL NASCENTE- CEILÂNDIA	99.296.496,00	132.076.503,00	53.107.232,54	49.474.258,15
5695 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE À EROÇÃO	478.588,00	8.861,20	0,00	0,00
0001 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE À EROÇÃO--DISTRITO FEDERAL	478.588,00	8.861,20	0,00	0,00
1133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	2.315.859,00	2.143.625,00	1.030.750,94	0,00
2836 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA-READEQUAÇÃO DA REDE DE ALTA TENSÃO NO TAGUAPARQUE- TAGUATINGA	2.265.859,00	2.143.625,00	1.030.750,94	0,00
5134 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA--DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00
8507 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	169.199.814,00	187.625.113,00	186.430.994,66	168.600.927,82
6471 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-REGIÕES ADMINISTRATIVAS-DISTRITO FEDERAL	169.199.814,00	187.625.113,00	186.430.994,66	168.600.927,82
5076 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	35.916.217,00	10.577.323,00	0,00	0,00
0003 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"--DISTRITO FEDERAL	35.916.217,00	10.577.323,00	0,00	0,00
7038 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	10.000,00	0,00	0,00	0,00
6034 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA-MELHORIA E AMPLIAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
7316 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	10.000,00	0,00	0,00	0,00
6035 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO--DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
7462 - COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - PROGRAMA PRÓ-MORADIA CEF	12.000,00	10.002,00	0,00	0,00
0001 - COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - PROGRAMA PRÓ-MORADIA CEF--DISTRITO FEDERAL	12.000,00	10.002,00	0,00	0,00
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.700.000,00	0,00	0,00	0,00
0002 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-MELHORIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM CEILÂNDIA-REGIÃO IX - CEILÂNDIA	500.000,00	0,00	0,00	0,00
0023 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO DF-DISTRITO FEDERAL	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	647.840.089,00	677.293.717,62	311.427.121,68	286.662.448,10

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6210	Cidade	Etapa SAG	Estágio
Remanejar rede de águas pluviais existente no SEPN Quadra 503/504 - Conjunto "A" - Lote 5 - Plano Piloto de Brasília. (CT 559/2016 - Novacap).	Plano Piloto	0007	Andamento Normal
Deslocar a rede de águas pluviais na QNM 30, Área Especial B, em Ceilândia.(CT 025/2016).	Ceilândia	0008	Concluída
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Bernardo Sayão - Trecho da Col. Agrícola Águas Claras, Chácara 30 a 36, até a Col. Agrícola Bernardo Sayão, Chácara 4 a 13, no Guará (CT 024/2016).	Distrito Federal	0009	Paralisada
Implantar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Porto Rico - Lote 01 (CT 013/2016).	Santa Maria	0010	Andamento Normal

Implantar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Porto Rico - Lote 02 (CT 014/2016).	Santa Maria	0011	Andamento Normal
Implantar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Porto Rico - Lote 04 (CT 016/2016).	Santa Maria	0012	Andamento Normal
Implantar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Porto Rico - Lote 05 (CT 017/2016).	Santa Maria	0013	Andamento Normal
Implantar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Porto Rico - Lote 06 (CT 018/2016).	Santa Maria	0014	Andamento Normal
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Buritis, Quadra 2 Conj. A a D e J e Quadra 3 Conj. A, B, D, F, H, J, L e N e Praça Murici, Sobradinho II - Lote 02 (CT 011/2015).	Sobradinho II	0015	Concluída
Executar drenagem pluvial, bacias de retenção, dissipadores e lançamentos no Parque Canela de Ema- Etapa 1, no Setor Habitacional Buritis, Sobradinho II - Lote 05 (CT 012/2015).	Sobradinho II	0016	Paralisada
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Buritis, Quadra 1 e Quadra 2 Conj. E até o Conj. I, Sobradinho II - Lote 01 (CT 003/2016).	Sobradinho II	0017	Andamento Normal
Implantar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Buritis, Quadra 3 Conj. A, C, E, G, I, K e M e Praça Buritis; e Quadra 4 Conj. A, B, D, F, H, J, e L e Praça Ipê - Lote 03 (CT 009/2016).	Sobradinho II	0018	Concluída
Implantar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Buritis, Quadra 4 Conj. A, C, E, G, I, K e M; e Quadra 5 Conj. A e ECs - Lote 04 (CT 010/2016).	Sobradinho II	0019	Andamento Normal
Implantar drenagem pluvial, bacia de retenção, dissipador e lançamento em bacia no Parque Canela de Ema, no Set. Habit. Buritis, em Sobradinho II (CT 11/2016).	Sobradinho II	0020	Andamento Normal
Implantar drenagem pluvial, bacia de retenção, dissipador e lançamento no Parque Canela de Ema, no Set. Habit. Buritis, em Sobradinho II. (CT 012/2016).	Sobradinho II	0021	Andamento Normal
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Vicente Pires, Trecho da Col. Vicente Pires, da Rua 3 Chácara 43 até a EPTG e a Chácara 12 na DF-087 - Lote 06 (CT004/2015).	Vicente Pires	0022	Paralisada
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Vicente Pires, Trecho da Col. Vicente Pires, da Rua 3 Chácara 43 até a Estrutural e a DF-087 frontal à Via do Jockey - Lote 07 (CT 005/2015).	Vicente Pires	0023	Atrasada
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Vicente Pires, Trecho Norte Col. Agrícola Samambaia, da Rua 3 até a Rua 8 da Col. Agrícola Vicente Pires - Lote 01 (CT 008/2015).	Vicente Pires	0024	Paralisada
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Vicente Pires, Trecho Central da Colônia Agrícola Samambaia, Av. Misericórdia e entorno até a Rua 3 - Lote 02 (CT 009/2015).	Vicente Pires	0025	Atrasada
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Vicente Pires, Trecho Leste da Colônia Agrícola Samambaia até a Chácara 119 - Lote 03 (CT 010/2015).	Vicente Pires	0026	Atrasada
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Vicente Pires, Trecho da Col. Vicente Pires, entre o Pistão Norte, a Estrutural, parte da Rua 10 Chácara 56 e Rua 12 - Lote 11 (CT 006/2016).	Vicente Pires	0027	Atrasada
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Set. Habit. Vicente Pires, Trecho da Col. Vicente Pires, do Cór. Samambaia, Ruas 4, 6, 7 até parte da Rua 8. (CT 008/2016).	Vicente Pires	0028	Paralisada
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Set. Habit. Vicente Pires, Trecho da Col. Vicente Pires, da EPTG, Ruas 4 Leste, 5 Sul, 6 Leste, até parte da Rua 8. (CT 019/2016).	Vicente Pires	0029	Atrasada
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Set. Habit. Vicente Pires, Trecho da Col. Vicente Pires, de parte da Rua 10 até a Estrutural, Ruas 3, 10B, 10A, 5 Norte e parte da Rua 3. (CT 020/2016).	Vicente Pires	0030	Atrasada
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Set. Habit. Vicente Pires, Trecho da Col. Vicente Pires, entre o Pistão Norte, parte da Rua 12, parte da Rua 10, Chácara 56 e a Rua 8. (CT 021/2016).	Vicente Pires	0031	Atrasada

Construir pavimentação, calçadas com rampas e drenagem pluvial no Setor Habitacional Sol Nascente, Trecho 1, em Ceilândia (CT 015/2014).	Ceilândia	0032	Andamento Normal
Construir pavimentação, calçadas com rampas e drenagem pluvial no Setor Habitacional Sol Nascente, Trecho 2, em Ceilândia (CT 002/2015).	Ceilândia	0033	Andamento Normal
Executar pavimentação, calçadas com rampas e drenagem pluvial no Setor Habitacional Sol Nascente, Trecho 3, em Ceilândia (CT 003/2015).	Ceilândia	0034	Andamento Normal
Executar obras civis, revegetação e compensação ambiental, relativas ao PRAD do Condomínio Privê, em Ceilândia (CT 010/2014).	Ceilândia	0035	Concluída
Manter o sistema de iluminação pública e fornecer energia para o sistema elétrico do Distrito Federal. (CT 022/2011, 021/2012 e 002/2017).	Distrito Federal	0036	Concluída
Executar obras de recuperação de calçadas em áreas do Palácio da Alvorada, em Brasília. (CT 023/2017-Novacap).	Plano Piloto	0049	Concluída
Executar serviços de pavimentação, drenagem e urbanização no Setor Habitacional Bernardo Sayão, no Distrito Federal (CT 004/2017).	Distrito Federal	0050	Andamento Normal

Conforme estabelecido no Plano Plurianual – PPA 2016-2019, o Programa Temático 6210 concentra as principais ações tratadas pela SINESP que dependem efetivamente do ingresso de recursos externos para sua realização.

As ações vinculadas integram grandes programas de financiamentos contratados com o Governo Federal, como o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento e o Pró-Moradia, com respectivas operações de crédito firmadas pelo Distrito Federal em gestões anteriores, lastreadas pela previsão de recursos provenientes da Fonte 135 e o Programa Brasília Sustentável II, cujo financiamento pleiteado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, ainda não celebrado, era previsto na Fonte 136.

Também há previsão neste Programa Temático – 6210 de ações custeadas pela Fonte 134 proveniente da Contribuição para Iluminação Pública – CIP, devido a competência atribuída à SINESP quanto a gestão dos contratos do GDF com a Companhia Energética de Brasília – CEB e a CEB - Distribuição S/A, celebrados para a manutenção do Sistema de Iluminação Pública do Distrito Federal e para o fornecimento de energia elétrica, respectivamente.

Comparativamente às demais fontes de recursos, as Fontes 134 e 135 equivalem a aproximadamente 97% da despesa autorizada do Programa. Nesse sentido, há que se ressaltar que as despesas custeadas pela fonte 134 por apresentarem caráter continuado tiveram seu desempenho satisfatório. Já, quanto a Fonte 135 observa-se que por depender de situações técnicas específicas de cada empreendimento, têm sua execução submetida a adequações/aprovações periódicas, condicionadas às regras dos financiamentos.

Seguem abaixo as realizações efetivadas no Programa 6210:

- Ação/Subtítulo 1110/0147 – Execução de Obras de Urbanização no Distrito Federal – Deu-se continuidade as realizações de menor porte, com as seguintes obras:
 - Remanejamento de rede de águas pluviais na QNN 30, Área Especial B, em Ceilândia, objeto do Contrato nº 025/2016-SINESP. Intervenção iniciada no 1º Bimestre de 2017 e concluída no 4º Bimestre;
 - Execução de obras de remanejamento de rede de águas pluviais existente, para sanar interferência com a área de terreno situado no SEP - Quadra 503/504 - Conjunto "A" - Lote 05 - Plano Piloto de Brasília – DF. Intervenção contratada em 2016 pela NOVACAP, a partir de descentralização de créditos desta SINESP, que encerrou o ano de 2017 com 80% dos serviços executados e os créditos transferidos utilizados parcialmente;

- Obras de recuperação de calçadas em áreas do Palácio da Alvorada, em Brasília/DF – Intervenção contratada em 2017 pela NOVACAP, a partir de descentralização de créditos desta SINESP. As obras foram concluídas e os recursos totalmente utilizados;
- Obras de execução de drenagem pluvial na QNN 08, Conjunto H, em Ceilândia – DF – Obteve-se no encerramento do exercício autorização da Governança-DF para programar a execução desta intervenção, todavia não houve tempo hábil para procedimento licitatório pertinente, ainda em 2017, o que poderá requerer submeter o assunto novamente àquela instância em 2018.

Neste Subtítulo também ocorreram liquidações de despesas de exercícios anteriores, relativas ao Contrato nº 019/2014 – DODF nº 248, de 29/12/2017 (Construir Estacionamento e Alambrado na Clínica da Família, em Águas Claras) e Contrato nº 001/2015 – DODF nº 242, de 20/12/2017 (Requalificar áreas públicas com pavimentação asfáltica, passeios e ciclovias nos estacionamentos e nas praças do SCIA).

- Ação/Subtítulo 1133.2836 - Houve empenho inscrito em Restos a Pagar Não Processados, destinado à quitação de passivos do Contrato nº 039/2012, conforme ato de Reconhecimento de Dívida, publicado no DODF nº 248 de 29/12/2017, referente às obras de remanejamento das linhas de transmissão da CEB na área interna do Taguaparque, em Taguatinga.
- Ação/Subtítulo 3023.0073 – Obras de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Bernardo Sayão, no Guará – As contratações celebradas, nesse subtítulo, apresentaram as seguintes situações:
 - Contrato nº 024/2016-SINESP, referente ao Lote 04, teve andamento normal no 1º bimestre de 2017 e nos demais bimestres a obra esteve atrasada/paralisada, por questões administrativas/jurídicas do Contrato.
 - Contrato nº 004/2017-SINESP, referente ao Lote 03, obras iniciadas no 5º bimestre com a mobilização de equipe e instalação de canteiro e no 6º bimestre houve a locação de redes de drenagem e encerrou o exercício com 1,71% dos serviços executados.
 - Há previsão de contratação do Lote 02 no início do exercício de 2018, tendo em vista a homologação da licitação desse lote em dezembro de 2017.
 - Quanto ao Lote 05, em consulta junto a Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF houve orientação daquele Órgão no sentido de devolução do processo licitatório à NOVACAP para revisão de procedimentos.
 - Em relação ao Lote 01 houve interposição de ação judicial por licitante, e o certame aguarda Decisão.
- Ação/Subtítulo 3023.0075 – Obras de pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares do Setor Habitacional Porto Rico, em Santa Maria – Intervenção dividida em seis Lotes, dos quais cinco apresentaram andamento normal, no exercício de 2017, com os seguintes percentuais de execução:
 - 85% - Lote 01 (Contrato nº 013/2016-SINESP);
 - 86% - Lote 02 (Contrato nº 014/2016-SINESP);
 - 39% - Lote 04 (Contrato nº 016/2016-SINESP);
 - 70% - Lote 05 (Contrato nº 017/2016-SINESP); e
 - 72% - Lote 06 (Contrato nº 018/2016-SINESP).

Já o Lote 03 (Contrato 015/2016-SINESP), não foi iniciado, pois aguarda obras a serem executadas pela Caesb e pela CEB, e ainda necessita de solução de pendências fundiárias do local.

- Ação/Subtítulo 3023.0076 – Obras de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Buritis, em Sobradinho II – Intervenção dividida em sete Lotes, dos quais dois foram concluídos no exercício de 2017, Lote 02 (Contrato nº 011/2015-SINESP) e Lote 03 (Contrato nº 009/2016-SINESP), e quatro Lotes encerram o 6º bimestre com as obras em andamento normal, com os seguintes percentuais de execução:

- 83,63% - Lote 01 (Contrato nº 003/2016-SINESP);
- 89,2% - Lote 04 (Contrato nº 010/2016-SINESP);
- 85,20% - Lote 06 (Contrato nº 011/2016-SINESP); e
- 87% - Lote 07 (Contrato nº 012/2016-SINESP).

Já o Lote 05 (Contrato nº 012/2015-SINESP), teve suas obras paralisadas no 6º bimestre por questões administrativas, porém teve um avanço relevante, finalizando o exercício com 98% dos serviços executados.

- Ação/Subtítulo 3023.0077 – Obras de execução de pavimentação asfáltica, meios-fios, drenagem pluvial e obras de artes especiais no Setor Habitacional Vicente Pires – Intervenção dividida em onze Lotes, dos quais dez (Lotes 01 a 07 e Lote 09 a 11) encontram-se contratados, já quanto ao Lote 08, em consulta junto a Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF houve orientação daquele Órgão no sentido de devolução do processo licitatório à NOVACAP para revisão de procedimentos.

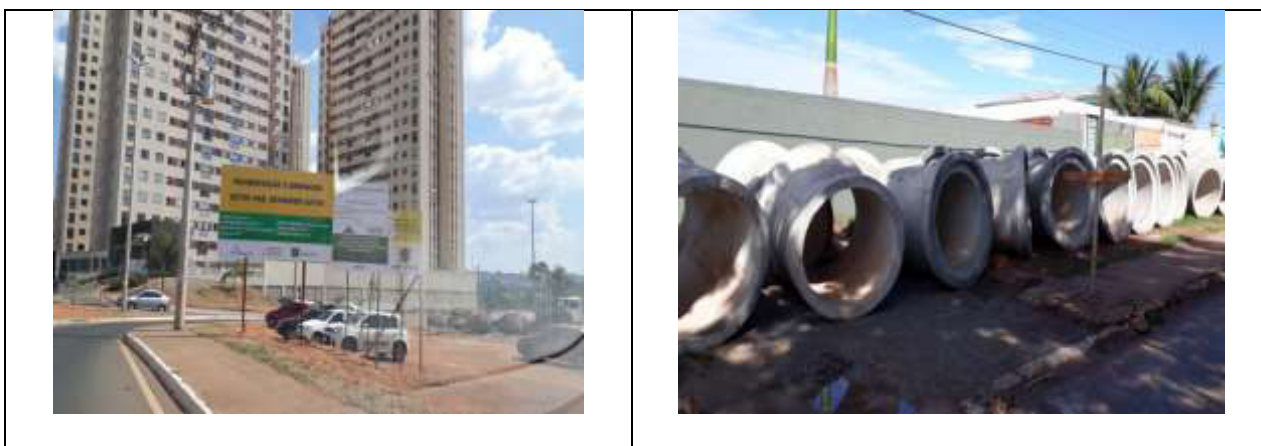
Sobre o andamento dos Lotes contratados ocorreram problemas técnicos relacionados à ausência de licenças para supressão de vegetação junto ao IBRAM, à resolução de interferências em áreas ocupadas por chacareiros e aprovação de projetos para lançamento de redes que impactaram nos atrasos e paralisações verificados ao longo do ano de 2017, conforme detalhado em tópico pertinente.

- Ação/Subtítulo 3058.0003 – Executar pavimentação, calçadas e rampas e drenagem pluvial no Setor Habitacional Sol Nascente, em Ceilândia - Intervenção dividida em três Trechos que encerram o 6º bimestre com obras em andamento normal, em percentuais de execução, que refletem avanços significativos, comparativamente ao exercício anterior, relativos aos Trechos 1 e 2; e no caso do Trecho 3 demonstram a retomada da intervenção no 5º bimestre, em que pese ter se mantido paralisada durante os quatro bimestres anteriores, devido à necessidade de ajustes e revisões dos projetos para adequação à situação da localidade no momento da intervenção e ausência de licenciamento ambiental por parte do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio:

- 92% - Trecho 1, (Contrato nº 015/2014-SINESP);
- 48,65% - Trecho 2, (Contrato nº 002/2015-SINESP); e
- 10,80% - Trecho 3, (Contrato nº 003/2015-SINESP).

- Ação/Subtítulo 8507.6471 – Manutenção do Sistema de Iluminação Pública, no Distrito Federal – Os serviços custeados por esta dotação referem-se:
 - Fornecimento de energia elétrica e a utilização de postes para uso exclusivo ao Sistema de Iluminação Pública do Distrito Federal, segundo a estrutura tarifária, modalidade, subgrupo de tensão, nas quantidades e períodos estabelecidos, objeto do Contrato nº 002/2017-CEB, celebrado para substituir o Contrato nº 022/2011-CEB, que teve sua vigência expirada. O fornecimento total em 2017 foi de 381.681.115 kW; e
 - Prestação de serviços correspondentes à consultoria, engenharia de manutenção, operação, manutenção preventiva e corretiva, bem como, o gerenciamento do parque de iluminação pública do DF, através do Contrato nº 021/2012-CEB. Em 2017 foi realizada 3.521.636 manutenções em pontos de iluminação pública.

Pavimentação e Drenagem no Setor Habitacional Bernardo Sayão



6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	418.304,00	1.512.507,00	756.881,86	287.099,49
2819 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CALÇADAS NAS QUADRAS 02, 04, 06, 08, 10 E 12.- GAMA	303.909,00	206.937,00	0,00	0,00
4450 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-MELHORIA DE CALÇADAS NA ASA SUL- PLANO PILOTO.	114.395,00	1.305.570,00	756.881,86	287.099,49
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	48.882.977,00	72.501.763,00	58.808.157,60	46.256.639,11
0004 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO NAS REGIÕES ADMIN. DO DF-DISTRITO FEDERAL	1.073.572,00	0,00	0,00	0,00
0005 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- NAS REG. ADM. DO DF-DISTRITO FEDERAL	323.572,00	1.199.360,00	998.960,69	0,00
0012 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	47.485.833,00	71.302.403,00	57.809.196,91	46.256.639,11
3054 - CONSTRUÇÃO DE TÚNEL	130.501.000,00	120.000.001,00	0,00	0,00
0002 - CONSTRUÇÃO DE TÚNEL-RODOVIÁRIO NA AVENIDA CENTRAL-TAGUATINGA	130.501.000,00	120.000.001,00	0,00	0,00
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	500.000,00	305.866,00	280.630,07	257.448,86
0001 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE--DISTRITO FEDERAL	500.000,00	305.866,00	280.630,07	257.448,86
3119 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO OESTE (LINHA VERDE)	164.649.000,00	150.900.265,00	2.121.456,89	2.055.106,55
0004 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO OESTE (LINHA VERDE)-- REGIÃO OESTE	164.649.000,00	150.900.265,00	2.121.456,89	2.055.106,55
3361 - CONSTRUÇÃO DE PONTES	100.000,00	0,00	0,00	0,00
4356 - CONSTRUÇÃO DE PONTES--DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	100.000,00	0,00	0,00	0,00
7778 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO--DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	345.151.281,00	345.220.402,00	61.967.126,42	48.856.294,01

Descrição dos Principais Investimentos - Programa 6216	Cidade	Etapa SAG	Estágio
Construir calçadas na Asa Sul - Quadras 107, 108, 109, 307 e 308, no Plano Piloto de Brasília (CT 007/2016).	Plano Piloto	0037	Andamento Normal
Construir túnel sob a Avenida Central de Taguatinga, com reforma viária e urbanização de superfície da Avenida e do viaduto da Samdu (CT 004/2016).	Taguatinga	0038	Paralisada
Construir calçadas com acessibilidade em estacionamentos do Parque da Cidade, para interligação com a pista de caminhada (CT 023/2016).	Plano Piloto	0039	Paralisada
Construir Via de Ligação da Av. Hélio Prates à Av. Principal do Setor Habitacional Sol Nascente, em Ceilândia Corredor do Eixo Oeste (Linha Verde) (CT 022/2016).	Ceilândia	0040	Atrasada
Alargar o viaduto da interseção da EPTG (DF-085) com a EPCT (DF-001), no trecho 10 do Corredor de Transporte - Eixo Oeste - Linha Verde, em Taguatinga. (CT 001/2017)	Taguatinga	0041	Andamento Normal
Construir calçadas, plataforma elevada e rampas de acessibilidade no entorno da Escola de Música de Brasília, sito no SGAS 602, em Brasília (CT 024/2017).	Plano Piloto	0047	Concluída
Prestação dos serviços de Estudo Preliminar e Projeto Básico (Etapa 1) e Fiscalização e Projetos "as built" (Etapa 2), visando proporcionar a execução de obras de Implantação, Expansão e Melhoria do Sistema de Iluminação Pública, no Distrito Federal.(CT 003/2017).	Distrito Federal	0055	Andamento Normal

Implantar Melhoria do Sistema de Iluminação Pública no DF. (CV 001/2017).	Distrito Federal	0056	Andamento Normal
Executar obra de Instalação de Iluminação Pública em diversos locais de Vicente Pires. (CT 003/2017 - RA XXX).	Vicente Pires	0057	Andamento Normal

As ações mais relevantes previstas neste Programa são a Implantação do Corredor de Transporte Coletivo do Eixo Oeste (Linha Verde), na Região Oeste, a Construção do Túnel - Rodoviário na Avenida Central, em Taguatinga; intervenções estas necessárias à Implantação do Expresso Oeste que apresentam operação de crédito e termo de compromisso firmados com a CAIXA, lastreados pelas Fontes 132 e 135 e a Ampliação da Rede de Iluminação Pública, no Distrito Federal, custeada pela Fonte 134 (Contribuição para Iluminação Pública – CIP).

No que se refere à composição da dotação autorizada deste Programa Temático, percebe-se situação similar a demais empreendimentos previstos a serem custeados por recursos de financiamento e/ou repasses da União, ou seja, há fatores técnicos de engenharia/ambiental/jurídicos, diversos, a serem superados que têm impactado na sua efetiva realização.

Assim, considerando que a Fonte 135 representava 78% do total da despesa autorizada, havia expectativa de que parte das intervenções, previstas a serem custeadas por esta Fonte, em especial as do Expresso Oeste, tivessem início, desenvolvimento e desfecho de certames, bem como prosseguimento da contratação efetivada, relativa ao Túnel, o que não ocorreu como esperado. Com referência à Fonte 134, equivalente a aproximadamente 21% da despesa autorizada, procedeu-se às novas contratações para programação das intervenções de Ampliação de Iluminação Pública, o que possibilitou o início e a execução de demandas pertinentes, e a quitação de vultoso passivo, derivado de ajuste firmado com a CEB, intermediado pela PGDF, que contribuiu para o desempenho obtido.

As ações do Programa 6216 são destacadas conforme a seguir:

- Ação 1110/4450 - Execução de Calçadas na Asa Sul, no Plano Piloto de Brasília - Nos dois primeiros bimestres de 2017 a obra manteve-se em ritmo lento devido à readequação de projeto e nos bimestres subsequentes em andamento normal, sendo concluída a execução de passeios na SQS 107, em fase de conclusão na SQS 108, e iniciadas as obras na SQS 307. Com aproximadamente 58% dos serviços executados.
- Ação/Subtítulo 1763/0005 – Ampliação da Rede de Iluminação Pública – A partir do desbloqueio de recursos deste subtítulo, proveniente de emenda parlamentar, houve avaliação pela Comissão Executora dos instrumentos firmados com a CEB para análise das demandas indicadas pelo Parlamentar para atendimento. Após as verificações necessárias, devido à limitação do valor disponibilizado, houve a emissão de empenho para execução de parte das obras em diversos locais de Planaltina, Sobradinho e da Cidade Estrutural.
- Ação/Subtítulo 1763.0012 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública – Neste subtítulo institucional relacionado à implantação de obras de Iluminação Pública no Distrito Federal são programadas as intervenções dessa natureza referentes a demandas submetidas à Pasta, originadas nas Regiões Administrativas ou Órgãos da Administração Pública do GDF. Em 2017 foram celebrados com a CEB os instrumentos, mediante os quais tais demandas serão executadas:

- Contrato nº 003/2017- Prestação dos serviços de Estudo Preliminar e Projeto Básico (Etapa 1) e Fiscalização e Projetos as built (Etapa 2), visando proporcionar a execução de obras de Implantação, Expansão e Melhoria do Sistema de Iluminação Pública, no Distrito Federal – Com um total de 107, projetos concluídos em 2017, referentes as Etapas 1 e 2; e

- Convênio nº 001/2017 - Obras de expansão, implantação e melhorias no Sistema de Iluminação Pública do Distrito Federal – Com a implantação de 908 pontos de iluminação.

Pelos instrumentos contratuais citados, até o final de 2017, foram executados os seguintes serviços:

REALIZAÇÕES RELATIVAS À IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - EM 2017	
Região Administrativa	Localidades para as quais se solicitou à CEB: Estudos preliminares, Projeto Básico, Estimativa de Custos e, no caso de programação da intervenção, a Fiscalização as built - Contrato nº 003/2017-Sinesp/CEB
Águas Claras	Quadra 210
Brasília	Via Presidencial
Brasília	Praça da Paz - Brasília
Brasília	SHCES 407
Brasília	Praça da Cidadania e adjacências do Teatro Nacional
Brasília	Área da Torre de TV
Brasília	Concha Acústica
Brasília	Praça do Palácio do Buriti
Brasília	Quadra de Esportes da SQS 107
Brasília	Terminal Interestadual Rodoviário
Brasília	Setor Hoteleiro Norte e Sul
Brasília	Pista de Cooper - Acampamento Tamboril - Vila Planalto
Brasília	Entre a SCS e HBB
Brasília	Estacionamento do Bloco II do Hospital da Criança
Brasília	Quadra 307 Norte
Brasília	Quadra 4/5/6 Setor Hoteleiro Sul
Brasília	Quadra 03 Praça do Povo
Brasília	Setor Comercial Sul
Brasília	Setor Hospitalar Sul
Brasília	Plataforma Superior da Rodoviária do Plano Piloto
Brasília	SGAS 601- 602
Brasília	STF - Brasília
Brasília	Eixo Monumental
Brasília	Quadra 102 - Setor Noroeste
Brasília	Quadra 103 - Setor Noroeste
Ceilândia	Terminal Rodoviário QNR
Ceilândia	VC 311 Sol Nascente - Ceilândia
Ceilândia	SHSN Trecho II Quadra 105 Sol Nascente
Ceilândia	SHSN Trecho II Quadra 209 Sol Nascente
Ceilândia	Entre a QNN 11 e CNN 01 Ceilândia
Ceilândia	Praça da QNP 13 Ceilândia
Ceilândia	Terminal Rodoviário P Sul
Cruzeiro	Terminal Rodoviário Cruzeiro
Gama	Terminal Rodoviário Gama
Gama	Núcleo Rural Ponte Alta Norte, próximo a Chácara Mangueira nº 10 (Trafo FX9654)
Gama	Núcleo Rural Ponte Alta (próximo Trafo nº FX 4366)
Gama	Núcleo Rural Ponte Alta Norte, (próximo a Chácara Nova Canaã nº 106)
Gama	Núcleo Rural Ponte Alta, (próximo Trafo FZ 2369, entrada para Nova Canaã)
Gama	Diversos endereços - Ponte Alta
Gama	Pró-DF Gama
Gama	Entrequadra 22/26 Gama
Guará	Terminal Rodoviário Guará I
Guará	Túnel entre o Guará e o Residencial Lúcio Costa-DF 085 EPTG
Guará	Terminal Rodoviário Guará II
Lago Norte	SHIN QL 06 entre os conjuntos 07 e 08 Lago Norte
Lago Norte	Núcleo Rural Córrego do Urubu - Lago Norte
Lago Norte	SHIN QI 03 Lago Norte
Lago Norte	SHIN QL 13 próximo ao Hospital Sarah-Lago Norte
Lago Norte	SMLN Trecho 07 Conjunto 03 Lago Norte
Lago Norte	SHIN QL 13 entre o Hospital Sarah e a Igreja do Pai Nosso Lago Norte
Lago Sul	Praças e Jardins do Jardim Botânico III
Lago Sul	QL 10 - Lago Sul
Lago Sul	Projeto Orla Livre - Lago Sul
Lago Sul	Rua do Sol
Lago Sul	SHIS QI 21 - Lago Sul
Núcleo Bandeirante	Terminal Rodoviário Núcleo Bandeirante
Paranoá	Terminal Rodoviário Paranoá
Planaltina	Quadra 12 entre os conjuntos 1, 3 e 4 Vila Buritis II

Planaltina	Área Verde ao lado da Igreja de Deus na Quadra 01/02 Vila Buritis
Planaltina	Terminal Rodoviário Planaltina
Planaltina	Entrequadra 03/04 da Vila Buritis
Planaltina	Igreja de Deus - Planaltina
Planaltina	Nosso Lar - Planaltina
Planaltina	Bairro Morumbi - Planaltina
Planaltina	Portal do Amanhecer
Planaltina	Bica do DER - Planaltina
Planaltina	Becos Vila Buritis
Planaltina	Condomínio Quintas do Amanhecer II - Planaltina
Planaltina	Quadra de esportes da Quadra 12 conjunto 8 Vila Buritis II
Planaltina	Quadra 11 entre os conjuntos 2, 3 e 4 Vila Buritis II
Planaltina	Quadra 14 conjunto 9 em frente a casa 01 Beco Vila Buritis II
Planaltina	Praça da Quadra 15 conjunto 4, na Vila Buritis II
Recanto das Emas	Terminal Rodoviário Recanto 311
Recanto das Emas	Pista de Atletismo - Quadra 105 do Recanto das Emas
Recanto das Emas	Terminal Rodoviário Recanto 400-600
Riacho Fundo II	Área Verde da QN 19 do Riacho Fundo II
Riacho Fundo II	Terminal Rodoviário Riacho Fundo II
Riacho Fundo II	CAUB - Riacho Fundo II
Samambaia	QR 306 à 310 Samambaia
Samambaia	Parque 3 Meninas
Samambaia	Pista de Skate - Samambaia
Samambaia	Terminal Rodoviário Samambaia Sul
Samambaia	Terminal Rodoviário Samambaia Norte
Samambaia	DF 180, do Viaduto da BR 060 até à BR 070
Samambaia	QR 106 à 112 Samambaia
Samambaia	QR 502 à 504 Samambaia
Santa Maria	CL 105 de Santa Maria
SCIA	Setor de Chácaras Cabeceira do Valo - Estrutural
SCIA	Estacionamento da Quadra 11
Sobradinho	Via que liga a BR 020 ao Córrego Arrozal Sobradinho
Sobradinho	BR 020 Condomínio Nova Petrópolis - Sobradinho
Sobradinho	Terminal Rodoviário Sobradinho II
Sobradinho	Campo Sintético Varjão
Taguatinga	PEC EQNL 21/23 - Taguatinga
Taguatinga	SHIN QI 03 Conjunto 08 Lago Norte
Taguatinga	Feira da QNL
Taguatinga	Área Interna do Taguaparque
Taguatinga	IFB da M Norte Taguatinga
Taguatinga	Setor G Norte
Taguatinga	Setor H Norte
Taguatinga	QNM 34 atrás do JK Taguatinga
Taguatinga	Mercado Norte - Taguatinga
Taguatinga	Praça da QNL 09/11, em Taguatinga Norte
Taguatinga	QSE 05 Taguatinga
Taguatinga	Viaduto da EPTG DF001
Taguatinga	Quadra de Esporte da QNL 28
Taguatinga	Terminal Rodoviário M Norte
Taguatinga	Terminal Rodoviário Taguatinga Sul

Região Administrativa	Intervenções Autorizadas em 2017 - Obras de Iluminação Pública - Convênio nº 001/2017-Sinesp
Águas Claras	Quadra 210 em frente ao Lote 04
Brasília	Quadra de Esportes SQS 106 - 107
Brasília	Plataforma da Rodoviária
Brasília	Praça da Paz - Estacionamento 7
Brasília	Via Presidencial
Brasília	Via entre o SCS e o HBB ao lado do Hospital Sarah
Brasília	Quadra 103 - Setor Noroeste Etapa II
Brasília	Quadra 102 - Setor Noroeste Etapa II
Brasília	Pista de Cooper - Vila Planalto

Ceilândia	Terminal Rodoviário QNP 28 - P Sul
Ceilândia	Terminal Rodoviário QNR
Gama	Terminal Rodoviário - Quadra 13 Setor Sul
Gama	Chácaras Mangueira e Nova Canaã - Ponte Alta Norte
Guará	Terminal Rodoviário - Guará I
Guará	Terminal Rodoviário - Guará II
Jardim Botânico	Praças e Jardins do Jardim Botânico III
Jardim Botânico	Rua do Sol
Lago Norte	Núcleo Rural Córrego do Urubu
Lago Sul	SHIS QI 21
Lago Sul	Projeto Orla Livre
Núcleo Bandeirante	Terminal Rodoviário
Planaltina	Nova Petrópolis
Planaltina	Condomínio Quintas do Amanhecer II
Planaltina	DF 125 com a DF 205 - Jardim Morumbi
Recanto das Emas	Terminal Rodoviário da Quadra 400/600
Recanto das Emas	Terminal Rodoviário da Quadra 311
Riacho Fundo	Via de Acesso a Administração do CAUB I
Riacho Fundo II	Terminal Rodoviário da QS 18
Samambaia	Terminal Rodoviário da QR 1033
Samambaia	Terminal Rodoviário da QR 527
Samambaia	Parque Três Meninas
Santa Maria	AC-CL 105
SCIA	Setor de Chácaras Cabeceira do Valo - Cidade Estrutural
SCIA	Estacionamento da Quadra 11
Sobradinho	Via que liga a BR 020 ao Córrego do Arrozal
Taguatinga	Terminal Rodoviário - M Norte
Taguatinga	QNM 34 atrás do Shopping JK - M Norte
Taguatinga	Terminal Rodoviário -Taguatinga Sul
Taguatinga	QSE 05
Taguatinga	Taguaparque
Taguatinga	Entorno do viaduto localizado na EPTG que passa sobre a DF-001
Taguatinga	Proximidades do Instituto Federal de Brasília - IFB - QNM 40
Taguatinga	QNL 09 - 11
Varjão	Campo de Grama Sintética

Não obstante a possibilidade de atendimento das demandas acima, com a quantidade instalada de 3.400 luminárias e 108 projetos executados, as Comissões Executoras, dos respectivos instrumentos, questionaram à CEB pela baixa produção do Contrato 003/2017-SINESP e do Convênio 001/2017-SINESP perante as demandas existentes, sendo apresentadas as seguintes justificativas:

- Atraso no processo licitatório para contratação da empresa responsável pelo fornecimento de materiais e de equipamentos e na execução dos serviços, devido a questionamentos do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF;

- O longo período de mobilização por parte da empresa contratada pela CEB para se instalar em Brasília, uma vez que a empresa vencedora é proveniente de outro Estado da Federação;
- e
- A inadequada gestão da empresa contratada na aquisição dos materiais e dos equipamentos necessários, bem como na montagem das equipes necessárias para atender a programação das demandas.

Ainda sobre as despesas relacionadas à Iluminação Pública, destaca-se em 2017 o Termo de Acordo celebrado, por intermédio da Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF, entre o Governo do Distrito Federal – GDF e a Companhia Energética de Brasília – CEB, no intuito de encerrar os litígios judiciais e administrativos afetos à cobrança de valores pela CEB pela realização de obras de Iluminação Pública ocorridas no ano de 2010. A partir deste acordo reconheceu-se a efetiva realização das obras e, conseqüentemente, a procedência dos débitos dela decorrentes, resultando numa dívida do GDF em favor da CEB no valor de R\$ 36.781.744,04 (trinta e seis milhões, setecentos e oitenta e um mil, setecentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos). Após a celebração do acordo a PGDF informou ao Juízo competente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios -TJDFT, que o homologou, arquivando, assim, os processos nº 2013.01.1.146965-7 e 2013.01.1.146958-5, por meio dos quais a CEB cobrava judicialmente as referidas dívidas do GDF.

Ressalta-se, também que nesta Ação houve descentralização de créditos por meio de Portaria Conjunta à Região Administrativa de Vicente Pires, para a execução de obras de instalação de iluminação pública em diversos locais daquela Região, Contrato nº 003/2017-RAXXX. As obras contratadas por meio desses recursos foram concluídas.

- Ação/Subtítulo 3054/0002 - Elaboração do projeto executivo e a execução da obra de arte especial de implantação do Túnel Rodoviário de Taguatinga, sob a Avenida Central de Taguatinga, em dois trechos, nos sentidos: Plano Piloto - Ceilândia (E-W) e Ceilândia - Plano Piloto (W-E), com as remodelações do viaduto da Avenida Samdu e do sistema viário em superfície da Avenida Central de Taguatinga – Conforme já mencionado, este subtítulo apresentou expressiva consignação de crédito em sua despesa autorizada destinada a continuidade do Contrato nº 004/2016-SINESP.

Todavia o contrato se encontra suspenso diante das Decisões nº 2375/2016 e 6393/2016 do TCDF. Essa última decisão determinou que a análise da representação apresentada pelo Consórcio Túnel Taguatinga, perante o TCDF questionando a habilitação do Consórcio Novo Túnel ficaria suspensa até o julgamento dos processos 2016.01.1.058212-0, que tramita na 3.ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal (ação ajuizada pelo Consórcio Novo Túnel), e nº 0015660-96.2010.403.6100, que tramita na 9.ª Vara Federal Cível de São Paulo, onde se discute a inidoneidade de uma das construtoras.

Dessa forma, o TCDF manteve a suspensão do contrato que já havia sido determinada por meio da Decisão nº 2375/2016. Assim, o Contrato está suspenso diante de Decisão do TCDF, sem que atualmente haja perspectiva quanto a eventual nova Decisão do Tribunal liberando sua execução, razão pela qual no Projeto de Lei Orçamentária - PLOA 2018 não foram previstos recursos no mesmo aporte consignado em 2017.

- Ação/Subtítulo 3087/0001 - Construção de calçadas, com acessibilidade, em estacionamentos do Parque da Cidade, para interligá-los à pista de caminhada, no Plano Piloto - Obras iniciadas em 2017, encerrando o exercício com 99,5% dos serviços executados, restando apenas à instalação de placas de sinalização no local adequado e de corrimão.
 - Neste Subtítulo houve também a transferência de créditos, desta SINESP para a NOVACAP, destinados a custear integralmente as despesas referentes à execução de calçada, plataforma elevada e rampas de acessibilidade no entorno da Escola de Música de Brasília, no SGAS 602, Contrato nº 024/2017-ASJUR/PRES, cujas obras foram concluídas em 2017.

- Ação/Subtítulo 3119/0004 - Corredor Oeste de Transporte no Distrito Federal – As intervenções contratadas neste Subtítulo apresentaram os seguintes andamentos em 2017:
 - Contrato nº 022/2016-SINESP – Execução de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização no Corredor de transporte público do Eixo Oeste do Distrito Federal - Taguatinga/Ceilândia (Via de ligação da Avenida Hélio Prates a Avenida Principal do Sol Nascente) – A partir do 3º bimestre esta obra teve andamento normal, encerrando o exercício com 34% dos serviços executados; e
 - Contrato nº 001/2017-SINESP - Construção do Alargamento do Viaduto da Interseção da EPTG - EPCT (DF-001), que contempla os serviços de Obras de Artes Especiais (fundações e estruturas), consistindo do denominado Trecho 10 do Corredor Oeste - Taguatinga/DF – Foi iniciada no 1º bimestre, encerrando o exercício com 22% dos serviços executados.

Quanto às licitações também vinculadas ao subtítulo orçamentário, ora tratado, há dois certames lançados em 2017, a seguir especificados, que restaram suspensos pelas Decisões nº 4752/2017 e nº 4754/2017 do TCDF:

- Execução de passeios e acessibilidade em áreas dos Setores QNE, QNB, CNB de Taguatinga, incluindo as Ruas do Sesc e dos Bombeiros, consistindo de intervenção integrante do denominado Binário das Avenidas Comercial e Samdu de Taguatinga - RA-III – DF – Trecho 02 (Concorrência Pública nº 015/2017 - ASCAL/PRES); e
- Execução de passeios e acessibilidade em áreas dos Setores QSB e CSB de Taguatinga, incluindo trecho à Igreja Nossa Senhora de Fátima, consistindo de intervenção integrante do denominado Binário das Avenidas Comercial e Samdu de Taguatinga - RA-III - DF – Trecho 03 (Concorrência Pública nº 016/2017 - ASCAL/PRES).

Construção do alargamento do viaduto da interseção da EPTG- EPCT (DF-001)



Obras de Calçadas na Asa Sul



Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1659 - IMPLANTAÇÃO DO EXPRESSO OESTE		%	38	0	64	3,41	89	100	SINESP / UO 22101 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - Esse corredor ainda não foi implantado. O DER executou as obras em apenas um trecho do total, que foi na DF-085 (EPTG). A complementação deverá ser feita após licitação sob responsabilidade da SINESP.</p> <p>2017 - O resultado ficou muito abaixo do pretendido devido a alterações em projetos ou impedimentos para continuação de certames e para o prosseguimento de intervenção contratada, pelos efeitos de Decisões do TCDF e do TJDF. Embora já tenham sido licitados 59,35% das intervenções do Corredor Oeste, outros 17,74% restantes não tiveram seus procedimentos licitatórios iniciados, pois apesar dos projetos de engenharia desenvolvidos, houve necessidade de ajustes, solicitados pela SEMOB, SEGETH e/ou IPHAN.</p>									

Indicador de Desempenho da Implantação do Expresso Oeste:

O resultado ficou muito abaixo do pretendido devido a alterações em projetos ou impedimentos para continuação de certames e para o prosseguimento de intervenção contratada, pelos efeitos de Decisões do TCDF e do TJDF. Embora já tenham sido licitados 59,35% das intervenções do Corredor Oeste, outros 17,74% restantes não tiveram seus procedimentos licitatórios iniciados, pois apesar dos projetos de engenharia desenvolvidos, houve necessidade de ajustes, solicitados pela SEMOB, SEGETH e/ou IPHAN.

Assim a Implantação do Expresso Oeste finalizou o exercício de 2017 com, apenas, 3,41% implantados, e encontra-se em execução os trechos: Sol Nascente/Hélio Prates e Viaduto EPTG/EPCT. A causa do baixo desempenho, como já observado, deu-se pela ausência de desfechos esperados de procedimentos licitatórios, cujas intervenções objeto dos certames influenciaram a elaboração da meta que restou prejudicada conforme o cenário apresentado abaixo.

Houve alteração de expectativa com relação a meta que para ser alcançada dependia, sobretudo, da evolução da intervenção do Túnel de Taguatinga até o Viaduto da EPTG, que teve impedido seu prosseguimento, por meio da Decisão nº 2375/2016 - TCDF, que determinou à SINESP e à NOVACAP absterem-se em dar continuidade na execução do Contrato nº 004/2016-SINESP.

E, também houve a necessidade de se adequar os projetos já existentes dos seguintes trechos:

- Av. Hélio Prates e o trecho Samdu e Comercial Norte e Sul (SEMOB apresentou novas diretrizes para a Operação do Sistema de Transporte),
- EPIG – Trecho SIG (foi necessário destacá-lo do restante das obras face à negativa do IPHAN com relação aos demais trechos),
- EPIG – Trechos restantes (ajustes face a novas diretrizes do IPHAN e SEMOB),
- ESPM – entre a EPIG e o Viaduto da W3 Sul (fase final de orçamento), e
- ESPM – entre o Viaduto W3 Sul e o Terminal da Asa Sul - TAS (aguarda conclusão do trecho entre a EPIG e o Viaduto da W3 Sul).

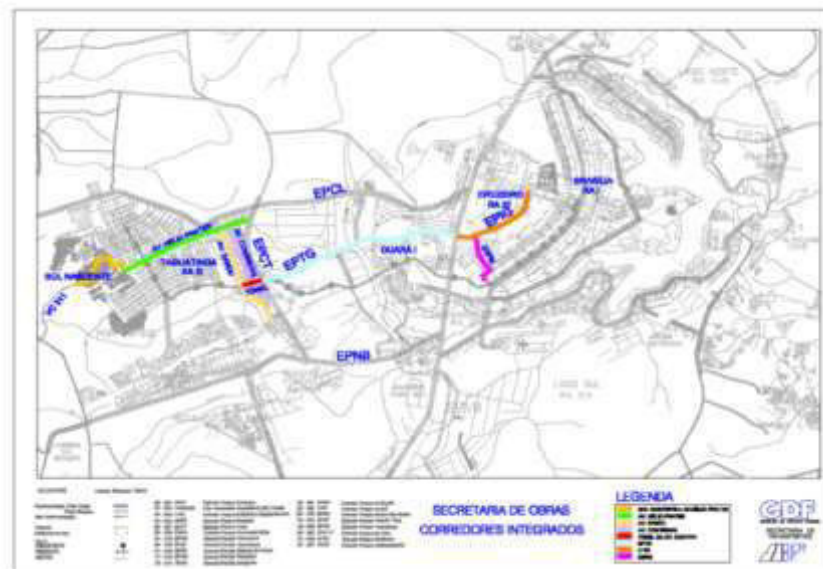
Já em relação ao trecho EPIG – Viaduto Parque da Cidade, até o final do exercício, não houve liberação de recursos, por parte do Ministério das Cidades, que possibilitasse a realização de certame. Há previsão que a liberação ocorra no início de 2018.

Expresso Oeste (Corredor de Transporte Coletivo do Eixo Oeste) – PAC MOBILIDADE GRANDES CIDADES

O Eixo Oeste é considerado o principal eixo de transporte público coletivo do Distrito Federal, pois sua implantação irá melhorar a mobilidade entre várias Regiões Administrativas, desde o Plano Piloto, como outras áreas bastante populosas, que compreendem as Regiões Administrativas de Brazlândia, Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Águas Claras, Vicente Pires e Guará, além do município de Águas Lindas/GO.

A concepção da proposta se baseia na implantação de um sistema integrado com eixos estruturantes servidos por linhas troncais, circulares, de ligação e alimentadoras/distribuidoras, visando a redução dos tempos de espera e de viagens nas linhas alimentadoras e troncais, com o mínimo de superposição de itinerários, com foco principal nas questões de mobilidade e acessibilidade.

LOCALIZAÇÃO: Plano Piloto, Taguatinga e Ceilândia



Por uma questão de estratégia, tanto para a elaboração de projetos como para a implantação das obras, o corredor de transporte do eixo oeste foi dividido nos seguintes trechos:

- Estrada Parque Indústrias Gráficas – EPIG;
- Estrada do Setor Policial – ESPM,
- Estrada Parque Taguatinga / Guará – EPTG,
- Túnel de Taguatinga;
- Avenidas Comercial e SAMDU;
- Avenida Hélio Prates; e
- Acesso à Avenida Principal do Sol Nascente.

Estes trechos atingem a extensão total de 30,12 km (sem considerar os 25,84 km correspondentes às vias transversais às Avenidas Comercial e Samdu); O valor total estimado para a implantação de todo o Eixo Oeste é de R\$ 650 milhões.

As obras relativas à Avenida Hélio Prates e à EPIG serão realizadas com recursos oriundos do OGU; as demais, com recursos do FGTS e o trecho correspondente à EPTG foi implantado pelo DER.

Agrupando-se as obras/projetos dos diferentes trechos em função do estágio em que se encontram, e tomando-se como base o valor estimado para todo o empreendimento, obtém-se os seguintes dados:

SITUAÇÃO DAS OBRAS OU PROJETOS	EXTENSÃO km	PERCENTUAL SOBRE O VALOR TOTAL A SER INVESTIDO EM TODO O EMPREENDIMENTO %
Obras concluídas	0,18	2,27
Obras licitadas ou em execução	2,16	59,35
Obras com licitação prevista para início de 2018	17,08	20,65
Obras com projetos que necessitam de novos ajustes	10,7	17,74
Total	30,12	100

Dessa forma, estima-se que até o final de 2018 já terão sido iniciadas as ações para a implantação de 82% das obras que compõem o corredor de transporte; as obras já licitadas correspondem a 59,35% e os 17,74 % restantes não foram iniciados devido a fatores específicos de projeto, em função de alterações solicitadas pela SEMOB, SEGETH e/ou IPHAN, após a conclusão dos mesmos. No entanto, ao se considerar o percentual de obras executadas sobre a extensão total do Eixo Oeste, obtém-se o índice de 3,41% de obras implantadas. Por fim, apresenta-se abaixo, as justificativas detalhadas para o atraso na implantação de cada trecho do corredor de transporte do Eixo Oeste, ao longo de todo o processo:

Local das obras	Situação do andamento das obras
Acesso Sol Nascente/ Hélio Prates	Obra em Andamento
Av. Hélio Prates	A obra não poderá ser realizada concomitantemente à obra do Túnel. Após a conclusão dos projetos, em 2014, a Semob apresentou novas diretrizes para a operação do sistema de transporte, sendo necessária a adequação do projeto existente.
SAMDU E Comercial Norte e Sul	Após a conclusão dos projetos, em 2014, a Semob apresentou novas diretrizes para a operação do sistema de transporte, sendo necessária a adequação do projeto existente. Os novos projetos executivos estão em fase final de orçamento para posterior envio para licitação.
Transversais SAMDU e Comercial	Projeto incluído recentemente no empreendimento. Certames lançados, mas suspensos pelo TCDF.
Drenar Taguatinga	Obra licitada, aguardando recursos para contrapartida.
Túnel (Até o viaduto da EPTG)	Obra contratada, porém prosseguimento interrompido por Decisão do TCDF, em consequência de Ação Judicial que questiona o certame.
Viaduto EPTG/EPCT	Obra em Andamento.
EPIG – Viaduto Parque da Cidade	Projeto concluído, porém, até o encerramento do exercício de 2017, não houve liberação de recursos, por parte do Ministério das Cidades que possibilitasse a realização de certame. Há previsão que a liberação ocorra no início de 2018.
EPIG – Trecho SIG	Único trecho autorizado pelo Iphan - projeto concluído em fase final de orçamento (houve necessidade de destacá-lo do restante das obras, face à negativa do Iphan com relação aos demais trechos).
EPIG – Trechos restantes	Projeto concluído, mas com necessidade de ajustes face à nova orientação do IPHAN e Semob.
ESPM – Entre a EPIG e o viaduto da W3	Projeto refeito face às novas diretrizes da Segeth e Semob, eliminando as trincheiras; projeto concluído e em fase final de orçamento para posterior licitação.
ESPM - Viaduto W3	Obra concluída.
ESPM – entre o viaduto W3 e o Terminal da Asa Sul	Projeto pronto para licitação, aguardando o trecho entre a EPIG e o viaduto da W3.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1606 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	822.000,00	3.120.286,00	543,61	543,61
0002 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA-PRAÇA DA JUVENTUDE NA QNN 13 LOTE B- CEILÂNDIA	620.000,00	2.439.216,00	543,61	543,61
0004 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA-PRAÇA DA JUVENTUDE NA QUADRA 203- ITAPOÃ	202.000,00	681.070,00	0,00	0,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	822.000,00	3.120.286,00	543,61	543,61

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6219	Cidade	Etapa - SAG	Estágio
Construir Praça da Juventude na QNN 13, Lote "B", em Ceilândia (CT 001/2016).	Ceilândia	0043	Paralisada
Construir Praça da Juventude na Quadra 23 do Itapoã (CT 006/2014).	Itapoã	0044	Paralisada

Os empreendimentos vinculados ao Programa Temático 6219 referem-se:

- Ação/Subtítulo 1606/0002 - Construção da Praça da Juventude, situada na QNN 13, Lote B, Ceilândia – A obra esteve paralisada durante o ano de 2017. Por descumprimento contratual, pela empresa executora, houve rescisão unilateral, pela Administração, sendo definida a contratação da segunda colocada, nas mesmas condições avençadas com a primeira, a fim de dar continuidade da obra, no início de 2018.
- Ação/Subtítulo 1606/0004 - Construção da Praça da Juventude (mini Vila Olímpica), situada na Quadra 203, Região Administrativa do Itapoã – A obra esteve paralisada durante todo o ano de 2017. O Setor de Acompanhamento e Fiscalização de Contratos, desta Pasta, procedeu à instrução técnica pertinente para avaliação jurídica quanto às providências cabíveis. O Contrato será rescindido em 2018 pela Administração e, caso seja comprovado que a convocação da segunda colocada, no processo licitatório, consista da alternativa mais vantajosa para o Erário, efetivar-se-á sua contratação.

Praça da Juventude na QNN 13, Lt. B, em Ceilândia



6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3271 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	2.432.000,00	2.432.000,00	0,00	0,00
9347 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHES PRÓ-MORADIA CEF- RECANTO DAS EMAS	2.432.000,00	2.432.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	2.432.000,00	2.432.000,00	0,00	0,00

A única Ação deste Programa Temático é vinculada ao contrato de financiamento relativo ao Programa Pró-Moradia. A SINESP em conjunto com a CAIXA avalia a possibilidade de cancelamento dessa meta que integra operação de crédito, devido as dificuldades técnicas de aprovação de sua implantação nas condições originalmente pactuadas, no âmbito do Contrato de Financiamento e Repasse nº 175.749-27/2006 – CAIXA/GDF-PRÓ-MORADIA.

6228 - FAMÍLIAS FORTES

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4118 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	11.000,00	5.495.486,00	0,00	0,00
0004 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL-TRABALHO SOCIAL-PRÓ-MORADIA-DISTRITO FEDERAL	11.000,00	5.495.486,00	0,00	0,00
7294 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS	3.430.000,00	2.930.000,00	0,00	0,00
9656 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS-PRÓ-MORADIA CEF-DISTRITO FEDERAL	3.430.000,00	2.930.000,00	0,00	0,00
3246 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO	3.547.000,00	3.047.001,59	0,00	0,00
0001 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO-PRÓ-MORADIA CEF-DISTRITO FEDERAL	3.547.000,00	3.047.001,59	0,00	0,00
TOTAL - 6228 - FAMÍLIAS FORTES	6.988.000,00	11.472.487,59	0,00	0,00

Este Programa Temático também apresenta ações orçamentárias (3246 e 7294), relativas ao Programa Pró-Moradia, vinculadas ao Contrato de Financiamento e Repasse nº 175.749-27/2006 – CAIXA/GDF-PRÓ-MORADIA, e conforme referido no Programa Temático 6221, a

SINESP em conjunto com a CAIXA avalia a possibilidade de cancelamento dessas metas, devido a dificuldades técnicas de aprovação de sua implantação nas condições originalmente pactuadas.

Quanto ao Subtítulo Orçamentário 4118/0004, trata-se de ação de Acolhimento Institucional, prevista no Programa Pró-Moradia, no âmbito do Contrato de Financiamento e Repasse de nº 0262.225-34/2009, sob a gestão da SINESP. Todavia considerando que a CODHAB é a responsável pela implementação desta atividade, os recursos orçamentários foram descentralizados àquela Companhia e utilizados para lançamento de certame pertinente, que de acordo com informações prestadas por àquele Órgão, restou suspenso por Decisão do TCDF. Em 2018 esta ação transcorrerá por créditos orçamentários a constarem do Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD da CODHAB.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	633.701,00	0,00	0,00	0,00
0021 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DISTRITO FEDERAL	633.701,00	0,00	0,00	0,00
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.454.000,00	3.105.947,00	3.003.863,49	2.867.537,19
0073 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DISTRITO FEDERAL	1.454.000,00	3.105.947,00	3.003.863,49	2.867.537,19
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	2.087.701,00	3.105.947,00	3.003.863,49	2.867.537,19

Na ação 9050 houve o ressarcimento de salários a servidores cedidos por outros Órgãos a esta SINESP, quais sejam, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP; o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP; o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF; a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte e a Defensoria Pública do Distrito Federal. Estes servidores reforçam o Quadro de Pessoal desta Secretaria.

As demais despesas foram para o pagamento de indenizações de transporte e atividades externas, devido as funções realizadas pela área fim, quanto aos servidores integrantes da Carreira de Fiscalização de Atividades Urbanas, conforme Decreto nº 24.217/2003; e para o ressarcimento à NOVACAP do IPTU/TLP pela cessão de Uso, a esta SINESP, de parte de suas instalações, conforme ajustado no Termo de Cessão de Uso nº 008/2008-ASJUR/PRES/NOVACAP.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	17.172.460,00	17.372.648,00	17.337.329,24	17.237.885,41
0092 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DISTRITO FEDERAL	17.172.460,00	17.372.648,00	17.337.329,24	17.237.885,41
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	800.000,00	635.447,00	634.193,27	634.193,27
7003 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DISTRITO FEDERAL	800.000,00	635.447,00	634.193,27	634.193,27
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	2.249.865,00	318.271,47	304.303,09	266.699,00
0091 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DISTRITO FEDERAL	2.249.865,00	318.271,47	304.303,09	266.699,00
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1.050.000,00	0,20	0,00	0,00
0033 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DISTRITO FEDERAL	1.050.000,00	0,20	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	490.000,00	24.034,00	16.762,82	16.762,82
2570 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DISTRITO FEDERAL	490.000,00	24.034,00	16.762,82	16.762,82
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	490.808,00	0,80	0,00	0,00
0066 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DISTRITO FEDERAL	490.808,00	0,80	0,00	0,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	21.412,00	488.204,00	488.203,48	250.000,82
0016 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	21.412,00	488.204,00	488.203,48	250.000,82
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	261.341,00	252.565,00	130.689,05	130.689,05
6962 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	137.247,00	130.690,00	130.689,05	130.689,05
9839 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-BANHEIROS NO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	124.094,00	121.875,00	0,00	0,00
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	50.000,00	0,00	0,00	0,00

5292 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	22.585.886,00	19.091.170,47	18.911.480,95	18.536.230,37

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6001	Cidade	Etapa SAG	Estágio
Complementar recursos para a reforma geral do Espaço Oscar Niemeyer, localizado na Praça dos Três Poderes no Eixo Monumental de Brasília (CT 550/2014 - Novacap).	Plano Piloto	0048	Concluída

Neste Programa realizou-se gastos com pessoal, que abrangem os vencimentos, as contribuições previdenciárias, as substituições e os diversos auxílios, dentre os quais, creche, natalidade, alimentação e transporte; e a manutenção dos serviços administrativos que foi reduzida devido a contenção de gastos imposta pelo Governo. Quanto a modernização não houve a possibilidade desta Pasta empreender em seu parque tecnológico. Já na ação de Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação foram adquiridos toners para impressoras e cabos (patch Cord Cat).

A ação de Conservação das Edificações Públicas teve a maior parte de seus recursos orçamentários remanejada para a SEPLAG, e o saldo remanescente permaneceu contingenciado, durante todo o exercício, impossibilitando sua utilização, porém importante informar que os serviços nas áreas de elétrica, hidráulica, marcenaria, serralheria, entre outros, têm sido realizados por equipes da própria NOVACAP, uma vez que esta Secretaria de Estado ocupa edifício que integra o Complexo Administrativo da NOVACAP.

Na ação Reforma de Prédios e Próprios, igualmente aos anos anteriores, restringiu-se à transferência de créditos para a NOVACAP, para a intervenção relativa à reforma do Espaço Oscar Niemeyer, localizado na Praça dos Três Poderes, no Eixo Monumental de Brasília, com a conclusão da obra neste exercício.

Acrescenta-se que houve quitação de passivo na ação Construção de Prédios e Próprios, referente à construção da Unidade Acadêmica da Faculdade UnB - (UAC), localizada no Centro Metropolitano de Ceilândia, Conjunto A, Lote 01 em Ceilândia - DF, conforme o ato de Reconhecimento de Dívida publicado no DODF nº 248, de 29/12/2017.

Na ação 4080 (Capacitação de Servidores) em obediência à determinação constante no Decreto nº 37.121 de 16/02/2016, publicado no DODF nº 31, seção 1 de 17/02/2016, que vedou gastos com a participação em cursos, congressos, seminários e eventos afins, esta Secretaria buscou capacitar seus servidores sem gerar ônus para a Pasta, por meio de cursos ministrados pela Escola de Governo - EGOV/DF (presenciais e à distância), pela Escola Nacional de Administração Pública - Enap (presenciais e à distância) e por Órgãos do GDF e da União. As inscrições em cursos de capacitação totalizaram, 94 (noventa e quatro); sendo 74 (setenta e quatro) proporcionadas pela EGOV/DF, 07 (sete) pelo CONSAD/DF e 13 (treze) pela Enap. Os eventos realizados abordaram temas diversos de interesse da Administração Pública, com destaque para os abaixo relacionados:

PRESENCIAIS	
Construção de Cenários Prospectivos - Turma 1	II Seminário de Gestão Governamental do Distrito Federal
Acompanhamento e Fiscalização de Contratos	Licitações e Contratos: Lei nº 8.666/93
Aposentadorias e Pensões	Oficinas de Aprendizagem em Ouvidoria - Carta de Serviços
Básico de Informática - Excel	Oficinas de Aprendizagem em Ouvidoria - Lei de Acesso à Informação
Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência	Oficinas de Aprendizagem em Ouvidoria - Linguagem Cidadã

Gestão de Riscos com Base na NBR ISO 31000:2009	Oficinas de Aprendizagem em Ouvidoria - Ouvidoria como Ferramenta de Gestão
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos de Serviços - Realizado pela EGOV	Redação Oficial
Gestão e Fiscalização de Contratos - Realizado pelo TCDF	Seminário de Capacitação em Execução Físico-Financeira de Empreendimentos Custeados com Recursos de Operações de Crédito
Gestão Estratégica do Orçamento	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv - MÓDULO I
II Semana de Capacitação e Aperfeiçoamento Técnico em Controle Interno - GRUPO II	Sistema Integrado de Controle de Processos (SICOPWEB)
Seminário - Estratégia, Negociação e Liderança no setor Público em Tempos de Incerteza - Realizado pela Enap em Brasília	Tratamento de Acervos Arquivísticos
Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência - Realizado pela EGOV em Brasília	X Congresso Consad de Gestão Pública, realizado no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília/DF
XXIII SEMAT/2017 - Seminário de Atualização de Normas e Procedimentos de Controle Externo - Realizado pelo TCDF	Seminário de Prevenção de Artimanhas e Conluís em Obras
Congressos sobre Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto no estado de São Paulo para atualização e difusão do estado da arte.	
A DISTÂNCIA	
Atendimento ao Cidadão	Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
Ética e Serviço Público	Orçamento Público
Gestão de Projetos	Transparência, Ética e Controle Social
Gestão Estratégica com o Uso do BSC	Sistema Eletrônico de Informações - SEI! USAR (Enap)
Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
Problemas de Gestão Ambiental e Administração Pública	
TREINAMENTOS MINISTRADOS	
Treinamento do Sistema Eletrônico de Informações - SEI Ministrado por Servidores da Sinesp	Saneamento e Meio Ambiente: Responsabilidade de todos Ministrada por Servidora da Sinesp
Treinamento do Sistema InfObras Ministrado por Servidores da Sinesp	Sustentabilidade na Área da Construção Civil - Ministrado por Servidores da Sinesp
Palestra "Descargas Atmosféricas e você" Ministrada por Servidor da Sinesp	Reunião sobre o BIM - A apresentação foi conduzida por especialista da empresa para a América Latina e por Servidor da Sinesp
Encontro da 2ª Câmara Temática de Resíduos Sólidos do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal - CDES, no Auditório da SINESP - Ministrado por Servidores da Sinesp e Novacap	Palestra "A Previdência é de Todos e Para Todos" Ministrada pelo Diretor-Jurídico do Instituto de Previdência do DF
TREINAMENTOS MINISTRADOS POR SERVIDORES DA SINESP PARA PÚBLICO EXTERNO	
Palestra no evento Campus Party Brasília, com foco em Geoprocessamento e Serviços de Mapas na Internet, com divulgação do GeoPortal do DF e seu Módulo Espacial Representado pelo Siturb.	Workshop Economia de Água no DF - Ministrado por Servidor da Sinesp em colaboração junto à CAESB, ADASA e Casa Civil DF

Fonte: COGEP/SUAG/Sinesp

Posição em 31/12/2017

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

PANORAMA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a partir da promulgação da Lei Orçamentária Anual - LOA, Exercício de 2017, Lei nº 5.796, de 29/12/2016, obteve valor fixado de R\$ 1.101.027.864,00, relativo às despesas a serem executadas, que acrescido das movimentações orçamentárias ao longo do ano alcançou o montante de R\$ 1.103.141.218,72, a título de Despesa Autorizada.

Importante destacar que as perspectivas decorrentes da LOA 2017, então instituída, respaldavam-se nos Grupos de Despesas e Fontes de Recursos especificados na tabela abaixo, em conjunto com os seus respectivos desempenhos:

Grupo de despesas	Categoria de gasto	Fonte de recursos	Descrição da fonte	Dotação inicial	Despesa autorizada até 31/12/2017	Total empenhado até 31/12/2017	Empenho liquidado até 31/12/2017	Empenho liquidado/Despesa autorizada (%)	Empenho liquidado / Total empenhado (%)
-------------------	--------------------	-------------------	--------------------	-----------------	-----------------------------------	--------------------------------	----------------------------------	--	---

Pessoal e encargos sociais	1	100	Ordinário não vinculado	19.140.161,00	20.401.595,00	20.265.109,56	20.029.339,43	98,18%	98,84%
Outras despesas correntes	3	100	Ordinário não vinculado	27.376.717,00	2.420.729,27	2.397.315,19	2.359.711,10	97,48%	98,43%
Outras despesas correntes	3	121	Aplicações financeiras vinculadas (convênios)	0,00	20.000,00	12.577,40	12.577,40	62,89%	100,00%
Outras despesas correntes	3	134	Contribuição para iluminação pública	169.199.814,00	187.625.113,00	186.430.994,66	168.600.927,82	89,86%	90,44%
Outras despesas correntes	3	135	Operações de crédito internas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00%	-
Outras despesas correntes	3	136	Operações de crédito externas	10.483.350,00	10.483.350,00	0,00	0,00	0,00%	-
Investimentos	4	100	Ordinário não vinculado	44.320.953,00	4.125.693,43	3.208.857,11	1.924.150,84	46,63%	59,96%
Investimentos	4	107	Alienação de imóveis (lei nº 81/89)	0,00	6.783.143,00	1.030.750,94	0,00	0,00%	0,00%
Investimentos	4	132	Convênios outros órgãos (não integrantes do gdf)	4.570.064,00	14.307.845,00	709.972,50	259.972,50	1,82%	36,62%
Investimentos	4	134	Contribuição para iluminação pública	47.435.833,00	69.673.525,02	56.810.092,63	45.257.534,83	64,96%	79,66%
Investimentos	4	135	Operações de crédito internas	762.578.000,00	754.496.522,00	120.383.894,89	114.471.783,68	15,17%	95,09%
Investimentos	4	136	Operações de crédito externas	15.912.972,00	15.912.972,00	0,00	0,00	0,00%	-
Investimentos	4	300	Ordinário não vinculado	0,00	60,00	0,00	0,00	0,00%	-
Investimentos	4	321	Aplicações financeiras vinculadas (convênios)	0,00	331.230,00	0,00	0,00	0,00%	-
Investimentos	4	332	Convênios outros órgãos - exercícios anteriores	0,00	9.359.473,00	1.363.668,06	1.213.668,06	12,97%	89,00%
Investimentos	4	335	Operações de crédito internas	0,00	5.884.936,00	5.070.426,11	4.867.043,22	82,70%	95,99%
Investimentos	4	390	Contrapartida de convênio - tesouro	0,00	1.305.032,00	1.294.295,20	1.246.038,07	95,48%	96,27%
TOTAL				1.101.027.864,00	1.103.141.218,72	398.977.954,25	360.242.746,95	32,65%	90%

Observa-se que 72% da dotação inicial do Orçamento desta Secretaria, era vinculada a fontes de recursos relativas aos instrumentos firmados entre o Distrito Federal, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil (Fontes 132 e 135) e contemplavam, também, a previsão de celebração de operação de crédito junto a organismo internacional, (Fonte 136). No que se refere aos recursos próprios provenientes da arrecadação do Distrito Federal, estes representavam aproximadamente 28%, do total da dotação inicial, (Fontes 100 e 134).

Vale ressaltar a destinação da dotação inicial da Fonte de Recursos 100 – Ordinário não vinculado, cuja previsão de R\$ 90.837.831,00 não se configurou em despesa autorizada para os gastos correntes (Grupo 3) e para os investimentos (Grupo 4), no mesmo montante fixado para a programação dessas despesas. Assim, do total de R\$ 71.697.670,00 constante das dotações iniciais para estas categorias, obteve-se apenas R\$ 6.546.422,70, equivalentes a menos de 10%, mantidos consignados para execução.

A situação acima exposta decorreu das perdas orçamentárias sofridas no montante de R\$ 44.533.146,00, conforme detalhado em quadro abaixo e demais contingenciamentos impostos durante o exercício, não obstante o Decreto nº 37.979, de 26/01/2017, relativo à programação orçamentária e financeira, para o exercício de 2017, ter disposto contingenciamento para os Grupos 3 e 4, de R\$ 7.973.015,00 (Grupo 3) e R\$ 4.953.399,00 (Grupo 4), que totalizaria R\$ 12.926.414,00.

Créditos remanejados para atendimento de déficits de outras unidades governamentais Fonte de recursos 100				
Perdas	Mês	Instrumento/Cancelamento	Valor Remanejado	Destinação dos Recursos
Cancelamentos efetivados pela seplag	Março	Decreto nº 38.071 de 20/03/2017,	11.800.000,00	Atender déficit orçamentário da Novacap, referente à Manutenção de Vias Públicas em diversos locais do

	DODF nº 55 de 21/03/2017.		Distrito Federal, conforme deliberação da Ata 16ª da GOVERNANÇA-DF.
	Decreto nº 38.083 de 22/03/2017, DODF nº 57 de 23/03/2017.	103.000,00	Atender déficit da Secretaria de Estado de Fazenda, referente a Reprogramação Orçamentária: Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação; e Ressarcimentos, Indenizações e Restituições.
	Total em março	11.903.000,00	
Abril	Portaria nº 124 de 04/04/2017 DODF nº 67 de 06/04/2017.	4.859.796,00	Troca de Fonte de Recursos da SINESP (100 para 107) para atender déficit orçamentário da Secretaria de Estado de Fazenda, referente ao pagamento de Dívida Externa, conforme Item 13.1 da Ata da 6ª Reunião da GOVERNANÇA-DF.
	Decreto nº 38.119 de 06/04/2017, DODF nº 68 de 07/04/2017.	2.016.664,00	Atender déficit orçamentário do Serviço de Limpeza Urbana - SLU, referente à Manutenção das Atividades de Limpeza Pública em diversos locais do Distrito Federal, conforme Ata 28ª da GOVERNANÇA-DF.
	Decreto nº 38.137 de 17/04/2017, DODF nº 74 de 18/04/2017.	8.972.718,00	Atender déficit orçamentário Novacap, referente a renovação de Contratos de Manutenção de Vias Públicas em diversos locais do Distrito Federal, conforme Item 1 da Ata da 32ª Reunião da GOVERNANÇA-DF.
	Decreto nº 38.138 de 20/04/2017, DODF Edição Extra nº 18 de 20/04/2017.	9.173.333,00	Atender déficit da Secretaria de Estado de Fazenda, referente a Reprogramação Orçamentária, conforme autorização contida na Ata 29ª da GOVERNANÇA-DF: Manutenção de Serviços Administrativos Gerais; Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação; Ação de Incentivo a Arrecadação e Educação Tributária-PINAT-Programa Nota Legal; Amortização e Encargos da Dívida Pública Relativa ao INSS e PASEP; e Ressarcimentos, Indenizações e Restituições.
	Total em abril	25.022.511,00	
Maio	Decreto nº 38.163 de 28/04/2017, DODF nº 82 de 02/05/2017.	5.377.587,00	Atender reprogramação da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão. Para execução de acordo com o item 01-Deliberação da Ata da 30ª Reunião da GOVERNANÇA-DF: Manutenção de Bens Imóveis do Governo do Distrito Federal - Vigilância.
	Total em maio	5.377.587,00	
Julho	Decreto nº 38.343, de 18/07/2017 - DODF nº 137, de 19/07/2017.	103.000,00	Atender déficit da Adm. Regional do Lago Norte - cancelamento para suplementação do PT 15.451.6210.1110.9907 UO 59120 (Relativo ao Programa denominado Par'Ção).
	Total em julho	103.000,00	
Agosto	Decreto nº 38.426, de 22/08/2017 - DODF nº 162, de 23/08/2017.	70.000,00	Atender déficit do DFTRANS - crédito autorizado pelo item 20 da 67ª Reunião da Governança/DF acostada ao processo SEI nº 00098.00053657/2017-85. Objetiva-se aportar recurso em favor da programação do Passe Livre Estudantil - DFTRANS/DF.
	Total em agosto	70.000,00	
Novembro	Portaria nº 544 de 24/10/2017 - DODF nº 211 de 03/11/2017.	881.114,00	Descontingenciamento nos termos da autorização contida item extrapauta 16, da Ata da 84ª Reunião da Governança. Suplementação para amortização de dívida.
		292.233,00	Descontingenciamento nos termos da autorização contida item extrapauta 16, da Ata da 84ª Reunião da Governança. Suplementação para amortização de dívida.
		750.000,00	Descontingenciamento nos termos da autorização contida item extrapauta 16, da Ata da 84ª Reunião da Governança. Suplementação para amortização de dívida.
	Decreto nº 38.654 de 28/11/2017 - DODF nº 228 de 29/11/2017.	133.701,00	Cancelamento para atender folha de pessoal de novembro da Sefaz.
	Total em novembro	2.057.048,00	
TOTAL GERAL		44.533.146,00	

No tocante às transferências de créditos orçamentários relativas a fonte 100, esta Secretaria celebrou Portarias Conjuntas de descentralização com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, no valor total de R\$ 1.906.041,19, destinadas em sua maioria para dar continuidade a contratações pendentes de recursos.

Quanto às Emendas Parlamentares Distritais, também lastreadas pela Fonte de Recursos 100, como nos anos anteriores, em que pese o caráter de impositividade, a utilização desses recursos ficou condicionada à comunicação formal, pelo autor à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - Seplag, conforme Artigo 31, § 6º da Lei nº 5.695, de 03/08/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2017. Inicialmente foi consignado o montante de R\$ 6.414.000,00, dos quais R\$ 4.201.784,00 foram remanejados pelos seus autores, para outras finalidades governamentais, restando cancelados do Orçamento desta Sinesp. Em relação ao saldo remanescente de R\$ 2.212.216,00, houve efetivo desbloqueio pela Seplag de apenas R\$ 1.349.360,00 para utilização pela Pasta, sendo:

. R\$ 999.360,00 – destinados à execução de obras de implantação de iluminação pública nas Regiões Administrativas de Planaltina, Sobradinho e Cidade Estrutural, com endereçamentos específicos e elencados pelo autor da emenda para atendimento, o que requereu encaminhamento à Companhia Energética de Brasília – CEB, para análise e elaboração de estimativas de custos, dos quais R\$ 998.960,69, foram empenhados à conta do Convênio nº 001/2017-Sinesp/CEB e do Contrato nº 003/2017-Sinesp/CEB, dada a pertinência das intervenções solicitadas aos objetos pactuados nesses instrumentos. Salienta-se que parte da demanda proposta pelo parlamentar não pode ser contemplada, devido ao custo estimado pela CEB ter superado o valor disponibilizado, proveniente dos recursos da emenda.

. R\$ 200.000,00 – destinados à execução de intervenção relativa à Ampliação da Rede de Iluminação Pública do SAAN – Distrito Federal, todavia, com aplicação definida pelo autor em 01/12/2017, a ser operada mediante descentralização de créditos da Sinesp à Administração Regional de Brasília. A proposta de minuta do ato conjunto foi apresentada por esta Sinesp à referida Administração Regional, porém, não houve a celebração do ato, face aos requisitos necessários para a utilização desses recursos ainda no exercício de 2017, por conseguinte, os créditos restaram não empenhados.

Ainda acerca de créditos provenientes de emendas parlamentares, houve a transferência do valor de R\$ 150.000,00 a esta Sinesp pela Novacap, mediante Portaria Conjunta de descentralização de créditos orçamentários, com destinação exclusiva para a implantação de iluminação pública na QNL 09/11 de Taguatinga/DF, mas que, também não restou empenhada, devido ao custo estimado da intervenção exceder o valor previsto da emenda. Contudo, a execução da obra foi programada para ser realizada à conta de recursos institucionais.

No que concerne à Fonte de Recursos 134 – Contribuição para Iluminação Pública – CIP, verificou-se uma realização de aproximadamente 90% dos créditos orçamentários consignados no Grupo de Despesas 3 – Outras Despesas Correntes, que se destinou aos contratos de prestação de serviços executados de forma contínua, sob gestão desta Secretaria, desde meados de 2015, correspondentes à consultoria, engenharia, de manutenção, operação, manutenção preventiva e corretiva, bem como gerenciamento do parque de iluminação pública do DF e fornecimento de energia elétrica.

Para o Grupo de Despesas 4 – Investimentos alocado na Fonte 134 que ora se descorre, destaca-se a formalização de novo contrato e de convênio entre esta Secretaria e a Companhia Energética de Brasília – CEB, que visa proporcionar a execução de obras de implantação, expansão e melhoria do Sistema de Iluminação Pública do Distrito Federal, consoante os critérios estabelecidos na Decisão nº 2550/2017 do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Cabe salientar que a Decisão, retro mencionada, o Parecer nº 804/2017-PRCON/PGDF, de 03/10/2017, e o Acordo entre o GDF e a CEB, intermediado pela Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF possibilitaram a esta Secretaria efetivar

liquidação mediante reconhecimento de dívidas, decorrentes de contratações firmadas entre a então Secretaria de Estado de Obras e a CEB. A dívida reconhecida totalizou o expressivo montante de R\$ R\$ 49.587.623,89, consistindo de passivos constituídos em gestões anteriores, conforme a seguir especificados:

- R\$ 36.781.744,04 - Contrato nº 040/2008 – Passivos de competência da Gestão de 2008 a 2010;

- R\$ 6.698.402,64 - Contrato nº 027/2012 – Passivos de competência da Gestão de 2012 a 2014;

- R\$ 5.868.831,47- Contrato nº 037/2012 – Passivos de competência da Gestão de 2012 a 2014;

- R\$ 38.645,74 - Contrato nº 037/2012 – Passivo de competência da Gestão de 2015;

Efetivou-se também, nessa fonte 134, descentralização de créditos orçamentários no valor de R\$ 1.628.877,98, para a Administração Regional de Vicente Pires, com a finalidade de custear despesas relativas as obras de melhoria de iluminação pública na Região Administrativa de Vicente Pires.

Em relação às Fontes Externas, cabe salientar que a alocação de créditos orçamentários, vinculados a essas fontes é estimada no Orçamento da Pasta, a partir de instrução de Setor específico desta Secretaria, que procede avaliação da situação dos contratos referentes a recursos provenientes de convênios, termos de compromisso, contratos de repasse e operações de crédito, junto aos organismos financiadores. Porém sua efetiva realização está sujeita a ocorrências verificadas nas fases de: elaboração de projetos de engenharia, planilhas de custos, obtenção de licenciamentos por parte de Institutos pertinentes, aprovações e autorizações dos Órgãos concedentes para lançamento e desenvolvimento de certames e sobretudo, às ocorrências durante a execução das intervenções.

Ressalta-se, também, que a realização das fontes de recursos externas transcorre de acordo com a situação de cada intervenção a ser custeada, acompanhada, monitorada e instruída pelos gestores responsáveis e designados para tal fim, após o cumprimento de etapas técnicas e legais pertinentes e diante de requisitos estabelecidos pelos organismos contratados, ou cedentes, nos respectivos instrumentos pactuados e por ocasião da análise de medições submetidas a tais entes.

Para essas fontes de recursos foi fixado em Lei o valor de R\$ 793.554.386,00 (custeio e investimento) que somado aos superávits consignados e as movimentações resultou em R\$ 810.455.098,00. Desse total autorizado, o montante de R\$ 754.496.522,00 correspondia à Fonte de Recursos 135 – Operações de Crédito Internas, que ao longo do exercício obteve valor empenhado de aproximadamente R\$ 293 milhões, ajustado posteriormente ao montante de R\$ 127.527.961,56, tendo em vista as diretrizes do Decreto nº 38.583, de 27/10/2017, que dispôs sobre os prazos e procedimentos para encerramento do exercício financeiro de 2017, sendo liquidado o valor de R\$ 120.812.467,46, correspondente ao percentual de 15% de realização.

O valor obtido para liquidações na fonte 135 foi oriundo de desembolsos das operações de crédito com o Banco do Brasil (R\$ 69.151.949,50) e a Caixa Econômica Federal (R\$ 47.720.127,52), e custearam etapas de obras executadas e seus respectivos reajustamentos, decorrentes das contratações relativas à implantação de infraestrutura nos Setores Habitacionais Sol Nascente, Vicente Pires, Buritizinho, Porto Rico e Bernardo Sayão. Ademais, o superávit consignado, proveniente dessa fonte, ou seja, 335, equivalente a R\$ 5.884.936,00 permitiu a complementação de recursos a contratos e a liquidação de despesas de exercícios anteriores, tendo alcançado o percentual de realização de aproximadamente 83%.

Ainda sobre a fonte 135 foi necessária a descentralização de recursos no valor de R\$ 35.655.655,00, à Companhia do Desenvolvimento Habitacional de Brasília – Codhab, Órgão

responsável pela Construção de Unidades Habitacionais no Setor Habitacional Sol Nascente, em Ceilândia.

Por fim, ao se aferir o comportamento orçamentário desta Secretaria, observa-se que o ano de 2017 obteve melhor desempenho dentre os exercícios financeiros deste Governo, apesar das dificuldades e restrições impostas e da acentuada inexecução orçamentária, que ainda persiste, com referência às fontes externas, previstas pelos setores competentes em montantes que assegurariam: o desenvolvimento de contratações de grande porte, para as quais se anteviam andamentos normais, como as do Sol Nascente, Vicente Pires, Buritizinho, Porto Rico, Bernardo Sayão, Túnel Rodoviário de Taguatinga, as novas contratações previstas para determinados lotes dos Setores Habitacionais Bernardo Sayão e Vicente Pires e os certames projetados para empreendimentos integrantes do Corredor Oeste e a Construção do Ginásio Poliesportivo do Gama que necessitariam de tais aportes orçamentários.

3.1. Empreendimentos sob a Gestão da SINESP

Ampliação do Sistema de Drenagem Pluvial (DRENAR DF)

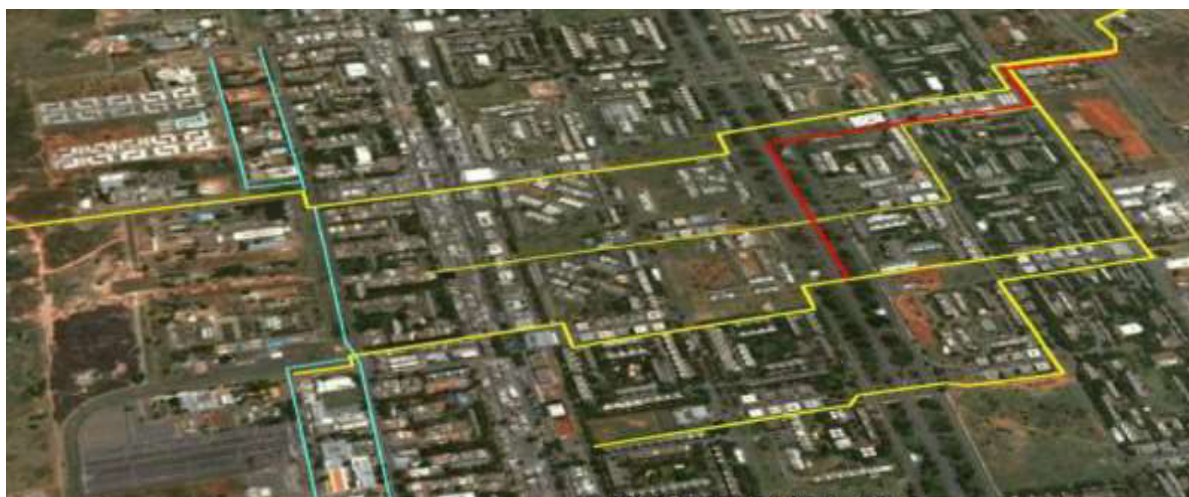
Consiste no redimensionamento das galerias de águas pluviais de áreas que sofrem com as constantes inundações em época de chuvas. O programa foi dividido em Drenar 1 e 2. O Drenar 1 compreende a região do Plano Piloto e visa reforçar a rede de drenagem das faixas 01/02 e 10/11 da Asa Norte e 13 da Asa Sul. Assim, o trabalho será iniciado pelas quadras 900, passando pelas Quadras 700, 500, 300, 100, 200, 400, 600 e 800, seguindo até o Lago Paranoá. Já o Drenar 2 abrange a região de Taguatinga, integrando as quadras dos seguintes setores: QNA, QNB, QNC, QND, QNE, QNF, QSA e QSB, QSC, CSA e CSB, além das Avenidas Hélio Prates e Comercial.

O programa prevê também a melhoria da qualidade da água pluvial descarregada no Lago Paranoá, por meio da retenção dos resíduos em bacias de contenção e qualidade que vão reduzir ainda o pico da vazão do volume de água afluente no Lago, evitando o assoreamento. Com um investimento de R\$ 259,3 milhões, o Drenar DF beneficiará mais de 440 mil pessoas. São 220.393 habitantes do Plano Piloto e 222.598 em Taguatinga.

DRENAR DF - TAGUATINGA - LOTE 01 (BACIAS 1 a 7) e LOTE 02 (BACIAS 8 a 13)



DRENAR DF - Plano Piloto - LOTE 3 - FAIXA 10 a 11 Norte



Viaduto da EPIG

O viaduto faz parte de um conjunto de obras no corredor Eixo Oeste, cujos trabalhos incluirão o alargamento de vias de modo que, no futuro, haja em toda a EPIG quatro faixas, uma delas exclusiva para BRT. Em média, 22 mil veículos circulam por dia na região. A implantação do viaduto faz parte de uma série de projetos de mobilidade urbana e a sua finalidade é melhorar a trafegabilidade do trânsito na região. O custo estimado da obra do viaduto é R\$17,7 milhões. Os trevos na EPIG serão feitos em trincheiras, ou seja, de forma subterrânea, de modo que os veículos que trafegam pela EPIG permanecem no nível atual da via. Com a mudança, quem sair do Parque da Cidade em direção ao Sudoeste não terá mais que passar por semáforos e retornos. Seguirá direto para a Avenida das Jaqueiras, passando embaixo da EPIG. No sentido inverso, haverá apenas um retorno para acessar a pista do parque. A obra também permitirá sair do Sudoeste no mesmo nível da avenida das Jaqueiras e seguir para a EPIG, sentido Plano Piloto e vice-versa, sem a necessidade de retorno.

Viaduto da EPIG com o Sudoeste/Parque da Cidade - Trecho 2



Túnel Rodoviário de Taguatinga

O túnel fará uma ligação subterrânea para quem segue para Ceilândia, pela via Elmo Serejo, além de oferecer uma via alternativa pela superfície para o Centro de Taguatinga. Isso evitará a retenção de veículos nos semáforos do centro de Taguatinga. Com a conclusão da obra, os carros que estiverem na Avenida Elmo Serejo, sentido Plano Piloto, mergulharão pelo túnel e sairão na Estrada Parque Taguatinga (EPTG). Do outro lado, aqueles que chegarem à Taguatinga pela EPTG também passarão por ele até o início da Via Estádio, saindo logo após o viaduto da Avenida Samdu. Vias marginais darão acesso às Avenidas Comerciais e Samdu Sul e Norte. O túnel terá 830 metros de extensão e vai contar com duas pistas paralelas, cada uma com três faixas de rolagem em cada sentido. Com investimento inicial previsto em R\$200 milhões, o túnel beneficiará a trafegabilidade para os 135 mil carros que circulam diariamente pela região.

Construção do Túnel de Taguatinga



Alargamento do Viaduto da EPTG Sobre a EPCT

Com 60 metros de extensão e 20 metros de largura, o viaduto da interseção da EPTG - EPCT (DF-001), localizada no trecho 10 do Corredor Oeste, em Taguatinga, ganhará mais duas faixas, sendo uma de veículos e outra exclusiva para ônibus. Os serviços para a construção do alargamento do viaduto da interseção da EPTG - EPCT são fundamentais para a execução das obras do Túnel de Taguatinga, uma vez que esta interseção será conectada ao túnel. O Eixo Oeste beneficiará diretamente a população do Plano Piloto e Regiões Administrativas de Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Águas Claras, Vicente Pires e Guará. Também serão beneficiadas, indiretamente, as regiões de Brazlândia e de Águas Lindas/GO.

Ampliação do Viaduto da EPTG Sobre a EPCT



Drenagem e Pavimentação do Sol Nascente

No Sol Nascente, as obras irão beneficiar os quase 70 mil moradores da região. No total, estão sendo investidos R\$ 220,3 milhões em melhorias no Setor Sol Nascente. Os recursos são originários da Caixa Econômica Federal (75%), com contrapartida do Governo de Brasília (25%). A previsão é de que os trabalhos em toda a região sejam concluídos em 2019, com entregas parciais previstas para 2018. As obras de urbanização, no Sol Nascente, incluem drenagem pluvial, pavimentação asfáltica, execução de calçadas e implantação de meios-fios. Para viabilizar a execução dos serviços de implantação de infraestrutura no setor, os espaços foram divididos territorialmente em três trechos.

Obras de Infraestrutura no Sol Nascente - Trecho 1



Obras de Infraestrutura no Sol Nascente - Trecho 2



Obras de Infraestrutura no Sol Nascente - Trecho 3





DRENAGEM EXECUTADA

Drenagem e Pavimentação de Vicente Pires

As obras de urbanização em Vicente Pires incluem drenagem pluvial, pavimentação asfáltica, execução de calçadas e implantação de meios-fios. Ao todo, serão realizados 185,6 km de drenagem pluvial e 253,4 km de pavimentação asfáltica em vias equivalentes a 7 metros de largura, além de calçadas e meios-fios ao longo dessas vias. O investimento é de R\$ 463 milhões. As obras irão beneficiar os cerca de 75 mil habitantes da Região Administrativa criada em 2009.

Obras de Infraestrutura em Vicente Pires



PROJETO DE DRENAGEM

DRENAGEM EXECUTADA

RESERVATÓRIOS



Drenagem e Pavimentação do Bernardo Sayão

Serão cerca de 32 km de drenagem, 46 km de pavimentação, com calçadas e meios-fios, que beneficiarão os cerca de 12 mil habitantes do local. O investimento é de R\$ 56 milhões, com recursos provenientes da Caixa Econômica Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento para pavimentação e qualificação de vias. O governo de Brasília entra com 5% desse valor como contrapartida.

Obras de Infraestrutura no Bernardo Sayão



Drenagem e Pavimentação do Setor Habitacional Ribeirão Porto Rico, em Santa Maria

As obras de infraestrutura incluem a execução de 15 km de drenagem, 19,5 km de pavimentação asfáltica, 45 mil m² de calçadas e 38 mil m² de meios-fios. Cerca de 20 mil moradores da região serão beneficiados com a urbanização do local. O Condomínio ocupa uma área de aproximadamente 81 hectares, o equivalente a 75 campos de futebol. A área foi dividida em lotes (1, 2, 3, 4, 5 e 6) para a execução das benfeitorias, que tiveram início em julho de 2016. A previsão de conclusão do conjunto das obras de urbanização de todo o setor é abril de 2018.

Obras de Infraestrutura no Porto Rico



Drenagem e Pavimentação do Buritizinho, em Sobradinho II

Com um investimento de R\$ 31,4 milhões, os cerca de seis mil moradores estão sendo beneficiados com oito quilômetros de redes para captação de águas das chuvas, 51,5 quilômetros de calçadas, 22 quilômetros de meios-fios e duas lagoas de detenção das águas de drenagem. Além disso, 11 quilômetros de ruas estão sendo pavimentadas em asfalto ou bloquetes.

Obras de Infraestrutura no Buritizinho



■ Pavimentação a executar

■ Drenagem a executar



DRENAGEM EXECUTADA



PAVIMENTAÇÃO EXECUTADA



CALÇADAS EXECUTADAS

Praça da Juventude de Ceilândia

A Praça da Juventude será uma grande conquista dos habitantes de Ceilândia e contribuirá para a melhoria da qualidade de vida dos moradores. No passado, o local que estava abandonado há vários anos ficou popularmente conhecido como “castelo de grayskull” e servia de abrigo para usuários de droga, fugitivos da justiça e moradores de rua. Mais do que um espaço físico para a prática de esportes, a população de Ceilândia ganhará também uma área de convivência comunitária, onde diversas atividades culturais, de inclusão digital e de lazer poderão ser realizadas para a população de todas as faixas etárias. A praça vai ocupar uma área de 8.111,53 m² e contará com pistas de caminhada, salto triplo e salto a distância, todas com sistema de iluminação específico; quadra de vôlei de praia; área de exercícios e alongamento; pista de skate; campo de futebol society; quadra poliesportiva coberta; vestiários; teatro de arena com palco; quiosque de alimentação; arquibancadas; bebedouros; grama natural e sintética; sanitários com acesso para pessoas com deficiência, além de centro de convivência com salas para: ginástica, terceira idade, administração e reuniões. A obra também contará com paisagismo, totem e mastro para bandeiras. O projeto da Praça da Juventude foi criado em 2007 com o objetivo de oferecer à população um equipamento esportivo público de qualidade. A ideia é que o espaço seja um ponto de encontro de referência para a juventude.

PRAÇA DA JUVENTUDE



Calçadas da Asa Sul

Construção de novas calçadas em cinco quadras da Asa Sul: 107, 108, 109, 307 e 308, com investimento total de aproximadamente R\$ 1,2 milhão. As obras atendem às novas regras de acessibilidade, com a instalação de pisos táteis junto às rampas que indicam às pessoas com necessidades especiais que estão se aproximando de uma via rodoviária.



Execução de Calçadas na SQS 107



Execução de Calçadas na SQS 109



Pista de Cooper da Vila Planalto

Com 3.500 metros de extensão, a pista de cooper da Vila Planalto está em fase final. Foram investidos R\$ 285 mil na obra que beneficiará cerca de três mil moradores da região. A construção da pista de cooper segue as normas técnicas de execução e atendeu às demandas da população local apresentadas à Sinesp e à Administração do Plano Piloto. A pista recebeu rebaixamento para viabilizar o acesso às pessoas com deficiência visual, de acordo com as novas regras de acessibilidade recomendadas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), e piso reforçado em trechos onde existe o trânsito de veículos para que não ocorram danos devido ao peso dos carros.

3.2. Principais Empreendimentos Futuros

Para o exercício de 2018 temos as seguintes metas:

1. Conclusão das obras de execução de pavimentação asfáltica, meios – fios, drenagem pluvial e execução de obras de artes especiais em Vicente Pires – Lotes 06, 07;
2. Conclusão das obras de execução de pavimentação asfáltica, blocos intertravados, meios-fios e drenagem pluvial no Setor Habitacional Buritizinho, em Sobradinho II;
3. Conclusão das obras de execução de pavimentação asfáltica, blocos intertravados, meios-fios e drenagem pluvial no Setor Habitacional Condomínio Ribeirão Porto Rico, em Santa Maria;
4. Conclusão das obras de execução de pavimentação asfáltica, blocos intertravados, meios-fios e drenagem pluvial no Setor Habitacional Sol Nascente, Trechos 1 e 2;
5. Obras que aguardam liberação de recursos financeiros para programação de sua execução:
 - 5.1- Contratação do Drenar Taguatinga – Lote 1 - R\$ 83.173.832,88.
 - 5.2- Contratação do Drenar Taguatinga – Lote 2 - R\$ 23.731.004,42.
 - 5.3 - Contratação do Drenar Taguatinga – Lote 3 - R\$ 32.292.487,27.
6. Obras em fase de contratação:
 - 6.1 Contratação da execução de Centro de Iniciação ao Esporte – Santa Maria – R\$ 4.458.742,93
 - 6.2 Contratação de execução de Centro de Iniciação ao Esporte – Sobradinho – R\$ 4.247.063,87
 - 6.3 Continuidade da intervenção da execução da Praça da Juventude – Ceilândia – R\$ 2.608.985,42
 - 6.4 - Pavimentação e Drenagem/Urbanização no Setor Habitacional Bernardo Sayão – Lote 02 – R\$ 7.795.586,94

3.3 Implantação e Desenvolvimento de Tecnologia da Informação - TI e Sistema InfObras

Assim como em 2015 e 2016, as ações desta Pasta, efetuadas na área de Tecnologia da Informação – TI, foram divididas em gestão, desenvolvimento, suporte infraestrutura e geoprocessamento. Buscou-se a orientação definida pela governança de Tecnologia da Informação, tendo como motivação o Guia de Boas Práticas - COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology) e a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) 2016-2019, do GDF.

Conforme estabelecido pela iniciativa estratégica número 24 da EGTI ("24. Instituir comitê permanente e atuante de TI, baseado no Guia de Comitê de TIC do SISP"), foram efetuadas duas reuniões do Comitê de TI, no dia 1º de junho e no dia 20 de novembro. As atas são disponibilizadas na Intranet após a homologação pelo Secretário e constam do processo SEI 00110-00003121/2017-86 à disposição para consultas. Durante as reuniões a área de TI, da SINESP, apresentou as realizações das ações do PDTI, conforme orientado no item 26 da EGTI: "Executar o PDTI conforme o Planejamento.

A infraestrutura de rede da SINESP foi totalmente reformulada, a fim de atingir as iniciativas estratégicas 9 ("Criar o inventário de ativos de TI) e 11 do objetivo "ter a gestão de serviços de TI baseada em melhores práticas", meta "aprimorar gestão de serviços de TI", bem como a iniciativa 9 - "fomentar o compartilhamento de serviços e infraestrutura de TI(...)" da meta "aprimorar gestão de serviços de TI".

No que tange à segurança da informação, a configuração das cópias de segurança (backups) dos servidores de arquivos foi revista, e também foi adotado um software livre, o GSA OpenVAS para análise de vulnerabilidades dos equipamentos.

Iniciou-se a documentação de rotinas internas de TI, proposta na iniciativa 5 da meta "implantar mecanismos de Gestão de Conhecimento", com a utilização do software livre MediaWiki.

Em conformidade com os itens 22 - "Hospedar os dados do órgão em ambiente seguro, controlado e monitorado" e "30. Verificar disponibilidade de infraestrutura de TI (sistemas estruturantes, serviços corporativos de TI, bem como a rede metropolitana de comunicação corporativa) com o CeTIC (...)" da EGTI, foi realizada migração de todos os dados institucionais utilizados pela SINESP para a Nuvem da SEPLAG.

Configuração de Sistemas de Apoio, acessados pela Intranet

- Registros das demandas direcionadas ao contrato de Impressões Gráficas da SINESP.
- Registro e atendimento de chamados para o setor de Administração Geral, da SINESP.
- Transmissão de streaming de vídeo SINESP TV

Sítio e Intranet SINESP

Em 2017 a área de TI deu continuidade à manutenção do sítio e da Intranet, em atendimento às solicitações da Assessoria de Comunicação desta Secretaria, e de outras áreas desta Pasta para inclusão de novas funcionalidades.

O site foi reformulado, em outubro de 2017, conforme orientações da Secretaria de Comunicação, tendo sido a SINESP uma das primeiras Secretarias a migrar para o novo modelo. Esse pioneirismo fez com que o sítio da SINESP fosse utilizado como referência para outros Órgãos do Governo. Ressalta-se também que, assim como em 2016, esta Secretaria logrou destaque, em 2017, como um dos cinco Órgãos do GDF, a ter atingido os 100% de Transparência - Notícia Transparência Ativa.

Perspectivas para o ano de 2018

Visando atividades para a atualização e melhoria contínua do ambiente tecnológico da SINESP e de acordo com as prioridades estabelecidas pela Equipe de Elaboração do PDTI, as perspectivas da área de TI, desta Pasta, para o próximo exercício seguem divididas por áreas de atuação:

Gestão

- Elaboração do PDTI 2018-2019
- Dados Abertos

Infraestrutura

- Criação de Clusters dos servidores físicos e centralização de máquinas virtuais em espaço compartilhado para alta disponibilidade dos serviços para utilização plena do recurso

XenMotion;•IDS/IPS para monitoramento do tráfego de entrada no ambiente da interface WAN do firewall Externo;

- Ajuste da infraestrutura dos serviços virtualizados prejudicados pela falta de espaço nos discos dos servidores físicos;
- Migração de todo o serviço do InfObras para a nova infraestrutura;
- Ajuste e centralização dos bancos de dados descentralizados para a rede segmentada de Banco de Dados;
- Separação da aplicação e de banco de dados nas redes DMZ, Servidores e Banco de Dados de todos os serviços que utilizam este modelo de estrutura;
- Integração da rede sem fio com recursos e serviços da rede interna para melhoria de mobilidade (Sistemas de Chamados);
- Migração da central telefônica e dos aparelhos telefônicos IP para a VLAN da rede de telefones.

Desenvolvimento

- Desenvolvimento do Mapa de Obras no InfObras, indicando nas obras e intervenções geridas pela Secretaria, suas fases e valores;
- Desenvolvimento de modelos de Contrato, Aditivos e Ordens de Serviço no InfObras, a fim de que sejam emitidos diretamente do Sistema;
- Definição de Processo de Desenvolvimento de Software – PDS;
- Integração entre os Sistemas InfObras e Siggo;
- Georreferenciamento – Importação dos mapas de projetos para o InfObras.

Aquisições

Devido às restrições orçamentárias sofridas no exercício de 2017, a SINESP priorizou ações que não geraram despesas. Porém ainda restou necessário realizar ações que tiveram seus recursos contingenciados ou liberados abaixo do estimado, portanto objetiva-se retomar algumas ações em 2018, quais sejam:

- Renovação do parque de impressoras e digitalização – Processo SEI nº 0110-000256/2016;
- Solução de armazenamento de dados – Processo SEI nº 00110-00003072/2017-81;
- Renovação do parque de ativos;
- Licenças Windows Office;
- Renovação do parque de desktops.

3.3.1 Desenvolvimento - InfObras

Algumas das principais atividades da SINESP, na área de TI, foram as ações de geoprocessamento e do Sistema interinstitucional InfObras. Lista-se a seguir as ações realizadas para este Sistema:

- Treinamentos ocorridos em 15/08/2017 e 06/09/2017;
- Implementação de melhorias diversas nos Módulos do Sistema (manutenções corretiva, adaptativa e evolutiva);
- Consumir dados do Portal da Transparência (iniciada em 01/11/2017);
- Segurança da Informação – Criação de perfis e desabilitação de usuários por inatividade há mais de 250 dias sem acessar o sistema - Conforme Iniciativa Estratégica número 21 da EGTI: "21. Cumprir as diretrizes da Política de Segurança da Informação do DF".

E no tocante ao Geoprocessamento, destacam-se as seguintes iniciativas:

- Criação de serviços de mapas em banco de dados geoespacial para publicação das Obras da SINESP no GeoPortal do DF.
- Conversão e processamento de bases de dados vetoriais de projetos da SINESP em formato CAD para formatos SIG/GIS para acompanhamento de obras e apresentações institucionais.
- Intercâmbio com órgãos do GDF para troca de informações geoespaciais.

- Promoção de palestra e participação em eventos relacionados à tecnologia da Modelagem da Informação da Construção (em inglês, BIM) com vistas à sua futura incorporação nos processos de contratação e execução de obras públicas pela SINESP.
- Difusão do conhecimento geográfico no âmbito da SINESP mediante a capacitação de técnicos em aplicativo computacional de geoprocessamento.

3.3.2 Implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!

No ano de 2017 foi editada a Portaria Conjunta nº 14, de 24/03/2017, entre a SINESP e a SEPLAG, por meio da qual foram estabelecidos procedimentos para a utilização do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!-GDF, sendo instituído Comitê Setorial de Gestão do SEI-GDF, no âmbito desta Pasta.

A Secretaria envidou esforços para a Implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI! e para sua realização a área de TI participou ativamente do Comitê de Implantação do SEI! e com empenho e dedicação conseguiu cumprir todos os prazos constantes na citada Portaria Conjunta, e no mês de outubro de 2017 todos os servidores já haviam sido treinados pela equipe da área de TI, e estavam trabalhando dentro do SEI!. Com isso, houve a implantação de 100% do SEI! nesta Secretaria de Estado.

Algumas ações prévias foram necessárias para atingir tal objetivo, sendo imprescindível que antes de se implantar o Sistema – SEI! fossem realizados ajustes para o seu efetivo funcionamento, quais sejam:

- A realização de seis treinamentos do Sistema, para os servidores desta Pasta, em sala da NOVACAP com mídia para treinamento. E em dezembro a SINESP ofereceu mais dois treinamentos, abertos também aos funcionários da Novacap, uma vez que esta Empresa programa a implantação do Sistema em março 2018.
- Foi necessária a conversão dos documentos em formato OCR, logo foram configurados dois servidores: um para atender exclusivamente ao Protocolo e outro para as demais unidades da SINESP.

3.4. Planejamento e Projetos de Obras

Na área de Projetos de Obras desta Secretaria foram executadas as atividades relacionadas a seguir:

3.4.1. Projetos Urbanísticos em Geral - Contrato 017/2014 - SINESP

No Contrato nº 017/2014-SINESP, cujo objeto refere-se à elaboração de levantamentos preliminares; levantamento planialtimétrico cadastral; estudos geológicos e geotécnicos; projetos geométricos e terraplenagem; adequação de projetos de urbanismo; projeto de paisagismo; projetos de ciclovias, projetos de pavimentação, projetos de drenagem, projetos de readequação de drenagem, projetos de sinalização, estudos de tráfego e microsimulação dinâmica, projetos executivos de obras de arte especiais e orçamentos no Distrito Federal, foram realizadas as atividades listadas a seguir:

Projetos de Urbanização - Contrato nº 017/2014

Contrato nº	Percentual Executado Acumulado	Informações constantes no Sistema de Acompanhamento Governamental - SAG do 6º Bimestre de 2017 Continuação de Projetos em Desenvolvimento:
017/2014	95%	1) Acesso ao anexo à Câmara Federal - implantação via SAF Sul e paisagismo da quadra 2.
	80%	2) Projeto executivo para implantação dos acessos viários e estacionamentos públicos do Centro Administrativo do Distrito Federal - CADF.
	80%	3) Elaboração de projeto executivo de requalificação da Avenida Paranoá
	90%	4) Drenagem das Quadras 06, 07, 09, 11, 12 e 13 do Setor de Mansões do Park Way/DF.
	85%	5) Mobilidade - Águas Claras.
	95%	6) Estacionamento e vias do Jardim Botânico
	95%	7) Elaboração e readequação dos projetos de drenagem na QSF e QSE.
	100%	8) Rota de fuga Setor de Inflamáveis.
	80%	9) Projeto de Revitalização Avenidas Samdu e Comercial.
	90%	10) Projeto Executivo de elaboração da Estrada Setor Policial Militar - ESPM.
	-	11) Revitalização urbana do Taguacenter.

Nota 1 – Projetos entregues faltando apenas a Licença Ambiental:

- Acesso ao Anexo à Câmara Federal - implantação via SAF Sul e paisagismo da quadra 2;
- Elaboração e readequação dos projetos de drenagem na QSF e QSE; e
- Projeto Executivo de elaboração da Estrada Setor Policial Militar - ESPM.

Nota 2 – Projetos concluídos à conta do Contrato nº 017/2014:

- Radequação de drenagem da Estrada Parque Indústrias Gráficas-EPIG;
- Projeto de paisagismo da Avenida Hélio Prates - Ceilândia e Taguatinga;
- Projeto Executivo para estacionamento no Lote B Conjunto 02 da Quadra 11 do SCIA/DF;
- Radequação de Drenagem Pluvial e Pavimentação para o denominado Condomínio Porto Rico, em Santa Maria;
- Projeto executivo para ampliação do Hospital da Criança José de Alencar - SAIN/DF;
- Sinalização viária de Ceilândia; e
- Rota de fuga Setor de Inflamáveis.

3.4.2 Elaboração de Projetos

Seguem, abaixo, informações mais detalhadas sobre a execução de alguns Projetos:

SAF Sul

Projeto de construção de estacionamentos, calçadas e acessibilidade no Setor de Autarquias Federal Sul, requalificando os acessos à Câmara dos Deputados e entorno.

- Estudos Preliminares e Topografia: Entregues;
- Estudos Geológicos e Geotécnicos: Entregues;
- Estudo de Tráfego e Microssimulação Dinâmica: Entregues;
- Projeto de Pavimentação: Projeto analisado, a respectiva Estimativa de Custos encontra-se em análise;
- Projeto de Sinalização Viária: Projeto analisado, a respectiva Estimativa de Custos encontra-se em análise;
- Projeto de Drenagem Pluvial: Projeto analisado, a respectiva Estimativa de Custos encontra-se em análise;
- Projeto de Paisagismo: Projeto analisado, a respectiva Estimativa de Custos encontra-se em análise;

Revitalização da Av. Paranoá

Projeto de revitalização urbana da principal avenida da cidade do Paranoá, prevendo construção de calçadas, acessibilidade, remodelação dos estacionamentos e solução dos problemas de alagamentos decorrentes de águas pluviais por meio da implantação de novo sistema de drenagem, atendendo as atuais condicionantes do Termo de Referência da Novacap vigente, projetada das bocas de lobo até o lançamento.

- Estudos Preliminares e Topografia: Entregues;
- Estudos Geológicos e Geotécnicos: Em elaboração;
- Projeto de Pavimentação: Em elaboração;
- Projeto de Sinalização Viária: Em revisão após análise pelo Detran;
- Projeto de Drenagem Pluvial: Entregue;
- Projeto de Paisagismo: Entregue.

Infraestrutura da Av. Marginal à DF 001 próximo ao Condomínio San Diego e Drenagem do Jardim Botânico

Levantamento topográfico do Condomínio Solar de Brasília e elaboração de projeto executivo de readequação dos estacionamentos ao longo da marginal da DF-001, próximo ao Condomínio San Diego, com paisagismo, calçadas e acessibilidade, adequando às necessidades do local, como a implantação de vagas para carga e descarga e pontos para coleta seletiva de lixo.

- Topografia: Entregue;
- Estudo Geométrico: Em revisão;
- Projeto de Pavimentação: Em revisão;
- Projeto de Sinalização Viária: Em análise pelo DER, após aprovação do Detran;
- Projeto de Drenagem Pluvial: Em análise pela Novacap;
- Projeto de Paisagismo: Em elaboração;
- Sistema Viário - SIV: Em elaboração.

Drenagem das Quadras 06, 07, 09, 11, 12 e 13 do Setor de Mansões do Park Way/DF

Projeto executivo de rede de drenagem pluvial, incluindo os projetos geológicos e geotécnicos, com a extensão de aproximadamente 18 km, execução de bacias e dissipador com a transposição de talvegue pelo método não destrutivo. Todo projeto em conformidade com o urbanismo do SMPW com traçado inserido em áreas públicas.

- Levantamento Planimétrico e Topografia: Entregues;
- Projeto Geotécnico para Drenagem e Geotecnia para Pavimentação: Entregues;
- Projeto de Drenagem Pluvial: Em análise.

Mobilidade Ativa - Águas Claras

Projeto executivo que engloba a construção de rotas acessíveis e estimular o transporte por bicicletas, por meio da implantação de ciclovias nas Av. Parque Águas Claras, Av. Sibipuruna e Av. Jacarandá, acessibilidade da Av. Jequitibá e a duplicação e construção de rotatória da Av. Manacá.

- Topografia: Entregue;
- Geotecnia: Em elaboração;
- Geométrico: Em análise pela Segeth;
- Pavimentação: Em elaboração;
- Plantas de Paisagismo - PSG: Em análise pela Segeth;
- Sinalização: Em análise pelo Detran;
- Urbanismo: Em análise pela Segeth;
- Drenagem: Em elaboração;
- Cicloviário: Em análise pela Segeth;

Elaboração e Readequação dos Projetos de Drenagem na QSF e QSE

Readequação e projeto de drenagem pluvial na QSE e QSF de Taguatinga, com aproximadamente 20 km de redes e bacias de detenção no Parque Boca da Mata. Trata-se de um projeto em área caracterizada anteriormente como "Sapolândia", devido ao solo encharcado e deficiência de serviços de infraestrutura. O projeto engloba serviços de pavimentação e revitalização de praças públicas na parte central das quadras residenciais.

- Levantamento Planimétrico e Topografia: Entregues;
- Projeto Geotécnico para Drenagem e Geotecnia para Pavimentação: Entregues;
- Projeto Executivo de Pavimentação: Entregue.
- Projeto de Drenagem Pluvial: Entregue.
- Estimativa de Custos encontra-se em análise.
- Pendente o licenciamento ambiental pelo Ibram.

Projeto Executivo para Implantação dos Acessos Viários e Estacionamentos Públicos no Complexo Esportivo Serejão

Projeto executivo para construção de acessos viários, estacionamentos públicos, calçadas, acessibilidade e rede de drenagem para captação de água pluvial das bocas de lobo para rede existente no Complexo Esportivo Serejão.

- Levantamento Planimétrico e Topografia: Entregue;
- Projeto Geotécnico para Drenagem e Geotecnia para Pavimentação: Em análise;
- Projeto Executivo de Pavimentação: Em análise;
- Projeto de Drenagem Pluvial: Entregue;
- Projeto Paisagístico: Entregue.

Rota de Fuga no Setor de Inflamáveis

Este projeto visa atender a necessidade premente da Administração Regional do Setor de Indústrias e Abastecimento – SIA, quanto a uma Rota de Fuga para o caso de ocorrer uma emergência no Setor de Inflamáveis, tendo em vista as ruas adjacentes ao Lote 15 não possuírem saída, o que inviabilizaria ações urgentes a serem realizadas nesta área ou em seus arredores pelo Corpo de Bombeiros Militar - CBMDF, Polícia Militar - PMDF, Polícia Civil – PCDF ou para se prestar atendimento de socorro em veículos com estrutura hospitalar (ambulâncias).

Esta demanda tem sido apresentada a diferentes governos e, no atual, foi tomada a decisão de executar a Rota de Fuga de modo a dar segurança aos usuários e moradores do Setor de Inflamáveis.

Importante destacar que este projeto foi aprovado pela Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - Segeth e engloba os seguintes produtos: Topografia, Geotecnia, Geométrico/terraplenagem, Pavimentação, Sinalização, Ciclovia e Drenagem.

A via proposta tem 7,00 metros de largura, extensão de 3,7 quilômetros, a ser implantada de forma a dar continuidade, ou seja, evasão às vias existentes, tendo em vista sua localização próxima à linha férrea até se incorporar à via marginal da Estrada Parque de Taguatinga - EPTG, ao lado do conjunto Lúcio Costa.

- Topografia: Entregue;
- Geotecnia: Entregue;
- Geométrico: Entregue;
- Pavimentação: Entregue;
- PSG: Entregue;
- Sinalização: Concluída;
- Drenagem: Aprovada Novacap;
- Ciclovia: Entregue.

Revitalização das Avenidas Samdu e Comercial Sul e Norte

Projeto de sinalização viária das Av. Samdu e Comercial Norte e projeto executivo de revitalização urbana, contendo construção de estacionamentos, calçadas, acessibilidade, ciclovia e nova sinalização viária das Av. Samdu e Comercial Sul.

- Topografia: Entregue;
- Geotecnia: Em revisão;
- Pavimentação: Em elaboração;
- Drenagem: Cancelado;
- Geométrico: Em análise, para aprovação do Sistema Viário - SIV;
- Ciclovia: Em análise, para aprovação do SIV;
- Paisagismo: Em análise, para aprovação do SIV;
- Sinalização: Aprovado pelo Detran e em análise pela Segeth;
- Projeto de Sistema Viário: Em revisão.

Revitalização do Taguacenter

O Projeto Conceitual ainda não foi definido pela Segeth e discutido com a comunidade local. Os produtos entregues até 31/12/2017 serão aproveitados no âmbito do novo contrato a ser licitado, uma vez que o prazo para conclusão do projeto era incompatível com a vigência do Contrato nº 017/2014- Sinesp.

Trata-se da elaboração de projeto executivo de revitalização urbana da região do entorno do Centro Comercial Taguacenter. Projeto paralisado porque o prazo estimado para execução dos serviços superaria em demasia o prazo de vigência do contrato.

- Topografia e Geotecnia: Entregues.

Estrada Setor Policial Militar - ESPM

Projeto executivo de requalificação viária da ESPM para implantação de faixa exclusiva de transporte coletivo (BrT Eixo Oeste), abordando as questões de mobilidade e acessibilidade, prevendo os percursos até o terminal da Asa Sul (TAS).

- Projeto Geométrico e de Terraplenagem: em análise;
- Projeto de Pavimentação: Projeto analisado, a respectiva Estimativa de Custos encontra-se em análise;
- Projeto de Sinalização: Em análise pela Semob, para posterior análise pelo Detran;
- Projeto de Drenagem Pluvial: Em elaboração;
- Projeto de Paisagismo: Em elaboração;
- Projeto de Ciclovia: Em elaboração;
- Projeto SIV: Em elaboração.

Área de Desenvolvimento Econômico – ADE's

Projeto executivo de construção de estacionamentos, calçadas, acessibilidade, pavimentação, ciclovias e sinalização viária da ADE Ceilândia.

- Projeto Geométrico e terraplenagem - Projeto analisado e a respectiva Estimativa de Custos encontra-se em análise;
- Projeto de Pavimentação - Projeto analisado e a respectiva Estimativa de Custos encontra-se em análise;
- Projeto de Ciclovia - Projeto analisado e a respectiva Estimativa de Custos encontra-se em análise;
- Projeto de Sinalização - Projeto aprovado pelo Detran, e a respectiva Estimativa de Custos encontra-se em análise.

3.4.3 Projetos Desenvolvidos na SINESP

- Adequação do T-1 do Corredor Oeste (Hélio Prates/Sol Nascente);
- Rótula no Buritizinho;
- Rótula no Setor Terminal Norte;
- Alargamento do viaduto do T-10 do Corredor Oeste (entrada de Taguatinga);
- Trecho 3.2 da EPIG – estacionamentos e vias;
- Encaixe da ESPM projeto nas vias existentes;
- Estacionamento do Hospital Regional da Ceilândia - ordenamentos de vagas e quantitativos;
- Readequação dos pontos de ônibus da EPIG;
- Projeto com acessibilidade e paisagismo do estacionamento do TCDF;
- Levantamento topográfico cadastral do Conjunto 0 do Lago Sul – Projeto Orla;
- Plantas de PSG para o Projeto das Ruas Transversais de Taguatinga;
- Projeto de Estacionamento Público para o Setor N, em Ceilândia;
- Readequação das Pranchas do Projeto de Sinalização do Buritizinho;
- Projeto de Sinalização para a Rotatória da DF-425;
- Análise sobre o Projeto de Calçadas e Acessibilidade no Setor Habitacional Vicente Pires – Lote 04;
- Análise de alternativas de material para sub-base na pavimentação das obras de Vicente Pires;
- Readequação do Projeto de Drenagem do Noroeste;
- Readequação do Projeto de Sinalização do T-1 do Corredor Oeste;
- Projeto de Requalificação das Quadras SCRS 511 e 512 e entorno (W3 e W2);
- Projeto executivo de drenagem da Quadra QNN 18 em Ceilândia;

- Solução conceitual de drenagem para os lançamentos no canal de Santa Maria e bueiro DF-290;
- Projeto executivo de adequação de drenagem em Vicente Pires (Rede 81);
- Plano de manutenção de reservatórios no DF;
- Solução conceitual de drenagem para possíveis compatibilizações entre Ceilândia Oeste e Setor Habitacional Sol Nascente;
- Adequação de disposição de bocas de lobo em função de nova planimetria proposta pela SEGETH nas Avenidas Samdu e Comercial;
- Adequação de projeto executivo de drenagem das Quadras QI e QL 26 e QI 27 do Lago Sul;
- Concepção da drenagem das Quadras 100 ímpares e Subcentro Urbano de Samambaia;
- Adequação do projeto do reservatório de retenção de águas pluviais na região a montante do Iate Clube;
- Projeto executivo do emissário de lançamento da drenagem de parte de Ceilândia oeste e Trecho 1 do Setor Habitacional Sol Nascente;
- Acompanhamento e gestão da parte técnica do projeto Drenar Taguatinga junto à Caixa Econômica Federal;
- Projeto executivo de drenagem de trecho da Cidade Estrutural;
- Elaboração da atualização de preços da Infraestrutura Urbana, compreendendo Sistema Viário (Pavimentação Asfáltica) e Paisagismo para o Setor Habitacional Taquari SHTQ, Trecho 2, Região Administrativa do Lago Norte (RA XVIII);
- Análise técnica da Recomendação Conjunta 001/2017 PROEDUC-PRODEMA/MPDFT - Alteração do Projeto de Execução de obra do Centro de Ensino Fundamental Queima Lençol e Unidade Básica de Saúde, localizados na Fercal - RA XXXI e elaboração de orçamento para aquisição de ecofossas;
- Projetos da sede do Batalhão Lacustre;
- Elaboração de padrão de detalhamento para conjunto de duas bocas de lobo com reservatório e filtro;
- Projetos para o Parque do Tororó;
- Desenvolvimento da bacia de retenção de águas pluviais na L4 Norte - Drenar DF;
- Projeto do alargamento da pista da Av. Hélio Prates com Av. Central de Taguatinga;
- Levantamento e configuração das áreas do edifício Sede da SINESP e do anexo;
- Cadastro da iluminação do edifício sede da SINESP;
- Adequação e atualização de preços do orçamento para ciclovia no Setor Habitacional Água Quente - RA XV - Recanto das Emas.

3.4.4 Termo de Referência para Contratação da Elaboração de Projetos

Para o exercício de 2018 foi elaborado Termo de Referência para a contratação de empresa de arquitetura e/ou engenharia e/ou consultoria ambiental especializada na Elaboração de Estudos Técnicos, Serviços Preliminares, Anteprojetos, Projetos Básicos, Projetos Executivos, Memoriais Descritivos, Planilhas de Quantidades e Orçamentárias, necessários à execução dos serviços e obras demandados a esta Secretaria.

Os serviços a serem contratados dividem-se em 4 (quatro) Lotes:

- Lote 1: Contratação de serviços comuns de engenharia para execução de sondagem (a percussão e mista) e serviços auxiliares de topografia, em diversos locais do Distrito Federal.
- Lote 2: Contratação de empresa de consultoria ambiental para elaboração de Estudos, Projetos, Planos, Relatórios, Pareceres Técnicos e Documentos Similares com a Temática Ambiental e Recursos Hídricos;
- Lote 3: Contratação de empresa de arquitetura e/ou engenharia para a elaboração de Levantamentos Preliminares e Planialtimétrico Cadastral, Estudos Geológicos e Geotécnicos, Projetos de Arquitetura e Complementares de Engenharia para Edificações Típicas do Espaço Urbano, Projetos de Readequação de Acessibilidade, Projetos de Urbanismo, Projetos Geométricos e Terraplenagem, Projeto de Paisagismo, Projetos de Cicloviárias, Projetos de Drenagem, Projeto de Pavimentação, Estudos de Tráfego e Microsimulações Viárias, Projeto de Sinalização Viária, Projeto de Obras de Artes Especiais e Orçamentos;
- Lote 4: Contratação de empresa especializada em Recursos Audiovisuais para elaboração de Imagens 3D Fotorrealísticas e Vídeos de Projetos de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia.

3.4.5 Demandas de Projetos

- Pavimentação da via de ligação da via E.C.E. -1 à via E.C.E. Sul no trecho 03 do Setor de Clubes Esportivos Sul;
- Execução de drenagem pluvial na QD 27, casa 29, Setor Leste do Gama / EQ 16/19, bloco B, casa 5, Setor Oeste do Gama;
- Pavimentação asfáltica da via de ligação entre a NS 2 e a estação de tratamento da Caesb - Planaltina - DF ;
- Projeto de drenagem pluvial na área do Campus da UnB, em Ceilândia e reavaliação do projeto existente de drenagem pluvial em parte da QNN 24, toda QNN 10 e 26; EQNN 08/10 e 24/26 e ade Centro Norte de Ceilândia – DF;
- Execução de drenagem pluvial na QD 405 Conj. 28 Casa 8 - Recanto das Emas – DF;
- Execução de drenagem pluvial e prolongamento da via de acesso até à EPTG;
- Execução de estacionamento e rede de drenagem pluvial na Procuradoria Geral do DF;
- Execução de drenagem pluvial no Condomínio Jardins das Paineiras no Jardim Botânico;
- Execução de estacionamento e rede de drenagem pluvial no Centro Educacional Objetivo Asa Sul;
- Projeto urbanístico para execução de ligação aos fundos do Colégio Galois;
- Execução de drenagem pluvial no bairro Morro Azul em São Sebastião
- Pavimentação asfáltica na Avenida Monjolo;
- Construção de arquibancada, WC(s), vestiários na Quadra 61 em Itapoã – DF;
- Intervenção urbanística de espaços públicos da Cidade Estrutural;
- Drenagem pluvial na QNP 36 Conjunto K, Setor P-sul - Ceilândia/DF;
- Complementação de drenagem pluvial na Quadra 802 do Recanto das Emas;
- Pavimentação asfáltica e assentamento de meios fios na Via que divide o DF com o Valparaíso;
- Urbanização em São Sebastião;
- Construção de alça para acesso ao Batalhão Lacustre - Lago Sul, no local onde ele está instalado atualmente;
- Execução projeto duplicação da via NB-3 rótulas no entroncamento da via NB-2 com Terceira Avenida e pista dupla Núcleo Bandeirante;
- Asfaltamento da Avenida principal do Incra 09 (Rua das Garças) em Ceilândia;
- Execução obra implantação de rotatória no Lago Sul Quadra SHIS QI 19 Conjunto 03 Lago Sul;
- Execução de drenagem pluvial e demolição / recuperação de pavimento na SGAN 908/909 na Via W5 Norte em Brasília;
- Execução de drenagem pluvial em Brasília, SQS 416 - Asa Sul;
- Urbanização das praças das Quadras 202 e 304, na Região Administrativa de São Sebastião;
- Execução de drenagem pluvial na QNP 18 Conjunto "P" da Região Administrativa da Ceilândia;
- Execução de drenagem pluvial na QNP 34 do Setor Sul da Ceilândia;
- Parques infantis na região administrativa SCIA Estrutural;
- Execução de recapeamento asfáltico nas vias do complexo da Base Aérea de Brasília – DF;
- Drenagem de águas pluviais na QND 40 em Taguatinga Norte;
- Execução de drenagem pluvial na Avenida Monjolo, em frente ao projeto Cidade dos Meninos no Recanto das Emas;
- Construção de quadras esportivas em Santa Maria;
- Construção de parque infantil no Guará;
- Projeto de ligação da via adjacente à Casa do Candango e criação de estacionamentos;
- Instalação de PEC's, parques infantis, quadras poliesportivas, calçamento e acessibilidade de praças;
- Execução de estacionamento na Via ao lado do Condomínio Ilhas do Lago - SHTN - Vila Planalto – DF;
- Execução de drenagem pluvial na QS 11 via paralela aos conjuntos H, K e R no Areal – DF;
- Asfaltamento de vias de acesso ao Núcleo Rural Colombo Cerqueira;
- Projeto de pavimentação e drenagem na QNM 34, Conjunto H-2 e I-2, Área Especial 1 a 3 e 7 a 10 em Taguatinga;
- Execução de drenagem pluvial na QL 24 no Lago Sul;
- Pavimentação asfáltica, drenagem e meios fios na CNR de Ceilândia;
- Construção de estacionamento na Quadra SQN 211;

- Pista de ligação SCEN e SMIN;
- Implantação de estacionamento e serviços gerais na Área CRLUS;
- Drenagem pluvial no SAPS Trecho 01 Área Especial G - SIA – DF;
- Acessibilidade - demandas da Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e Segeth. Houve também demandas por projetos decorrentes de objetos genéricos ou específicos constantes de Emendas provenientes do OGU.
- Elaboração de projeto padrão para quadras de esporte com grama sintética.
- Elaboração e adequação de projetos e orçamentos de PECs nas seguintes localidades: Sobradinho, Núcleo Bandeirante, Quadra 40 E 47 do Setor Leste do Gama e revisão na quadra 40, EQNP 12-16 e na QNO 18-19 da Ceilândia, Quadra 01 do Paranoá Parque no Paranoá e na Quadra QN 12B do Riacho Fundo.
- Adequação de projeto às normas de acessibilidade, locação e elaboração de orçamento para três baterias de sanitários no Jardim Zoológico.
- Readequação do Projeto de Pista de Cooper da Vila Planalto.
- Análise das informações necessárias para elaboração de Estudo de Impacto Ambiental – EIV, necessário para implantação do Túnel Rodoviário na Avenida Central de Taguatinga.

3.4.6 Participação em Comissões e Grupos de Trabalho

- Grupo de Trabalho de Vicente Pires;
- Grupo Especial para definir parâmetro urbanístico - Taxa de Permeabilidade conforme Lei de Uso e Ocupação do Solo;
- Grupo de Trabalho Executivo - GTE Habita Brasília;
- Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal – CCPPTM/DF;
- Conselho de Desenvolvimento de Turismo do Distrito Federal – CONDETUR/DF;
- Comissão Permanente de Análise de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV:
 - Termo de Referência para o EIV Túnel de Taguatinga;
 - Parecer Técnico dos Termos de Compromissos no Setor de Garagens e Concessionárias de Veículos (SGCV), no Setor de Múltiplas Atividades Sul (SMAS) Trecho 01, bem como na Av. Central e nas Áreas Especiais do Guará II (RA-X);
 - Termo de Referência para o EIV à Avenida Pau Brasil, Lote nº 2, Águas Claras;
- Grupo de Trabalho – GTE para regularização de Áreas de Interesses Específicos - ARINEs;
- Grupo de trabalho para elaboração de Estudo Global de Acessibilidade;
- Grupo de Trabalho da Portaria Conjunta n.º 39 de 19 de outubro de 2016 entre SINESP e NOVACAP que tem como objetivo elencar alternativas técnicas e econômicas para o material de sub-base das obras de Vicente Pires;
- Grupo de Trabalho SINESP-NOVACAP para elaboração do BDI;
- Grupo de trabalho para implantação de um plano de ação resultado do Estudo Global de Acessibilidade;
- Comissão Permanente de Planejamento Local em todas as RA's compondo a parcela de profissionais representando o Poder Público junto a todas as Administrações Regionais.

3.4.7 Análises e Apoio Técnico para Obras de Infraestrutura Contratadas pela Caixa – PAC II

- Vicente Pires.
- Porto Rico.
- Bernardo Sayão.
- Buritizinho.

3.4.8 Corredor de Transporte Coletivo do Eixo Oeste

- Acompanhamento e envio de projetos ao Agente Financeiro – CAIXA, no âmbito do PAC Mobilidade Grandes Cidades;
- Apresentação do projeto “Corredor Oeste” para diversos segmentos do GDF.

3.4.9 Parque da Península Sul

- Projetos de trilhas, plataformas de madeira, paisagismo, cercamento da poligonal do parque e iluminação prontos para a QL 12 e QL 10;

- Projetos executivos de bueiros no Parque e Anfiteatro Asa Delta no Lago Sul;
- Projeto da prainha norte pronto em fase de obras;
- Projeto de Sinalização do Deck Sul;
- Projeto executivo do dissipador do Deck Sul;
- Obras do Deck Sul concluídas;
- Obras da QL 12 concluídas, faltando apenas a conclusão das plataformas de madeira e a segunda parte de implantação da iluminação;
- Projeto Executivo de dissipador da Concha Acústica;
- Projetos da Concha Acústica em desenvolvimento.

3.5 Convênios

3.5.1 Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos e NOVACAP

3.5.1.1 Cooperação Técnica entre a SINESP e NOVACAP

No exercício anterior foi autuado o Processo nº 110.000.160/2016 para fins de celebração de novo convênio de cooperação técnica entre a SINESP e a NOVACAP. Em 2017 prosseguiu-se com a iniciativa, submetendo os referidos autos à Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF que se manifestou favoravelmente e recomendou ajustes na minuta do convênio, analisada pela Assessoria Jurídico-Legislativa desta SINESP, e no final do exercício a minuta do Termo de Cooperação Técnica, revisada, foi então enviada à NOVACAP para aprovação em Diretoria Colegiada. Aguarda-se que em 2018 a Secretaria e a NOVACAP operem nos termos deste novo instrumento.

3.5.2. Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos e TERRACAP

Como no ano anterior esta SINESP não firmou convênio de repasse de recursos diretamente com a Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP. Em relação a convênios firmados em exercícios anteriores, houve apenas a regularização contábil do Convênio nº 001/2015, relativo à devolução de saldo remanescente. Quanto ao Convênio nº 280/2008-Sinesp/Terracap (Novacap interveniente), celebrado para custear a Construção da Torre de TV Digital, não houve nova decisão, proferida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF que permitisse a esta Pasta reavaliar as retenções referentes ao Contrato nº 097/2009-SO, uma vez que a Decisão nº 6349/2014 - TCDF, manteve glosa determinada na Decisão nº 1171/2011 - TCDF até ulterior manifestação daquela Corte de Contas.

A SINESP continuou atuando como interveniente na gestão administrativa de diversos convênios junto à TERRACAP, empreendendo ações desde a captação de recursos até a execução dos termos. Segue abaixo a lista dos convênios em que a SINESP exerceu participação administrativa em 2017:

CONVÊNIO TERRACAP COM INTERVENIÊNCIA DA SINESP

OBJETO	VALOR TOTAL	VALOR DESEMBOLSADO EM 2017	VIGÊNCIA
Convênio 72/2011 – 1 - Serviços especializados de recuperação/reforço estrutural da Torre de TV [R\$ 9.200.000,00]. 2 - Execução de serviços de engenharia de modernização em 03 Elevadores na Torre de TV (Manutenção) [R\$ 36.000,00]. 3 - Fornecimento e instalação de 04 escadas rolantes na Torre de TV (Manutenção) [R\$ 171.000,00]. 4 - Fornecimento e instalação de 02 elevadores elétricos da feira de artes na Torre de TV (Manutenção) [R\$ 30.000,00]. 5 - Execução de serviços de inspeção, monitoramento, análise e retroanálise da Ponte JK [R\$ 432.000,00].	19.422.837,76	0,00	08/06/2017 Encerrado
Convênio 73/2011 – 1 - Execução de Calçadas próximo ao centro comercial no Cruzeiro [R\$ 34.911,21]. 2 - Elaboração de projetos de arquitetura e engenharia no DF [R\$ 54.330,42]. 3 - Reforço complementar de proteção contra erosão na Av. Elmo Serejo [R\$ 3.700.182,53].	36.782,458,95	0,00	31/07/2017 Encerrado
Convênio 132/2011 – Implantação do Parque Burle Marx.	32.824.914,55	0,00	Em prorrogação para 31/12/2018
Convênio 38/2015 – Reforma do Centro de Dança de Brasília; Local: SCN Quadra 01 Via N-2 - Setor Cultural Norte – Plano Piloto de Brasília.	3.276.973,34	1.185.745,31	31/07/2018

Convênio 41/2015 - Concha Acústica (Paisagismo) - movimentação de terra, plantio de grama, árvores, palmeiras, arbustos, irrigação e escavação de poço artesiano, construção de uma fonte e iluminação pública.	9.622.085,38	0,00	31/07/2019
Convênio 42/2015 - Construção de calçada de madeira às margens do Lago Paranoá; Local: Asa Sul, Avenida das Nações na L4-Sul, no Plano Piloto de Brasília.	12.218.411,58	3.319.360,89	29/12/2017
Convênio 43/2015 - Revitalização do Espaço Cultural Renato Russo; Local: W3 Sul, Quadra 508 - Plano Piloto de Brasília.	5.671.514,57	326.878,59	Em prorrogação para 19/10/2018
Convênio 48/2015 - Execução de reservatórios, casa de máquinas, lagoas, pontes e complemento de ciclovias, calçadas, paisagismo e equipamentos urbanos no Jardim de Burle Marx, localizado entre a Torre de TV e a Rodoviária do Plano Piloto de Brasília.	5.624.040,71	147.868,13	31/07/2018
Convênio 61/2015 - Execução de calçadas com acessibilidade, paisagismo, equipamentos urbanos, baias de ônibus e iluminação no Eixo Monumental do Plano Piloto de Brasília.	21.150.653,96	1.334.908,33	Em prorrogação para 16/12/2019
Convênio 30/2016 - Execução de drenagem pluvial no Centro Urbano de Samambaia, Quadra 101(SESC) à 109 em Samambaia.	2.993.490,77	794.638,46	21/10/2017
Convênio 32/2016 - Execução de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Centro Urbano de Samambaia, Quadras 101, 102, 301 e 302, em Samambaia.	8.993.148,13	881.374,48	30/06/2018
Convênio 89/2016 - Manutenção de área verde - (Poda e Roçagem).	30.000.000,11	0,00	16/06/2017 Encerrado
Convênio 90/2016 - Execução de Pavimentação Asfáltica, Meio-Fio, Drenagem Pluvial e Obras de Arte Especiais - Vicente Pires.	31.721.176,50	0,00	22/12/2019
Convênio 58/2017 - Execução das obras/serviços de drenagem pluvial, pavimentação, urbanização e paisagismo no Setor Habitacional Taquari, Etapa I, Trecho II - Lago Norte - Brasília-DF.	96.630.905,48	0,00	31/12/2018
Convênio 65/2017 - Construção de 4 (quatro) praças nas Quadras na SQNW 311, SQNW 309, SQNW 108 e na área entre as Quadras SQNW 110 e 109 no Setor de Habitações Coletivas Noroeste, Brasília-DF.	3.314.180,90	0,00	31/08/2018
Convênio 71/2017 - Execução de projetos de pavimentação, drenagem pluvial e PCA/PRAD nas Quadras 100 ímpares e subcentro de Samambaia.	565.315,83	0,00	22/06/2018
Convênio 76/2017 - Execução dos serviços de fornecimento, plantio e manutenção de grama tipo esmeralda no Setor de Habitações Coletivas Noroeste - Brasília-DF.	2.980.843,36	0,00	12/04/2019
TOTAL	325.530.040,02	7.990.774,19	

(Valores em R\$)

O quadro a seguir lista propostas de convênios protocoladas junto à TERRACAP que até o encerramento do exercício de 2017, ainda não resultaram em convênios firmados:

OBJETO	VALOR TOTAL
Execução de obras de drenagem pluvial, pavimentação intertravadas, meios fios e pavimentação asfáltica, no Setor Habitacional Coletivo do Noroeste, do Plano Piloto de Brasília.	17.602.949,78
Elaboração de projetos (edificações), prestação de serviços técnicos especializados de engenharia e arquitetura na elaboração de projetos, orçamentos, cronogramas de obras e serviços de laudos técnicos em diversos locais do Distrito Federal.	3.500.000,00
Execução de demolição, aproveitamento e assentamento de meios-fios em diversos locais do Distrito Federal; dividido em 12 (doze) lotes.	12.206.052,15
Calçadas no Distrito Federal (Noroeste).	20.000.000,00
Expansão do Guarará - QE 48, no Guarará.	11.848.098,14
Reforço e revitalização da ponte JK.	20.000.000,00
Reforço e revitalização da ponte Honestino Guimarães (antiga Costa e Silva).	16.000.000,00
Autódromo.	15.443.898,70
Centro de Triagem de Resíduos Sólidos - Asa Sul, Setor de Embaixadas Sul do Plano Piloto de Brasília.	5.404.031,08
Centro de Triagem de Resíduos Sólidos - Ceilândia (QNP 28 Área Especial Usina P. Sul).	4.979.565,05
Centro de Triagem de Resíduos Sólidos - Cortrap (SCIA Quadra 09 Conjunto 01 Lote 02).	6.007.156,36
Centro de Triagem de Resíduos Sólidos - Coopativa (SIA Trecho 17 Lote 1660/1700).	6.473.018,87
Execução de obra de revitalização do Balneário Veredinha, localizado na Quadra 19, Área Especial, Setor Tradicional - Brazlândia/DF.	9.499.451,46
Piscinão do Lago Norte "Praia Norte".	10.136.805,89
Fornecimento de materiais e execução de boxes modulares na Feira da Estrutural, no Setor Central-Área Especial 04 - RA XXV - SCIA/DF.	851.243,98
TOTAL	159.952.271,46

(Valores em R\$)

3.6 Contratos de Financiamento e de Repasse, e Convênios com a União

A SINESP continuou as tratativas junto à União, aos agentes financeiros e diversos órgãos da Administração do Governo do Distrito Federal, através de gestões, para iniciar, continuar e/ou concluir os Contratos de Financiamento, de Repasse e dos Convênios, no âmbito dos Programas PAC 2 - Mobilidade Grandes Cidades, PAC 2 - Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, Pró-Moradia I, Pró-Moradia II, Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do Distrito Federal - Brasília Sustentável II, Contratos de Financiamento de obras junto ao Banco do Brasil, Emendas Parlamentares ao Orçamento Geral da União e Convênios junto à Sudeco.

3.6.1. Evolução dos Contratos de Financiamento e de Repasse

3.6.1.1 PAC - 2 Mobilidade Grandes Cidades

Os instrumentos firmados com a União relativos a este Programa, sob a gestão da SINESP, compreendem o Contrato de Financiamento nº 0396.249-04/13 e o Termo de Compromisso nº 0402.091-01/2013, que tem por objeto a Implantação do Corredor Oeste de Transporte Público coletivo em faixas exclusivas: EPIG, Plano Piloto e Hélio Prates – Taguatinga. E, da mesma forma que no exercício anterior, esta Secretaria envidou esforços para viabilizar as obras de implantação do Corredor de Transporte Eixo Oeste.

As intervenções previstas envolvem recursos da ordem de R\$ 725,6 milhões, a serem aplicados na ligação Ceilândia-Taguatinga-Plano Piloto. Deste total:

- Em 2013 foi contratada operação de crédito, junto à CAIXA, no valor de cerca de R\$ 544,6 milhões, sendo R\$ 517,4 milhões de financiamento e R\$ 27,2 milhões de contrapartida do GDF, consistindo do Contrato de Financiamento nº 0396.249-04/13;

- Em 05/06/2014 foi firmado o Termo de Compromisso nº 0402.091-01/2013, no valor total de aproximadamente R\$ 181 milhões, sendo R\$ 148,5 milhões do OGU e R\$ 32,5 milhões de contrapartida do GDF, que apresentou os seguintes ajustes:

- 1 – Em 29/06/2015 - Valor reduzido para o total de aproximadamente R\$ 164,6 milhões, devido alterações nos projetos e nos respectivos orçamentos (R\$ 135,1 milhões do OGU e R\$ 29,5 milhões de contrapartida do GDF),

- 2 – Em 10/06/2016 - Valor reduzido novamente para o total de aproximadamente R\$ 149,2 milhões, devido alterações nos projetos e nos respectivos orçamentos (R\$ 135,1 milhões do OGU e R\$ 14,1 milhões de contrapartida do GDF),

- 3 – Em 31/05/2017 - Foi assinado Aditivo, alterando o prazo de execução do Termo de Compromisso para 30/06/2020,

- 4 – Em 20/07/2017 – Devido a diretrizes do Ministério das Cidades, foi celebrado novo Aditivo de Valor, cujos efeitos retorna a contrapartida ao valor original da seleção, qual seja, R\$ 32.499.606,20 e reduz o repasse para R\$ 116.571.341,88.

Como já exposto nas considerações quanto ao desempenho do indicador vinculado ao Programa Temático 6216, as execuções previstas para a implantação do Corredor Eixo Oeste (Expresso Oeste) envolvem a gestão de diversos Órgãos do GDF, tais como, SEMOB, SEGETH, METRÔ, DER, DETRAN, o que ocasionou necessidades de adequações que impactam em atrasos na finalização dos projetos e estimativas de custos.

Segue abaixo o Quadro que demonstra as obras a serem custeadas por recursos do Contrato de Financiamento e do Termo de Compromisso, bem como as respectivas atividades realizadas no ano de 2017 e seus resultados.

CONTRATO DE FINANCIAMENTO	Obra	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2017	STATUS em Dez/2017	Execução Financeira 2017
		CAIXA	GDF			
	a. Implantação de Túnel Rodoviário sob a Avenida Central de Taguatinga.	189.939.072,46	9.996.793,29	Tratativas junto ao Judiciário	Contrato paralisado pelo TJDF e TCDF	0%

	b. Revitalização da Avenida Samdu e da Avenida Comercial de Taguatinga.	174.003.168,74	9.200.158,44	Atualizações de projetos	Em fase de atualizações de projetos	0%
	b.1 Calçadas de ligação entre a Avenida Samdu e a Avenida Comercial de Taguatinga.	15.996.831,26	799.841,56	Certames lançados, porém suspensos por Decisões do TCDF	Em fase de Licitação	0%
	c. Via de ligação entre a Avenida Hélio Prates e a Avenida Principal do Setor Habitacional Sol Nascente.	4.694.980,15	234.949,01	Acompanhamento da Obra	Em andamento 4ª Medição	35%
	d. Revitalização da Estrada Setor Policial Militar - ESPM - ligação da via EPIG ao Terminal da Asa Sul (TAS).	79.274.390,88	4.172.336,36	Entrega de Projetos e Orçamento para Revisão	Em fase final de atualizações de projetos - Previsão de Licitação no 1º Trimestre de 2018	0%
	e. Ajustes viários com a complementação de obras na Estrada Parque de Taguatinga (EPTG) - Alargamento do viaduto da EPCT.	4.581.486,07	241.130,85	Obra Contratada e iniciada	Em andamento	6%
	TOTAL FINANCIAMENTO	468.489.929,56	24.645.209,51	% Total da Execução Financeira		0,45%

(Valores em R\$)

Continuação do QUADRO

	Obra	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2017	STATU Sem dez/2017	Execução Financeira 2017
		CAIXA	GDF			
TERMO DE COMPROMISSO – OGU n.º. 0402.091-01/2013	a. Revitalização da Avenida Hélio Prates (Ceilândia/Taguatinga).	39.073.516,68	4.066.939,79	Atualização de projetos	Em fase de atualização de projetos	0%
	b. Revitalização da Estrada Parque Indústrias Gráficas - EPIG (Plano Piloto) - 1ª e 3ª ETAPAS.	79.923.707,07	8.318.803,42	Atualização de projetos	Em fase de atualização de projetos	0%
	c. Revitalização da Estrada Parque Indústrias Gráficas - EPIG (Plano Piloto)- 2ª ETAPA - VIADUTO SOBRE A EPIG.	16.020.498,68	1.667.482,45	Projetos e Orçamentos finalizados e aprovados na CAIXA	O Ministério das Cidades alegou falta de recursos do OGU e com isso o GDF ficou impossibilitado de realizar o licitatório	0%
	TOTAL OGU	135.017.722,43	14.053.225,66	% Total da Execução Financeira		0%

(Valores em R\$)

3.6.1.2 PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas

Os empreendimentos contemplados no Programa PAC - 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas referem-se à implantação de Infraestrutura nos Setores Habitacionais de Vicente Pires (Contrato de Financiamento n.º. 0399.836-22/14); Buritis (Buritizinho), em Sobradinho II (Contrato de Financiamento n.º. 0399.834-03/14), Porto Rico, em Santa Maria (Contrato de Financiamento n.º. 0399.819-14/14 Porto Rico) e Bernardo Sayão (Contrato de Financiamento n.º. 0399.840-83/14).

Em 2017 a SINESP deu continuidade as ações necessárias para a realização das respectivas operações de crédito contratadas para custear obras de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial, nas localidades em referência. A situação de cada financiamento encontra-se detalhada abaixo.

Em seguimento à forma adotada para o acompanhamento dos citados ajustes, procedeu-se à realização de reuniões técnicas semanais de pontos de controle e gestão, ocasiões em que são tratadas questões para permitir o devido andamento das obras, com a presença de diversos Órgãos governamentais, tais como – Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP, Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB, Instituto Brasília Ambiental - IBRAM, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, Companhia Energética de Brasília - CEB, Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, Escritório de Projetos (Gabinete do Governador), Defesa Civil e Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS. Também foram realizadas reuniões técnicas ordinárias semanais, entre os profissionais envolvidos nas obras e a equipe do agente financeiro – Caixa Econômica Federal - CAIXA, com o objetivo de prestar esclarecimentos necessários para evitar a ocorrência de valores retidos em medições submetidas àquela instituição financeira e minimizar o tempo de desembolso.

Há dificuldades operacionais, abaixo elencadas, para execução dos objetivos pactuados nesses financiamentos, o que tem impedido que os desembolsos, por parte do agente financiador, ocorram conforme os cronogramas inicialmente pactuados:

- Pela dinâmica urbana das regiões das intervenções, que levam os projetos originais a sofrerem alterações significativas;
- Por questões de situação fundiária indefinida;
- Pelo fato dos empreendimentos localizarem-se em áreas ambientalmente sensíveis que requerem o atendimento integral da legislação urbanística e das condicionantes ambientais (licenças ambientais, outorgas de lançamentos de águas pluviais, supressões vegetais e recuperação de áreas degradadas), em consonância e aderência às normas vigentes;
- Óbice de acesso de equipes a áreas de chácaras para realização de levantamentos topográficos e batimétricos;
- Dificuldade intrínseca na execução de grandes obras de infraestrutura urbana em áreas consolidadas, com a constatação de interferências (rede de água, esgoto, elétrica e de telecomunicações, habitações em áreas de construção) que repercutem na sequência construtiva, com impacto nos cronogramas inicialmente planejados para as intervenções de implantação de drenagem pluvial e pavimentação.

Apesar de persistirem alguns destes entraves, de forma geral os resultados do ano de 2017 são considerados satisfatórios.

3.6.1.2.1 Setor Habitacional Vicente Pires - Contrato de Financiamento nº 0399.836-22/14

O contrato de financiamento para as obras de pavimentação asfáltica, meios-fios, drenagem pluvial e execução de obras de artes especiais no Setor Habitacional Vicente Pires, tem sua situação financeira refletida no Quadro a seguir:

Quadro – VICENTE PIRES - Contrato de Financiamento nº 0399.836-22/14

Lotes	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2017	STATUS em dez/ 2017	Execução Financeira	Execução Financeira
	CAIXA	GDF			2016	2017
a. Lote 01	47.149.984,66	10.074.200,77	Continuidade da obra	Em andamento 13ª Medição	14%	1%
b. Lote 02	28.066.682,00	5.996.807,66	Continuidade da obra	Em andamento 1ª Medição	2%	1%
c. Lote 03	26.160.212,00	5.589.465,82	Continuidade da obra	Em andamento 9ª Medição	11%	28%
d. Lote 04	37.819.398,91	8.080.601,09	Continuidade da obra	Em andamento 9ª Medição	0%	7%
e. Lote 05	49.945.890,60	10.671.582,04	Continuidade da obra	Em andamento 6ª Medição	0%	10%

f. Lote 06	28.010.533,88	5.984.810,89	Continuidade da obra	Em andamento 18ª Medição	14%	9%
g. Lote 07	36.918.493,49	7.888.111,06	Continuidade da obra	Em andamento 15ª Medição	14%	1%
h. Lote 08	20.446.294,63	4.368.613,87	Aguarda Contratação	Em consulta junto a Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF houve orientação no sentido de devolução do processo licitatório à Novacap para revisão de procedimentos.	0%	0%
i. Lote 09	38.410.203,49	8.206.834,09	Continuidade da obra	Em andamento 3ª Medição	0%	5%
j. Lote 10	52.092.545,74	11.130.242,52	Continuidade da obra	Em andamento 4ª Medição	0%	6%
k. Lote 11	32.941.124,39	7.038.294,99	Continuidade da obra	Em andamento 1ª Medição	2%	1%
TOTAL	397.961.363,79	85.029.564,80	% Total da Execução Financeira		3%	8%

(valores em R\$)

Observa-se que em 2017 este contrato de financiamento obteve um desembolso financeiro de aproximadamente 8%, que representa em torno de R\$ 29,5 milhões, portanto, com evolução superior à obtida no exercício anterior.

3.6.1.2.2 Setor Habitacional Buritis - Contrato de Financiamento nº 0399.834-03/14

Este contrato destina-se a custear as obras de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Buritis (Buritizinho) - Sobradinho II. O Quadro abaixo apresenta a situação financeira dessa operação de crédito.

Quadro - Buritizinho

CONTRATO DE FINANCIAMENTO nº. 0399.834-03/14- Buritizinho	Lotes	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2017	STATUS em dez/2017	Execução Financeira 2016	Execução Financeira 2017
		CAIXA	GDF				
	a. Lote 01	2.436.843,36	1.510.648,89	Continuidade da obra	Em andamento 8ª Medição	54%	21%
	b. Lote 02	2.987.083,45	1.851.753,93	Continuidade da obra	Em andamento 12ª Medição	88%	1%
	c. Lote 03	3.707.626,95	2.298.433,54	Continuidade da obra	Em andamento 7ª Medição	46%	51%
	d. Lote 04	2.643.120,47	1.638.524,28	Continuidade da obra	Em andamento 7ª Medição	71%	21%
	e. Lote 05	3.249.941,63	2.014.705,08	Continuidade da obra	Em andamento 9ª Medição	18%	74%
	f. Lote 06	1.650.793,89	1.023.360,79	Continuidade da obra	Em andamento 5ª Medição	0%	86%
	g. Lote 07	2.705.959,62	1.677.479,55	Continuidade da obra	Em andamento 5ª Medição	0%	87%
	TOTAL	19.381.369,37	12.014.906,06	% Total da Execução Financeira		42%	46%

(Valores em R\$)

O desembolso financeiro realizado à conta desse financiamento foi de aproximadamente 46%, que equivale a R\$ 16,3 milhões. Ressalte-se que este contrato apresenta 88% de execução, com previsão de entrega de obras no 1º trimestre de 2018.

3.6.1.2.3 Setor Habitacional Porto Rico - Contrato de Financiamento nº 0399.819-14/14

O Quadro seguinte apresenta a situação financeira da operação de crédito relativa às obras de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial do Setor Habitacional Porto Rico, em Santa Maria:

Quadro – Porto Rico

U O Z H	Lotes	Valor Disponibilizado		STATUS	Execução Financeira	Execução Financeira
---------	-------	-----------------------	--	--------	---------------------	---------------------

	CAIXA	GDF	Atividades Realizadas em 2017	em dez/2017	2016	2017
a. Lote 01	4.205.241,79	221.328,52	Continuidade da Obra	Em andamento 5ª Medição	35%	41%
b. Lote 02	5.992.389,62	315.388,93	Continuidade da Obra	Em andamento 8ª Medição	21%	53%
c. Lote 03	2.570.075,79	135.267,15	Lote referente ao Terreno que não tem projetos de água, esgoto, energia e habitação	Aguarda projetos	0%	0%
d. Lote 04	5.327.044,07	280.370,74	Continuidade da Obra	Em andamento 5ª Medição	16%	13%
e. Lote 05	6.414.061,08	337.582,16	Continuidade da Obra	Em andamento 5ª Medição	15%	46%
f. Lote 06	3.137.542,72	165.133,83	Continuidade da Obra	Em andamento 4ª Medição	3%	56%
TOTAL	27.646.355,08	1.455.071,32	% Total da Execução Financeira		17%	37%

(Valores em R\$)

Verifica-se que o empreendimento obteve desembolso financeiro de aproximadamente 37% em 2017 equivalente a R\$ 11,5 milhões, o que demonstra evolução superior ao ano de 2016.

3.6.1.2.4 Setor Habitacional Bernardo Sayão - Contrato de Financiamento nº 0399.840-83/14 -

O contrato de financiamento referente às obras de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial do Setor Habitacional Bernardo Sayão, tem a situação financeira refletida no Quadro abaixo:

QUADRO – Bernardo Sayão - Contrato de Financiamento nº 0399.840-83/14

Lotes	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2017	STATUS em dez/2017	Execução Financeira 2016	Execução Financeira 2017
	CAIXA	GDF				
a. Lote 01	7.176.158,60	3.244.378,37	Em licitação	Houve interposição de ação judicial por licitante, e o certame aguarda Decisão.	0%	0%
b. Lote 02	5.368.472,70	2.427.114,24	Em contratação	Em contratação	0%	0%
c. Lote 03	9.241.942,47	4.178.329,93	Contratação e início de Obra	Em andamento 2ª Medição	0%	2%
d. Lote 04	8.121.280,10	3.671.672,68	Intervenção paralisada, por questões administrativas/jurídicas do Contrato	Em andamento 2ª Medição	1%	0%
e. Lote 05	8.834.356,15	3.994.058,05	Em licitação	Em consulta junto a PGDF houve orientação no sentido de devolução do processo licitatório à Novacap para revisão de procedimentos.	0%	0%
TOTAL	38.742.210,01	17.515.553,28	% Total da Execução Financeira		0,16%	0,5%

(Valores em R\$)

As contratações vinculadas a esse financiamento apresentaram entraves técnicos e judiciais, que ocasionaram atrasos e paralisações, além de que há certames ainda não finalizados, o que impactou no reduzido avanço financeiro de aproximadamente 0,5% em 2017, equivalente a apenas R\$ 235 mil.

3.6.1.3 Pró-Moradia I

Sobre o Programa Pró-Moradia I, que objetiva a execução de obras de drenagem pluvial, esgotamento sanitário e pavimentação asfáltica, além da implantação de equipamentos públicos comunitários e da execução de Trabalho Técnico Social – TTS, em diversas localidades do DF, cujos recursos são oriundos do FGTS, sendo a Caixa Econômica Federal o Agente Financeiro, cabe registrar que este programa foi assinado em 2006, executado em anos anteriores a 2015 e, devido a dificuldades de finalização das metas das obras, ainda restaram itens em aberto e sem comprovação de funcionalidade perante o órgão financiador – CAIXA.

Contudo, durante o ano de 2017 desenvolveram-se trabalhos em conjunto com a equipe da CAIXA, tendo resultado no reconhecimento da efetiva entrega de diversas intervenções previstas no contrato, consideradas, até então, itens pendentes, sendo as respectivas execuções dadas como satisfatórias.

Quadro – Itens comprovados em 2017

Detalhamento dos Itens	Região	Valor Contratado	Valor Desembolsado até 2016	Saldo
Drenagem / Pavimentação	QS 11 e Av. Águas claras e Riacho Fundo II QS 01 a 10, 12, 14, 16 e 18	23.117.573,00	22.458.932,00	658.641,00
Drenagem / Pavimentação	Vila São José	8.700.619,00	8.596.054,00	104.565,00
Quadras de Esportes	Recanto das Emas - QD 311	55.246,00	40.821,00	14.425,00
	Recanto das Emas - QD 407	55.246,00	40.821,00	14.425,00
	Recanto das Emas - QD 603	55.246,00	40.821,00	14.425,00
	Recanto das Emas - QD 803	55.246,00	40.821,00	14.425,00
Quadras de Esportes	Santa Maria - QR 122	55.246,00	40.821,00	14.425,00
	Santa Maria - EQ 213/313	55.246,00	40.821,00	14.425,00
	Recanto das Emas - QD 208/308	55.246,00	40.821,00	14.425,00

(Valores em R\$)

Ainda assim há metas que carecem de solução e comprovação de suas funcionalidades, constantes do Quadro a seguir:

Quadro – Itens em aberto

Detalhamento dos Itens	Região	Valor Contratado	Valor Desembolsado até 2016	Saldo
Quadras de Esportes	Praça QN 12 D - Riacho Fundo II	55.246,00	-	55.246,00
	Praça QN 15 C - Riacho Fundo II	55.246,00	-	55.246,00
Quadras de Esportes	Vila São José	54.639,00	41.312,00	13.327,00
	Setor Veredas	54.186,00	-	54.186,00
Drenagem / Pavimentação	Ceilândia - QNP, QNQ e QNR	24.781.652,00	23.386.529,00	1.395.123,00
CCMA - Múltiplas Atividades	Ceilândia QNP	312.378,00	-	312.378,00
	Ceilândia EQNP	284.719,00	-	284.719,00
Quadras de Esportes	Ceilândia QNN 14	54.122,00	-	54.122,00
	Ceilândia QNN 16	54.122,00	-	54.122,00
Drenagem / Pavimentação	Arapoanga - Planaltina	17.463.556,00	16.476.472,00	987.084,00
	Itapoã - Planaltina	67.137.151,00	65.401.163,00	1.735.988,00

	Mestre D'armas - Planaltina	22.214.430,00	18.932.576,00	3.281.854,00
Quadras de Esportes	Mestre D'armas - Planaltina	54.186,00	-	54.186,00
Drenagem / Pavimentação	Vila Vicentina - Planaltina	6.826.426,00	5.306.532,00	1.516.894,00
Creches	Recanto das Emas - QD 302	315.034,00	-	315.034,00
	Recanto das Emas - QD 311	315.034,00	-	315.034,00
CCI - Idoso	Samambaia	353.823,00	-	353.823,00
Quadras de Esportes	Samambaia QR 309	66.543,00	-	66.543,00
	Samambaia QN 515	66.543,00	-	66.543,00
CCMA - Múltiplas Atividades	Santa Maria - QR 216/316	278.310,00	-	278.310,00

(Valores em R\$)

Como já exposto no exercício anterior, para a solução dos itens atualmente considerados pendentes a Sinesp poderá solicitar cancelamento relativo a intervenções de construções de equipamentos públicos e retomar/concluir intervenções de implantação de infraestrutura. Assim, deu-se continuidade às reuniões em conjunto com a equipe da Novacap, para definições futuras, sendo necessária a conclusão de estudos visando soluções técnicas e respectivas estimativas de custos para as obras de complementação de drenagem e de pavimentação. Posteriormente a estes trabalhos será possível avaliar a utilização que deverá ser dada aos saldos remanescentes, o que efetivamente irá fundamentar a tomada de decisão.

3.6.1.4 Pró-Moradia II

O Programa PRÓ-MORADIA II é financiado a partir de recursos do FGTS, sendo a CAIXA o Agente Financeiro e cujo objetivo é a implantação de drenagem pluvial, pavimentação, unidades habitacionais e a execução de Trabalho Técnico Social - TTS nos Setores Habitacionais Arapoanga e Mestre D'Armas, em Planaltina - DF, além do Sol Nascente, na Ceilândia - DF seguem as atividades e desembolsos ocorridos em 2017 por contrato.

3.6.1.4.1 Condomínio Sol Nascente, em Ceilândia - Contrato de Financiamento nº 0262.225-34/2009

O Quadro seguinte demonstra os dados desta operação de crédito e das metas que integram este financiamento.

QUADRO – SOL NASCENTE

Metas	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2017	STATUS em dez/2017	Execução Financeira 2016	Execução Financeira 2017
	CAIXA	GDF				
a. Trecho 01	35.739.065,42	23.119.166,29	Continuidade da obra	Em andamento 20ª Medição	31%	40%
b. Trecho 02	65.828.540,25	29.935.960,63	Continuidade da obra	Em andamento 17ª Medição	15%	15%
c. Trecho 03	40.013.776,61	25.983.933,82	Obra iniciada em Julho de 2017	Em andamento	0%	4%
d. Construção de Unidades Habitacionais	62.927.505,16	9.491.397,75	A execução desta meta é de responsabilidade da Codhab	Em andamento Total previsto de 161 Unidades Habitacionais	0%	2%
e. Trabalho Técnico Social	4.451.982,65	21.000,00	A execução desta meta é de responsabilidade da Codhab	Em execução. Existe certame lançado para ações de maior porte programadas	0,10%	0%
TOTAL	208.960.870,10	88.551.458,49	297.512.328,59		10%	14%

(valores em R\$)

Em relação às atividades realizadas em 2017, que objetivaram a continuidade das obras de infraestrutura previstas a serem custeadas por recursos deste contrato de financiamento e que contaram com a participação desta SINESP, destacam-se:

- Reuniões semanais de ponto de controle e gestão, nas quais foram tratadas questões para permitir o devido andamento das obras, com a presença de diversos órgãos governamentais, tais como: TERRACAP, CODHAB, IBRAM, CAESB, CEB, NOVACAP, Escritório de Projetos (Gabinete do Governador), Defesa Civil e AGEFIS;
- Realização de reuniões do Escritório Técnico Especial - ETE Sol Nascente, criado pelo decreto n. 37.659 de 26/09/2016, o que institui o Comitê Técnico e do Comitê Gestor, para análise e aprovações de projetos necessários à execução de obras de infraestrutura do setor. No ano de 2017 foram realizadas 06 (seis) reuniões do ETE Sol Nascente que proporcionaram uma maior celeridade no andamento das obras; e,
- Reuniões técnicas entre os profissionais de engenharia envolvidos nas obras e a equipe de engenharia do agente financeiro – CAIXA, também com o objetivo de se diminuir as retenções de medições e diminuir o tempo de desembolso.

Com isso, levando-se em consideração que a região do Sol Nascente, em Ceilândia, apresenta as mesmas dificuldades operacionais citadas no PAC 2 Qualificação de Vias, tais como, dinâmica urbana da região de intervenção, questão fundiária, dificuldade intrínseca na execução da implantação de infraestrutura em região ocupada, área ambientalmente sensível, necessidade de alterações significativas dos projetos originais, pode-se dizer que os resultados obtidos no ano de 2017 foram satisfatórios, pois, a partir dos dados apresentados anteriormente, verifica-se que o Programa obteve um desembolso financeiro de aproximadamente 14% em 2017, o que em termos de valores representa algo em torno de R\$ 41,4 milhões. Cabe mencionar também que ao se comparar os anos de 2016 e 2017 houve avanço financeiro na evolução do empreendimento.

Face à conclusão de análise de reprogramação das metas junto ao agente financeiro, ocorrida no final do exercício, há perspectiva para 2018 de um cenário, ainda melhor do que nos anos anteriores.

3.6.1.4.2 Mestre D'Armas, em Planaltina - Contrato de Financiamento nº 262.232-26/2009

No exercício de 2017, foram realizadas várias reuniões entre a CAIXA e o GDF (SINESP, NOVACAP, SEPLAG, Casa Civil, CODHAB, SEGETH e IBRAM) com a finalidade de concluir as obras e serviços previstos no respectivo Contrato de Financiamento e Repasse.

Apesar dos esforços da SINESP junto à NOVACAP e à CAIXA, ainda existem serviços de drenagem e pavimentação no Mestre D'Armas que não foram realizados no âmbito dos respectivos contratos de obras, cujas vigências se encontram expiradas. Também existem pendências, junto à CAIXA, em relação aos serviços executados.

Quanto aos serviços não executados, a documentação pendente é relativa à apresentação, pela NOVACAP, dos projetos devidamente adequados, acompanhados de estimativas de custos, memória de cálculo, Curva ABC e Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs, com vistas à análise e aprovação da CAIXA para em seguida serem licitados e contratados, de forma a dar funcionalidade ao sistema, cumprindo assim o objeto do Programa.

Apesar de a NOVACAP ter enviado ao conhecimento desta SINESP, em 2016, o processo de nº 110.000.399/2013, em que consta o projeto e os orçamentos de drenagem e de pavimentação, de parte da área ainda não finalizada, este processo foi retornado para o Setor técnico da NOVACAP para as devidas atualizações e juntada de documentos ausentes. Contudo, em 2017, a CODHAB, por meio do Ofício nº 100.002.366/2017 – PRESI/CODHAB/DF, informou a SINESP, Casa Civil e SEPLAG, que a região de Mestre D'Armas não é regularizada e que pertence a um particular. Esta informação ocasionou a paralisação dos levantamentos de projetos de obras até que seja resolvido juridicamente – PGDF, se o setor é passível de obras realizadas pelo Governo do DF, ou, se a CODHAB deverá verificar primeiro a situação fundiária do local, mesmo que esta já tenha informado que a região é uma ARIS.

Por conseguinte, a CODHAB, por meio do processo físico nº 392.004.481/2017, realizou consulta a PGDF, objetivando os esclarecimentos necessários em relação à regularização fundiária. Até o presente momento, não foi obtido pronunciamento por parte da PGDF, que se acredita ocorrer no início de 2018.

Com relação às 433 Unidades Habitacionais em Mestre D'Armas, a construção das mesmas não foi viabilizada, tendo em vista a dificuldade da CODHAB em identificar áreas disponíveis. Em 2017, por meio de reunião entre a CODHAB, CAIXA e Ministério das Cidades, a CODHAB informou a SINESP, que solicitará a devida exclusão dessa meta e que isso já está acordado junto aos gestores do programa. A SINESP irá realizar no início de 2018 o pleito para exclusão dessas metas.

Pelas razões acima expostas, não houve desembolso em 2017, o Contrato permaneceu com o percentual acumulado de 57,21% de execução.

3.6.1.4.3 Arapoanga, em Planaltina - Contrato de Financiamento nº 262.250-51/2009

As obras de drenagem e pavimentação previstas no Contrato de Financiamento e Repasse do Arapoanga foram concluídas em 2012, e atestadas em 2013 pela CAIXA.

Com relação às 461 Unidades Habitacionais em Arapoanga, a construção das mesmas não foi viabilizada, tendo em vista a dificuldade da CODHAB em identificar áreas disponíveis. Em 2017, por meio de reunião entre a CODHAB, CAIXA e Ministério das Cidades, a CODHAB informou a SINESP, que solicitará a devida exclusão dessa meta e que isso já está acordado junto aos gestores do programa. A SINESP irá realizar no início de 2018 o pleito para exclusão dessas metas.

Tal como ocorrido no exercício anterior não houve desembolso em 2017, tendo o Contrato permanecido com percentual acumulado de 52,21% de execução. A previsão é que esse Contrato de Financiamento seja encerrado no 2º trimestre de 2018.

3.6.1.5 Emendas Parlamentares Federais - Contratos de Repasse (Orçamento Geral da União OGU)

Igualmente aos exercícios anteriores esta SINESP atuou na implementação de ações prévias necessárias à efetivação de contratos de repasses e de convênios e na gestão desses instrumentos, cujos recursos financeiros são provenientes de Emendas Parlamentares Federais ao Orçamento Geral da União - OGU. Após análises, aprovações e emissão de empenhos por parte dos Gestores dos Programas, são assinados contratos de repasse com a Caixa ou celebrados convênios diretamente com os Gestores.

Houve assim o devido acesso ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – Siconv, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para inserção e registro de informações e anexação de documentação comprobatória da utilização dos recursos liberados, referentes aos objetos já pactuados e para inserção de Planos de Trabalho propostos para celebração de novos contratos de repasse.

No Quadro abaixo seguem os quantitativos captados por esta SINESP nos anos de 2015, 2016 e 2017:

QUADRO – Emendas OGU – Captação

ANO	QUANTIDADE DE CONTRATOS	VALOR TOTAL
2015	06	8.096.716,67
2016	09	6.557.551,53
2017	14	15.649.185,53

(Valores em R\$)

O Quadro seguinte apresenta a situação dos Contratos de Repasse ou Propostas, relativas a esse importante grupo de recursos que possuem características não onerosas:

QUADRO – Contratos de Repasse – OGU

Nº DO CONTRATO DE REPASSE OU PROPOSTA	OBJETO	STATUS E ANDAMENTO EM 2017	VALOR CONTRATADO	VALOR PAGO	SALDO CONTRATUAL	AVANÇO FINANCEIRO
240.595-56/2007	Meta 01 - Modernização do Estádio Bezerrão - em fase de conclusão Meta 02 - Construção de Ginásio Poliesportivo no Gama - em fase de aprovação de projetos	Meta 01 - Em fase de aprovação da prestação de contas Meta 02 - Certame suspenso pelo TCDF	11.000.000,00	3.572.051,31	7.427.948,69	32,5%
765.046/2011 Proc.:371.496 -27/2011	Implantação da Praça da Juventude em Itapoã (Rescisão Unilateral)	Obra Paralisada	2.191.057,35	984.595,30	1.673.849,32	45%
781.047/2012	Implantação da Praça da Juventude em Cellândia/DF (Rescisão Unilateral e convocada a 2ª, após estudo de vantajosidade)	Obra Paralisada	3.278.751,82	157.942,54	3.278.751,82	5%
800.513/2013	Implantação de pavimentação (calçadas) nas Quadras 2, 4, 6, 8, 10 e 12 - Setor Sul do Gama (projeto em elaboração pela Adm. Reg. Gama)	Projetos e Orçamentos submetidos à CAIXA em 2017. Aguarda autorização para início do certame	2.422.513,27	0,00	2.422.513,27	0%
800.395/2013	Implantação e Modernização de Infraestrutura esportiva - Implantação de Praça esportiva e de lazer no Polo de Modas - Guará/DF (projeto em elaboração na Sinesp)	Em fase de ajustes de projetos para apresentação à CAIXA	507.812,50	0,00	507.812,50	0%
803.975/2014	Melhorias nas calçadas na Asa Sul - Brasília/DF.	Em andamento	1.279.725,20	484.174,06	795.551,14	38%
806.265/2014	Implantação e modernização de infraestrutura esportiva na Vila Planalto/DF - Pista de caminhada (projeto concluído, documentação técnica enviada para análise da Caixa)	Em andamento	285.584,48	6.913,91	278.670,57	2%
804.476/2014	Construção da Feira Permanente na Cidade Estrutural (projeto concluído e em análise na Caixa)	Em andamento	3.036.080,84	2.497.640,15	583.440,69	82%

Nº DO CONTRATO DE REPASSE OU PROPOSTA	OBJETO	STATUS E ANDAMENTO EM 2017	VALOR CONTRATADO	VALOR PAGO	SALDO CONTRATUAL	AVANÇO FINANCEIRO
826.148/2015	Implantação de campo de futebol em grama sintética no DF	Documentação da licitação em análise na CAIXA para autorização de início de obra	1.101.102,00	0,00	1.101.102,00	0%
823.052/2015	Pavimentação asfáltica no Distrito Federal	Documentação da cláusula suspensiva em análise na CAIXA	542.410,00	0,00	542.410,00	0%

823.049/2015	Pavimentação asfáltica no Distrito Federal	Documentação da cláusula suspensiva em análise na CAIXA	759.990,00	0,00	759.990,00	0%
824.789/2015	Implantação de Parque Urbano em Ceilândia	Documentação da cláusula suspensiva em análise na CAIXA	2.745.666,67	0,00	2.745.666,67	0%
825.609/2015	Pavimentação asfáltica em Ceilândia	Documentação da cláusula suspensiva em análise na CAIXA	1.483.584,00	0,00	1.483.584,00	0%
824.929/2015	Revitalização do Balneário Veredinha, em Brazlândia	Contrato cancelado. Obra em execução pela Novacap	1.463.964,00	0,00	1.463.964,00	0%
831.614/2016	Implantação de Campo de Futebol em Grama Sintética no Distrito Federal	Documentação da cláusula suspensiva em análise na CAIXA	541.612,50	0,00	541.612,50	0%
831.489/2016	Implantação de Campo de Futebol em Grama Sintética no Distrito Federal	Documentação da cláusula suspensiva em análise na CAIXA	1.083.225,00	0,00	1.083.225,00	0%
831.636/2016	Implantação de Campo de Futebol em Grama Sintética no Distrito Federal	Em fase de elaboração de projetos e de Estimativa de Custos	971.443,20	0,00	971.443,20	0%
831.643/2016	Implantação de Pontos de Encontros Comunitários - PEC'S	Em fase de elaboração de projetos e de Estimativa de Custos	344.661,25	0,00	344.661,25	0%
832.522/2016	Construção de Banheiros Públicos no Jardim Zoológico de Brasília	Em fase de elaboração de projetos e de Estimativa de Custos	379.919,08	0,00	379.919,08	0%
828.947/2016	Reforma da Feira Central de Santa Maria	Em fase de elaboração de projetos e de Estimativa de Custos	248.308,50	0,00	248.308,50	0%
830.719/2016	Drenagem e pavimentação em Ceilândia	Documentação da cláusula suspensiva em análise na CAIXA	842.822,37	0,00	842.822,37	0%
834.501/2016	Drenagem e pavimentação na Região Administrativa de Ceilândia	Documentação da cláusula suspensiva em análise na CAIXA	1.148.089,63	0,00	1.148.089,63	0%
837.783/2016	Pavimentação Asfáltica no Distrito Federal	Em fase de elaboração de projetos e de Estimativa de Custos	997.470,00	0,00	997.470,00	0%
700.852/2008S UDECO	Execução de Pavimentação Asfáltica e Meios Fios em Arapoanga - Planaltina (obra concluída)	Prestação de contas final em análise na Sudeco	3.375.880,10	3.263.631,30	112.248,80	97%

Nº DO CONTRATO DE REPASSE OU PROPOSTA	OBJETO	STATUS E ANDAMENTO EM 2017	VALOR CONTRATADO	VALOR PAGO	SALDO CONTRATUAL	AVANÇO FINANCEIRO
701.460/2008 SUDECO	Execução de Pavimentação Asfáltica, Meios Fios e Drenagem Pluvial em Arapoanga - Planaltina (obra concluída)	Prestação de contas final em análise na Sudeco	6.911.674,18	3.673.384,35 (não inclusos pagamentos antecipados pelo GDF)	3.238.289,83	53%
Termo de Compromisso nº 0425.938-20/2014 /ME/CAIXA-PAC 2	Implantação do Centro de Iniciação ao Esporte em Sobradinho II	Em fase de assinatura do contrato de obra para envio de documentação à CAIXA	4.482.642,69	0,00	4.482.642,69	0%
Termo de Compromisso nº 0425.922-40/2014 /ME/CAIXA-PAC 2	Implantação do Centro de Iniciação ao Esporte em Santa Maria	Em fase de assinatura do contrato de obra para envio de documentação à CAIXA	4.458.742,93	0,00	4.458.742,93	0%

28474/2017	Implantação de PEC's no DF	Emenda cadastrada e aprovada no SICONV, aguardando o envio do contrato pela CAIXA.	567.791,59	0,00	567.791,59	0%
28254/2017	Pavimentação Asfáltica no DF	Emenda cadastrada e aprovada no SICONV, aguardando o envio do contrato pela CAIXA.	597.920,00	0,00	597.920,00	0%
843.686/2017	Implantação de Campo de Futebol em Grama Sintética no Distrito Federal	Emenda cadastrada, aprovada e contratada em 2017. Em fase de elaboração de projetos e de Estimativa de Custos para envio à CAIXA.	1.121.396,40	0,00	1.121.396,40	0%
843.688/2017	Implantação de Campo de Futebol em Grama Sintética no Distrito Federal	Emenda cadastrada, aprovada e contratada em 2017. Em fase de elaboração de projetos e de Estimativa de Custos para envio à CAIXA.	878.573,57	0,00	878.573,57	0%
843.692/2017	Implantação de Campo de Futebol em Grama Sintética no Distrito Federal	Emenda cadastrada, aprovada e contratada em 2017. Em fase de elaboração de projetos e de Estimativa de Custos para envio à CAIXA.	878.573,57	0,00	878.573,57	0%
844.092/2017	Implantação de Campo de Futebol em Grama Sintética no Distrito Federal	Emenda cadastrada, aprovada e contratada em 2017. Em fase de elaboração de projetos e de Estimativa de Custos para envio à CAIXA.	878.573,57	0,00	878.573,57	0%
846.042/2017	Implementação de Infraestrutura Urbana em Águas Claras através de obras de Drenagem Pluvial, Pavimentação, Acessibilidade e Calçadas.	Emenda cadastrada, aprovada e contratada em 2017. Em fase de elaboração de projetos e de Estimativa de Custos para envio à CAIXA.	988.588,59	0,00	988.588,59	0%
30224/2017	Construção da Feira do Produtor do Jardim Botânico	Emenda cadastrada e aprovada no SICONV, Em fase de assinatura do contrato.	988.588,59	0,00	988.588,59	0%

(Valores em R\$)

Diante dos dados dispostos nos quadros, verifica-se que a SINESP tem responsabilidade perante 24 (vinte e quatro) Contratos de Repasse provenientes de Emendas Parlamentares ao Orçamento Geral da União, no montante aproximado de R\$ 38 milhões. Dentre os fatores que impossibilitam a plena utilização destes recursos, destaca-se a ausência de projetos de engenharia desenvolvidos, relativos aos objetos das emendas, o que tem dificultado o avanço da execução dos contratos de repasse e dos convênios, além de problemas fundiários e/ou ambientais relacionados à localização das áreas indicadas pelos Parlamentares para implantação das intervenções.

Quanto aos Contratos de Repasses já firmados, em conjunto com as equipes técnicas da NOVACAP, prosseguiu-se nas ações necessárias a fim de cumprir etapas pendentes e dar início à execução dos objetos pactuados.

3.6.1.6 Contratos de Financiamentos Junto ao Banco do Brasil - BB 01 e 02

3.6.1.6.1 Contrato de Financiamento nº 20/00007-3- "BB 01"

O Contrato de financiamento em questão foi assinado pelo Governo do Distrito Federal, junto ao Banco do Brasil em 29/01/2015, com o objetivo de financiar diversas obras de urbanização e saneamento no Distrito Federal, em um valor total de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), tais recursos ficaram sob a gerência da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG, a partir das demandas dos órgãos executores, dentre os quais, a SINESP.

Em 2017 houve a continuidade das ações de gestão desta operação de crédito firmada em 2015, entre o GDF e o Banco do Brasil no que tange aos auxílios administrativos na interlocução junto a SEPLAG e a instituição financiadora.

Este financiamento teve seus desembolsos programados em duas Tranches, sendo a primeira finalizada em junho/2016 e a segunda, ainda em utilização, tendo em vista o seu início ter ocorrido em fevereiro/2016.

O Quadro a seguir demonstra, portanto, a distribuição dos recursos disponibilizados na segunda Tranche, para utilização por esta SINESP. Salienta-se que o valor disponibilizado já se apresenta com impacto dos ajustes característicos desta operação, que possibilitam adequação e/ou aperfeiçoamento da distribuição entre os Órgãos que possuem participação no referido empréstimo. Essa dinâmica se fez necessária devido à previsão de encerramento de desembolsos no final do exercício.

QUADRO – "BB 01" – Segunda Tranche

CONTRATO	VALOR DISPONIBILIZADO	VALOR DESEMBOLSADO	% DESEMBOLSADO / DISPONIBILIZADO
20/0000 7-3 GDF x BB	3.039.220,64	2.694.020,44	88,64%
		COMPONENTES FINANCIADOS Recursos destinados à continuidade da contratação: <ul style="list-style-type: none">R\$ 1.445.425,93 - Elaboração de Projetos de Urbanização- DF (CT17/2014-Sinesp) Recursos destinados à quitação de Passivos, referentes às obras de: <ul style="list-style-type: none">R\$ 141.034,62 - Elaboração de Projetos de Urbanização- DF (CT17/2014-Sinesp)R\$ 657.559,89 - Construção de Pista de Caminhada no Parque da Cidade (CT 18/2014).R\$ 450.000,00 - Pavimentação Asfáltica, Passeios e Ciclovias no SCIA (CT 01/2015).	

(Valores em R\$)

Posição em 31/12/2017

3.6.1.6.2 Contrato de Financiamento nº 20/00010-3 - "BB 02"

Conforme era previsto no exercício anterior esta SINESP teve seu Orçamento incrementado por recursos provenientes da operação de crédito firmada em 29/12/2016, entre o GDF e o Banco do Brasil, com o objetivo de financiar diversas obras de urbanização, mobilidade e saneamento no Distrito Federal, em um valor total de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais). Como na operação de crédito anteriormente citada do Banco do Brasil "BB 01", coube à SEPLAG a gerência desses recursos, a partir das demandas dos órgãos executores, dentre os quais, esta Secretaria, o que requereu ações de administração da Carteira da SINESP, relativa aos respectivos recursos financeiros desembolsados e a apresentação de Prestações de Contas devidas pela sua utilização.

Os desembolsos dessa operação foram programados em três Etapas anuais, a ocorrerem no período compreendido entre 2017 – 2019, da seguinte forma: em 2017 (R\$ 300.000.000,00

- trezentos milhões de reais); em 2018 (R\$ 200.000.000,00 - duzentos milhões de reais) e 2019 (R\$ 100.000.000,00 - cem milhões de reais).

O Quadro seguinte ilustra o desempenho da SINESP quanto à utilização dos recursos provenientes do contrato de empréstimo, em tela, durante o primeiro ano. Igualmente a operação de crédito nº 20/00007-3, este financiamento também possui mecanismo de ajustes para adequação e/ou aperfeiçoamento da distribuição entre os demais Órgãos participantes. O resultado constante do quadro reflete os ajustes ocorridos.

QUADRO – BB 02

CONTRATO	VALOR DISPONIBILIZADO	VALOR DESEMBOLSADO	% DESEMBOLSADO / DISPONIBILIZADO
20/000010-3 GDF x BB	70.313.289,97	68.938.751,76	98,05%
		<p>COMPONENTES FINANCIADOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • R\$ 36.970.282,93 - Obras de Urbanização no Setor Habitacional Sol Nascente - Contrapartidas ao Financiamento CAIXA: R\$ 27.995.538,38 - Reajustamentos: R\$ 7.031.904,56 - Quitação de Passivos: R\$ 1.942.839,99 • R\$ 17.529.522,99 - Obras de Urbanização no Setor Habitacional Vicente Pires - Contrapartidas ao Financiamento CAIXA: R\$ 16.772.338,84 - Reajustamentos: R\$ 662.995,36 - Quitação de Passivos: R\$ 94.188,79 • R\$ 8.594.344,26 - Obras de Urbanização no Setor Habitacional Buritizinho - Contrapartidas ao Financiamento CAIXA: R\$ 8.450.642,14 - Reajustamentos: R\$ 143.702,12 • R\$ 4.956.142,00 - Obras de Urbanização no Setor Habitacional Porto Rico - Contrapartidas ao Financiamento CAIXA: R\$ 4.873.133,58 - Reajustamentos: R\$ 83.008,42 • R\$ 204.576,94 (Contrapartida ao Financiamento CAIXA) - Obras de Urbanização no Setor Habitacional Bernardo Sayão • R\$ 683.882,64 (Contrapartida ao Financiamento CAIXA) - Alargamento do Viaduto da EPTG (CT.: 01/2017) 	

(Valores em R\$ - Posição em 31/12/2017)

Importante ressaltar que a SEPLAG realiza a gestão desse financiamento mediante coordenação geral exercida pela Subsecretaria de Captação de Recursos – SUCAP/SEPLAG. De outro modo, a unidade específica da SINESP procede à condução da Carteira, conferida a esta Pasta, submetendo ao Órgão Central a situação dos empreendimentos contemplados, revisada periodicamente, o que contribui para a celeridade de utilização dos recursos, conforme indica o percentual de 98,05%.

3.7 Brasília Sustentável II

No decorrer do ano de 2017, esta Secretaria, por meio de sua Assessoria de Gestão Estratégica e Projetos - AGEP/SINESP acompanhou e realizou gestões visando a preparação e contratação do Programa Brasília Sustentável II, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID no valor total de US\$ 150 milhões. Este Programa tem como objetivo assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal, através da gestão dos resíduos sólidos urbanos e da melhora nas condições socioambientais e econômica da população do Condomínio Pôr do Sol, em Ceilândia.

As ações previstas no Programa estão agrupadas em componentes que se desdobram em atividades diversas, em consonância com os objetivos a serem alcançados. O Programa está estruturado em três componentes, conforme descritos a seguir:

Componente I – Fortalecimento Institucional:

Financiará ações de melhoria da gestão, procedimentos e processos operacionais das seguintes entidades participantes do Programa: SINESP, NOVACAP, SLU, SEMA, IBRAM e SEDESTMIDH, no valor total de US\$ 8.000.000,00 com participação integral do BID, tais como:

- (i) Fortalecimento Institucional da SINESP - Melhoria do Parque Tecnológico, automatização de processos;
- (ii) Fortalecimento Institucional da NOVACAP - Melhoria do Parque Tecnológico e automatização de processos das áreas técnicas de urbanização;
- (iii) Fortalecimento Institucional do SLU – Desenvolvimento de ações de apoio à gestão de resíduos sólidos e automatização de processos;
- (iv) Fortalecimento Institucional da SEMA - Fortalecimento do sistema de informação e licenciamento ambiental com sua disponibilização;
- (v) Fortalecimento Institucional do IBRAM – Melhora dos processos de outorga de licenças ambientais relacionadas com o saneamento ambiental;
- (vi) Fortalecimento Institucional da SEDESTMIDH - Aquisição de Computadores.

Componente II – Gestão de Resíduos Sólidos e Inclusão Social:

Financiará ações de melhoria do sistema de gerenciamento de resíduos sólidos do Distrito Federal e de inclusão social de apoio aos catadores, com valor total a ser investido de US\$ 70.118.000,00, com a participação do BID no valor de US\$ 43.306.000,00, contemplando as seguintes ações:

- (i) Inclusão social e produtiva de recicladores de forma articulada com Programas do GDF;
- (ii) Projeto e reforma e recuperação da Usina de Compostagem do PSul/Ceilândia;
- (iii) Ações de controle de poluição depois do fechamento, incluindo obras de drenagem, tratamento de gases e lixiviado, implantação de muros de contenção e cercado da área;
- (iv) Obras de urbanização da área do novo aterro sanitário;
- (v) Projeto e reforma de duas usinas de compostagem (Asa Sul e Ceilândia);
- (vi) Construção e reforma de centros de triagem de resíduos sólidos de acordo com o Plano de Resíduos;
- (vii) Projetos de engenharia e construção de áreas de transbordo e triagem de resíduos sólidos;
- (viii) Programas de capacitação para os recicladores incluídos no Plano de Inserção Social dos Catadores do Distrito Federal;
- (ix) Contratação de uma empresa para apoiar o SLU na gestão de resíduos sólidos;
- (x) Execução do programa de educação ambiental da coleta seletiva.

Componente III – Readequação Urbana:

Financiará obras de urbanização e saneamento básico no Condomínio Pôr do Sol, em Ceilândia, além de realocação de famílias situadas em áreas impróprias, quer seja pela presença de lixo ou por instabilidade geológica, com valor total de US\$ 61.927.000,00, cuja participação do BID está prevista no valor de US\$ 37.194.000,00. As ações a serem implementadas são:

- (i) Construção de rede de água e esgoto;
- (ii) Implantação de estruturas de macro e micro drenagem;
- (iii) Pavimentação de Vias;
- (iv) Sinalização e Acessibilidade;
- (v) Reassentamento e/ou remanejamento de famílias;
- (vi) Construção de unidades habitacionais;
- (vii) Implantação de equipamentos comunitários;

- (viii) Execução de um programa de educação ambiental;
- (ix) Estudos com vistas às possíveis ações de recuperação ambiental.

Em 2017 foi elaborado o planejamento estratégico para assinatura e execução do Programa, com a obtenção da Não-Objecção pelo BID de diversos documentos necessários à prévia assinatura. A SINESP publicou a Portaria Nº 74, de 1º de agosto de 2017, que detalhou as atribuições, a estrutura e o arcabouço organizacional da Unidade de Gerenciamento do Programa – UGP, normatizando o disposto no artigo 5º, § 5º, do Decreto nº 36.598, de 09 de julho de 2015, que institui o Programa no âmbito da Pasta. Ainda em 2017, foi publicado em jornais de grande circulação, o Aviso Geral de Aquisições do Programa, documento aprovado pelo BID, imprescindível para o início da execução e dos procedimentos licitatórios, conforme os termos das Normas Gerais do Banco.

Ademais, estão em andamento, com participação efetiva da SINESP, a revisão e a atualização dos projetos e orçamentos do Setor Habitacional Pôr do Sol visando sua plena regularização fundiária e urbanística, bem como toda a coordenação em conjunto com demais Órgãos participantes do Programa.

Em relação à captação do recurso externo, após Parecer Técnico favorável da Secretaria de Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda - STN/MF, o pedido de Verificação de Limites e Condições, tratado no processo nº 17944.001122/2015-51, deverá ser encaminhado para a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda - PGFN/MF para emissão de parecer favorável à concessão do aval da União Federal. Ato contínuo; o pedido deverá ser encaminhado ao Ministro da Fazenda para elaboração de Mensagem e posterior envio à Presidência da República que deverá encaminhar ao Senado para tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos. Após relatório e votação, a Mensagem será encaminhada para o Plenário sendo transformada em Resolução do Senado Federal que autoriza o aval da União Federal para a contratação da operação de crédito externo, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

Vale ainda destacar que o principal obstáculo para a concretização da assinatura do contrato foi o inadimplemento por parte do DF do pagamento dos precatórios judiciais referente ao ano 2017. A quitação do referido débito pela Secretaria de Fazenda ocorreu somente em dezembro de 2017. O pagamento dos precatórios é condição essencial para a concessão do aval da União, passo necessário à assinatura. Neste cenário, está em tramitação avançada no Congresso Nacional, a Proposta de Emenda Constitucional nº 16/2016 que institui um novo regime especial de pagamento de precatórios, o que facilitará a quitação dos referidos débitos pelo DF. Portanto, nesse panorama positivo das contas públicas, a expectativa é que o contrato seja iniciado no ano de 2018.

3.7.1 Considerações

Esta Secretaria participa dos trabalhos do Sistema de Acordo de Resultados que se baseia em uma lista de comprometimentos que o Titular da Pasta assina com o intuito de gerar um trabalho focado em resultados diretos e objetivos. O monitoramento do Acordo é exercido, no âmbito desta Secretaria, por servidor vinculado à Assessoria de Gestão da Estratégia e Projetos – AGEP/SINESP, o qual atua como ponto focal frente à equipe da SEPLAG para prestar informações das entregas de responsabilidade da Pasta, abastecendo o Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do DF – Gestão DF.

Importante observar que, no exercício de 2017, a Pasta obteve uma melhora considerável no percentual de desembolso das obras custeadas por financiamentos e repasses em comparação com o mesmo período de 2016, as quais tiveram avanços e ganharam rendimento ao longo do ano. Cabe destacar ainda que no exercício 2017 houve um aumento significativo das captações das Emendas Parlamentares Federais, que demandaram maior atenção e trabalho da equipe técnica. Essas emendas, que depois de inseridas no sistema Siconv e liberadas pelo agente financeiro - CAIXA, se tornam Contrato de Repasses, os quais precisam da mesma complexidade de execução de um contrato de financiamento e de obra. Também, no campo das captações, importante ratificar o intenso trabalho desta SINESP no sentido de finalizar as aprovações do Programa Brasília Sustentável II, cujo valor está na

ordem de US\$ 150 milhões de Dólares Americanos , o qual encontra-se em fase final de apresentações de documentos por parte do GDF para aprovações no âmbito do Governo Federal.

3.8 Programa PROCIDADES -DF

O Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (PROCIDADES-DF), com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, conforme contrato de empréstimo firmado entre o Governo do Distrito Federal em 10 de setembro de 2014, tem por objetivo geral promover o desenvolvimento econômico do Distrito Federal, mediante melhorias no ambiente de negócios e promoção de investimentos, além da melhoria da infraestrutura urbana e do fomento do desenvolvimento empresarial em Áreas de Desenvolvimento Econômico (ADEs).

O PROCIDADES terá aporte total de recursos da ordem de US\$ 71.430.000,00, sendo US\$ 50.000.000,00 do BID e US\$ 21.430.000,00 do GDF, a serem aplicados nos Componentes I - Desenvolvimento Institucional Estratégico, Componente II - Programa de Atração de Investimentos, Componente III - Desenvolvimento Empresarial e Componente IV - Urbanismo e Infraestrutura nas ADEs, durante a execução do Programa, num período de cinco anos.

Serão contempladas pelo Programa (Componente IV) as Áreas de Desenvolvimento Econômico - ADEs: Centro-Norte, Materiais de Construção e Setor de Indústrias em Ceilândia; a Área de Múltiplas Atividades do Gama e o Polo JK em Santa Maria.

O PROCIDADES-DF busca promover a consolidação e estimular a ocupação dessas áreas. A promoção das atividades econômicas previstas está diretamente relacionada com a dotação de uma infraestrutura urbana funcional, assim como, com uma adequação do desenho e dotação de serviços urbanos, de acordo com a sua vocação econômica, e que permita a sua plena operação e funcionalidade. Estas ações, por sua vez, deverão repercutir no arcabouço legal urbano atual requerendo, em muitos casos, a sua atualização.

O PROCIDADES é conduzido pela Unidade de Gerenciamento do PROCIDADES - DF (UGP) subordinada à Secretaria de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia - SEDICT, por uma Unidade de Gerência Setorial (UGS) alocada na SINESP, e por quatro Unidades de Gerência Local (UGL), alocadas nos Órgãos e empresas coexecutoras do Programa, subordinadas à UGS/SINESP.

O Órgão e as empresas coexecutoras são a Secretaria de Gestão Territorial e Habitação - SEGETH, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, a Companhia de Saneamento Ambiental do DF - CAESB e a Companhia Energética de Brasília - CEB. Atuam, ainda, de forma indispensável à execução do programa a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP e o Instituto Brasília Ambiental - IBRAM.

As ações da UGS/SINESP, juntamente com as unidades de gerência local, se destinam ao apoio à execução das obras previstas no Componente IV do Programa PROCIDADES - DF descritas abaixo:

1. ADE Setor de Indústrias da Ceilândia.

- Complementação de execução da pavimentação asfáltica;
- Complementação de execução de rede de drenagem de águas pluviais;
- Complementação da urbanização e mobilidade urbana;
- Implantação de lagoas de amortecimento.

2. ADE Setor de Materiais de Construção da Ceilândia.

- Complementação da urbanização e mobilidade urbana.

3. ADE Polo JK, em Santa Maria.

- Complementação da rede de drenagem da 1ª e 2ª etapas;
- Implantação de lagoas de amortecimento;
- Execução de rede de interligação e lançamento final;
- Complementação de pavimentação, urbanização e mobilidade urbana;

- Implantação de linha de transmissão;
- Implantação de subestação com fornecimento de transformadores;
- Obras de compensação e recuperação ambiental.

4. ADE Área de Múltiplas Atividades do Gama.

- Complementação da rede elétrica e iluminação pública;
- Complementação da infraestrutura de sistema de esgoto;
- Complementação da infraestrutura de drenagem e pavimentação asfáltica.

A execução das obras previstas no Componente IV do Programa PROCIDADES - DF, elencadas acima, encontra-se com os seguintes andamentos:

item	Componente IV	Situação
1	ADE Setor de Indústrias da Ceilândia (Obras de pavimentação asfáltica, rede de drenagem e urbanização e mobilidade urbana)	Em fase de preparação de Edital para lançamento da Licitação no início de 2018.
2	ADE do Setor de Materiais de Construção, em Ceilândia (obras de complementação da urbanização e mobilidade urbana)	
3	ADE do Polo JK, em Santa Maria (Obras de complementação da drenagem da 1ª e 2ª etapas, com a implantação de lagoas de amortecimento e de rede de interligação e lançamento final)	Aguarda ulterior decisão do TCDF, tendo em vista os efeitos da Decisão nº 5903/2017, que determinou a suspensão do certame (Edital de Licitação Pública Nacional (LPN) n.º 01/2017-SEDES/DF). Há previsão de publicação do Edital, no início de 2018.
	ADE do Polo JK, em Santa Maria (Implantação de linha de transmissão e Implantação de subestação com fornecimento de transformadores)	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação: Já existe um processo de manifestação de interesse em andamento. • Subestação e Transformadores: Aguarda ulterior decisão do TCDF, tendo em vista os efeitos da Decisão nº 5412/2017. A Sedict e a CEB estão realizando as devidas correções nos descritivos técnicos, projetos, orçamentos e Edital, os quais serão licitados em um único certame.
4	ADE Área de Múltiplas Atividades do Gama (Complementação da rede elétrica e iluminação pública)	Em preparação de elementos técnicos para contratação dos serviços pela TERRACAP.
	ADE Área de Múltiplas Atividades do Gama (Complementação da infraestrutura de sistema de esgoto)	Processo na PGDF para análise de Minuta de Edital.
	ADE Área de Múltiplas Atividades do Gama (obras de complementação da rede de drenagem e pavimentação asfáltica)	Aguarda liberação do projeto executivo pela UGP/PROCIDADES

Durante o ano de 2017 a Gestão e apoio da UGS/SINESP, nas obras previstas no Componente IV do Programa PROCIDADES, foram as seguintes:

- Elaboração, revisão e aprovação dos projetos de Drenagem, Pavimentação, Geométrico, Sinalização e Mobilidade Urbana, assim como dos orçamentos das obras das ADEs Setor de Indústrias e Materiais de Construção da Ceilândia;
- Elaboração, revisão e aprovação dos projetos de Drenagem e orçamentos das obras da ADE Polo JK;
- Preparação do edital e seus anexos (LPN - Licitação Pública Nacional) para as obras contempladas nas ADEs Setor de Indústrias, Materiais de Construção e Polo JK.
- Atualização do Projeto Executivo, Orçamento e Especificações Técnicas para as obras de complementação da rede de drenagem e pavimentação asfáltica da ADE Área de Múltiplas Atividades do Gama (em andamento);
- Elaboração do Projeto Executivo de Pavimentação, Urbanismo e Mobilidade Urbana da ADE Polo JK;

- Elaboração do Projeto Executivo, Orçamento e Especificações Técnicas para a Recuperação de Áreas Degradadas na ADE Polo JK;
- Elaboração do Plano de Controle Ambiental de Obras (PCAO) referente às obras das ADEs Setor de Indústrias e Materiais de Construção da Ceilândia;
- Obtenção das licenças ambientais, outorgas e autorizações para as ADEs Setor de Indústrias e Materiais de Construção e Polo JK;

Conclusão do projeto e orçamento do sistema de Esgotamento Sanitário e interceptor dos conjuntos X e Y da ADE Área de Múltiplas Atividades do Gama.

3.9 Acompanhamento Ambiental e Políticas de Saneamento Básico

A Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, por meio do seu Setor de acompanhamento ambiental e políticas de saneamento, tem atuado na elaboração e implementação de políticas públicas que versam sobre saneamento básico no Distrito Federal e nos processos de licenciamento e monitoramento ambiental de obras públicas no âmbito desta Secretaria. Atua ainda na coordenação do Comitê Gestor do Plano de Resíduos de Construção Civil – CORC/DF, da Câmara Técnica de Saneamento – CTSB, do Conselho de Recursos Hídricos - CRH, do Conselho de Limpeza Urbana-CONLURB e da Câmara Técnica de Resíduos Sólidos do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, que contribuem para o fortalecimento do saneamento básico no Distrito Federal.

No ano de 2017, a Comissão Técnica de Elaboração dos Planos Distritais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos finalizou os trabalhos de proposição das minutas dos respectivos Planos, realizando o encaminhamento dos produtos finais ao Governador do Distrito Federal.

Especialmente no ano de 2017 a SINESP, após a aprovação do Plano Distrital de Saneamento Básico (PDSB) pela comissão técnica, auxiliou na instituição do CONSAB (Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal) como instrumento de caráter consultivo e articulador de controle social focado nos serviços de saneamento básico. O CONSAB possibilita, através de suas diretrizes, a participação da sociedade organizada nos fundamentos previstos na Política Nacional de Saneamento Básico.

O Saneamento Básico apresenta-se definitivamente como aspecto fundamental da infraestrutura das cidades em razão de suas implicações diretas e indiretas sobre a saúde pública e a qualidade ambiental. A evolução deste segmento no Brasil proporcionará um diferencial de qualidade para seu crescimento, visto que atualmente as demandas se apresentam expressivas em termos de investimentos para atendimento de índices de cobertura dos serviços prestados e modernização do setor. Quanto à gestão, tem-se focado nos usuários dos serviços e nos reflexos socioambientais e econômicos inerentes à atividade. A atuação da SINESP na superação de pendências administrativas, tais como: licenciamentos ambientais e outorgas, para execução de obras como Drenar DF (Faixa 1/2, Faixa 10/11 e Taguatinga), urbanização e instalação de infraestruturas em Setores Habitacionais, a saber: Bernardo Sayão, Porto Rico, Buritizinho, Vicente Pires, Sol Nascente e do Projeto Orla Livre, que também impactam as condições de saneamento das regiões afetadas no DF.

Outra área de atuação da SINESP é na área de projetos que garantam a implementação de Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem – ATTRs, dos Pontos de Entrega Voluntária de resíduos (PEVs) e do Aterro Sanitário de Brasília, visando garantir o cumprimento as metas e diretrizes inerentes as Políticas de Gestão de Resíduos Sólidos, vigentes.

O objetivo Geral

É o Planejamento e implementação de projetos e ações voltadas para a gestão ambiental das obras públicas, bem como nos aspectos institucionais e administrativos da SINESP. Essas premissas se desdobram na atuação em processos de licenciamento ambiental, autorizações de supressão, outorgas e acompanhamento ambiental de obras públicas, na participação e coordenação de conselhos voltados às atribuições desta Secretaria, assim como na atuação

no âmbito da política de saneamento básico do Distrito Federal, especialmente na superação das demandas mais estruturantes e estratégicas.

3.9.1 Plano Distrital de Saneamento Básico - PSDB

O Governo de Brasília, por meio da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos - SINESP e da Secretaria de Meio Ambiente - SEMA, firmou parceria com a ADASA, CAESB, SLU e NOVACAP, para a elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PDGIRS, ficando sob a responsabilidade da SINESP presidir a Comissão Técnica de Elaboração. A metodologia aplicada para elaboração do Plano Distrital de Saneamento contempla os seguintes tópicos:

- Levantamento de dados (informações documentais e dados de campo);
- Caracterização dos Serviços;
- Diagnóstico dos Serviços;
- Estudo populacional;
- Estudo Gravimétrico;
- Objetivos e metas imediatos e de curto, médio e longo prazo;
- Proposição de programas e ações para atender os objetivos e metas;
- Plano de emergência e contingência;
- Mecanismos e procedimentos para avaliação das ações programadas;
- Audiências Públicas;
- Adequação de resultados das Audiências Públicas e Consolidação do Plano Distrital de Saneamento Básico – Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, Drenagem de Águas Pluviais e Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos.

No mês de setembro de 2017, o Plano Distrital de Saneamento Básico foi aprovado pela sua comissão técnica após dois anos de grande esforço exigido de todas as equipes envolvidas. A SINESP possui em seu planejamento para o início do ano de 2018, a aprovação do texto do PDSB em formato de Lei, para que o território do Distrito Federal tenha um arcabouço jurídico e técnico para a execução de obras e atividades relacionadas ao Saneamento Básico.

3.9.2 Plano Distrital de Gerenciamento Integrado de Resíduo Sólidos - PDGIRS

Trata-se de um instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, previsto na Lei nº 12.305/10, cujo objetivo principal é traçar diretrizes para a gestão dos resíduos sólidos no Distrito Federal, pois definirá metas, projetos e ações de redução da geração e a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos urbanos e rurais.

O PDGIRS está sendo elaborado para auxiliar na resolução de problemas relacionados aos resíduos sólidos, principalmente em relação à coleta e disposição irregular (Aterro do Jóquei), para garantir que o Distrito Federal receba recursos da União para investimento em saneamento básico. Deve englobar as expectativas dos diferentes órgãos gestores e setores para que sirva efetivamente de apoio e de orientação político-institucional.

No mês de setembro de 2017, o Plano Distrital de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PDGIRS foi aprovado pela sua comissão técnica após dois anos de grande esforço exigido de todas as equipes envolvidas. A Sinesp possui em seu planejamento para o início do ano de 2018, a aprovação do texto do PDGIRS em formato de Decreto, com a finalidade de atender a Política Distrital de Gestão dos Resíduos Sólidos.

3.9.3 Documento de Origem Florestal -DOF

O DOF tem como objetivo principal, regular e controlar o transporte e comércio de madeira em todo o território nacional. Em 2017 o Distrito Federal, com o apoio do IBRAM-DF começou a utilizar o Sistema DOF, ferramenta integrante do Sistema de Gestão Florestal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para realizar o controle das madeiras que são suprimidas e transportadas, no caso específico da Sinesp

proveniente das grandes obras de drenagem nos setores habitacionais, cujos serviços de supressão são prestados pela NOVACAP.

Diante da complexidade de se adaptar o instrumento à realidade do Distrito Federal, foram realizadas várias reuniões com todos os interessados para tratar das devidas adequações para o funcionamento do DOF. Desta forma, a SINESP junto com seu corpo técnico vem prestando suporte aos órgãos do Distrito Federal, a fim de que cada um possa obter seu acesso ao sistema e assim, realizar as supressões dentro na nova legislação vigente.

3.9.4 Acompanhamento Ambiental - InfObras

As unidades de Acompanhamento Ambiental e de Gestão de Ativos Tecnológicos, desta Secretaria iniciaram tratativas em relação à implementação de Módulo de Acompanhamento Ambiental dentro do Sistema InfObras. Esse módulo terá como objetivo, monitorar os quesitos ambientais relacionados à todas as obras, de responsabilidade da SINESP, em execução no âmbito do Distrito Federal, por meio de Módulo, as consultas poderão ser feitas a partir de uma interface simples, porém completa de informações ambientais.

3.9.5 Decretos Distritais e Conselhos

3.9.5.1 Comitê Gestor de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos do Distrito Federal - CORC/DF

A Lei Distrital nº 4.704 de 2011, em seu art. 14, institui o Comitê Gestor do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e Volumosos - CORC/DF. Entre as atribuições descritas estão à aprovação do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e Volumosos, coordenação de programas e ações, a regulamentação de procedimentos de licenciamento e do uso de agregados reciclados, a supervisão do sistema de informações sobre a gestão de RCC e proposições ao governador para regulamentação da política de RCC no Distrito Federal.

A regulamentação de procedimentos de licenciamento e cadastramento de transportadores de resíduos da construção civil e volumosos também está entre as competências do CORC/DF.

Com a publicação do Decreto nº 37.782 de 18/11/2016, oficializou-se o cadastramento e licença da atividade de transporte de RCC e volumosos. O Decreto referênciava o sistema informatizado para cadastramento de transportadores e das atividades desenvolvidas, vinculadas ao sistema e-RCC (<https://slu-brasilia.erc.com.br/>) estabelecendo procedimentos de controle do volume de resíduos transportados e da estrutura envolvida na atividade. A Resolução nº 01/2017 do CORC/DF, de 01/11/2017 trouxe procedimento para o cadastramento e sinalização de equipamentos cadastrados no sistema.

Além da regulamentação da atividade de transporte de RCC o Comitê criou Câmara Técnica que emitiu Parecer em 2016 sobre o uso de agregados reciclados em obras, o que desencadeou agenda de negociação com a FAP para financiamento de pesquisas com agregados reciclados, ação que foi desenvolvida no ano de 2017 pela presidência deste Conselho que é exercida pela área de acompanhamento ambiental desta SINESP.

3.9.5.2 Câmara Temática de Resíduos Sólidos - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal – CDES/DF foi criado por meio do Decreto Distrital nº 33.359/2011, e tem por objetivo fortalecer a gestão democrática e participativa do governo integrando representantes do governo e da sociedade civil. A apresentação de propostas governamentais estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do DF; elaboração de estudos relativos ao desenvolvimento econômico e

social com objetivo de assessorar o Governador na formulação de políticas públicas e conta com a participação da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos

Foram instituídas cinco Câmaras Temáticas em 2017: Água, Dinamização da Economia, Educação como Plataforma para o Desenvolvimento, Uso e Ocupação do Solo, e Resíduos Sólidos, esta última, coordenada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura.

A Câmara Temática de Resíduos Sólidos realizou cinco reuniões entre dezembro de 2016 e maio de 2017, onde foi apresentado um panorama da gestão de resíduos no Distrito Federal, as metas descritas nos Planos Distritais de Saneamento Básico – PDSB e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PDGIRS e no Zoneamento Ecológico e Econômico do Distrito Federal (ZEE) com objetivo de viabilizar propostas para o desenvolvimento de programas e ações voltados à temática de resíduos sólidos.

Esta Câmara apresentou ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES sugestões e encaminhamentos que se alinhem às propostas desenvolvidas no âmbito público e privado, sem perder o foco no escopo primordial de atuação deste Conselho. Apresentou perspectivas para a instalação de indústrias voltadas para reciclagem de materiais gerados na região do Distrito Federal, estimulou propostas para a infraestrutura necessária e prevista no Distrito Federal e para normatização de edificações urbanas sustentáveis. No dia 16/03/2017 foram apresentados os dados do diagnóstico distrital do Plano de saneamento, com foco para os dados relativos a resíduos sólidos. Por fim em 26/05/17 foi avaliado o Relatório, com aprovação pelos representantes dos órgãos que compõem a câmara temática.

3.9.5.3 Comissão Especial para Licitação das Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem de Resíduos da Construção Civil

Os Resíduos de Construção Civil – RCC constituem a maior parte dos resíduos sólidos gerados no Distrito Federal e representam um aspecto gerador de impacto ambiental, especialmente se considerados os quase mil pontos clandestinos de bota-fora irregular, muitas vezes localizados em Áreas de Proteção Permanente – APPs, impactando nascentes e corpos d'água.

O recolhimento do material depositado irregularmente em áreas públicas gera custo anual elevado ao Serviço de Limpeza Urbana, consumindo mais de 21 milhões em 2016, o que representa quase 8,5% das despesas do órgão com o serviço (Relatório Anual SLU/2016).

As Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem - ATTR são unidades que compõem, junto com Pontos de Entrega Voluntária (PEVs), Aterro Sanitário e outras estruturas, as estratégias para o gerenciamento integrado de resíduos sólidos no Distrito Federal, as quais são objeto de acompanhamento prioritário do Escritório de Projetos Especiais da Governadoria, fazendo parte do conjunto de ações para o encerramento das atividades do Aterro do Jóquei.

A Lei Distrital nº 4.704/2011, que dispõe sobre a gestão integrada de resíduos da construção civil e de resíduos volumosos trata dos incentivos que o Governo do Distrito Federal, no âmbito de suas competências, pode conceder para viabilizar a política distrital de gestão de RCC e Volumosos. A Lei também institui e define atribuições do Comitê Gestor do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil – CORC/DF, fórum de composição mista (poder público, transportadores, instituições técnicas) com atuação na definição de estratégias e normativas para gestão de RCC.

A Portaria Conjunta nº 05, de 07/03/2017 (SINESP, TERRACAP, SEMA, SLU e NOVACAP) instituiu Comissão Especial de apoio técnico ao processo licitatório para a implantação e operação de Áreas de Transbordo Triagem e Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Volumosos (ATTR), visando seleção de operador para cessão de uso onerosa de terreno público e em 2017 foram lançados editais de cessão das unidades de Samambaia e Gama.

A Comissão também tem atuado em consonância com as ações pertinentes ao CORC/DF, a fim de estabelecer estratégias de uso de agregado reciclado em base e sub-base de obras de pavimentação, calçamento e drenagem, objetivando fortalecer as estratégias para

utilização do material gerado com a reciclagem do resíduo de construção civil no Distrito Federal.

3.9.5.4 Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal - CONSAB

Após a recomendação da Câmara Técnica Temporária de Saneamento Básico – CTSB pela criação de Conselho para exercer as atribuições relativas ao saneamento básico e o controle social no âmbito do DF, foi instituído mediante o Decreto nº 38.458 de 30 de agosto de 2017, o Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal – CONSAB, sob a Presidência da SINESP.

O CONSAB possui a previsão de 22 membros para compor o referido Conselho, dentre os quais destacam-se representantes de quatro grupos: Administração Pública do Distrito Federal; prestadores de serviço de saneamento básico; usuários de serviços de saneamento básico; e de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e entidades de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento.

Face ao exposto, para instituir os representantes da sociedade civil, foi publicada a Portaria nº 100/2017 – SINESP que institui os procedimentos de credenciamento, indicação e escrutínio dos membros elegíveis do Conselho, além de instituir a Comissão de Credenciamento e Apuração.

Atualmente estão sendo consolidadas as indicações para composição do referido Conselho, para viabilizar a publicação de Portaria que designa os representantes, para assim, ser convocada a primeira reunião ordinária.

3.9.5.5 Grandes Geradores

Outra publicação importante e que contou com atuação da SINESP foi o Decreto nº 37.568, de 24 de agosto de 2016, que regulamenta a Lei nº 5.610, de 16 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos no Distrito Federal, estabelecendo os referenciais e critérios técnicos para coleta, transporte e destinação final dessa categoria de geradores, além de estabelecer diretrizes para o cadastramento junto ao SLU de empresas interessadas em ofertar serviços desta natureza.

3.9.5.6 Câmara Técnica Temporária de Saneamento Básico - CTSB

A Câmara Técnica Temporária de Saneamento Básico – CTSB instituída pela Resolução nº 01/2015, sob a Presidência da SINESP, pertencem ao Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF.

Os representantes desta SINESP e os demais membros da CTSB produziram o Relatório Técnico – Controle Social do Saneamento Básico no Distrito Federal, que analisou a pertinência e a oportunidade de adequação da legislação relacionada aos Recursos Hídricos e Saneamento Básico no Distrito Federal, a fim de que o CRH-DF pudesse exercer atribuições relativas ao saneamento básico, bem como o controle social no âmbito do DF.

No entanto, o Relatório Final recomendou a criação de um Conselho, de caráter consultivo e articulador, para exercer formalmente o instrumento de controle social focado nos serviços de saneamento básico, permitindo a participação da sociedade organizada na viabilização dos princípios fundamentais da Política Nacional, além de viabilizar acesso aos recursos federais destinados aos serviços de saneamento.

3.9.5.7 Decreto Florestal

Com o objetivo de dirimir entendimentos diversos quanto aos artigos 3º e 4º do Decreto nº 14.783/93, no que se refere às competências da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP em suprimir espécies situadas em área urbana e de expansão urbana, excetuadas as espécies tombadas como Patrimônio Ecológico do Distrito Federal, dispostas nos artigos 1º e 2º do referido Decreto, foi elaborada minuta com propostas de alterações desse normativo.

O artigo 3º do Decreto atual permite que a NOVACAP possa realizar supressão de vegetação situada em zona urbana ou de extensão urbana, no entanto, o Artigo 4º limita a atuação da Companhia para casos em que exista comprometimento de seu estado fitossanitário, ameaça de queda iminente, interferência nas redes aéreas e subterrâneas de serviços públicos, comprometimento à saúde dos cidadãos, devidamente comprovado por parecer médico e em casos de risco à integridade de edificações públicas e privadas.

Após adequações realizadas pela SINESP e NOVACAP acordou-se pela criação do artigo 4A e respectivo parágrafo único dispondo que a NOVACAP possui competência para suprimir espécies exóticas e nativas situadas em área urbana e de expansão urbana, excetuadas as seguintes situações: vegetação nativa remanescente; espécie tombada como Patrimônio Ecológico do Distrito Federal, conforme artigos 1º e 2º do Decreto 14.783/1993, e espécie localizada em Área de Preservação Permanente e Unidade de Conservação. A minuta proposta também visa adequar e atualizar alguns termos constantes no Decreto Florestal. A minuta encontra-se em análise pela Casa Civil mediante processo SEI 00110-00004580/2017-87.

3.9.6 Acompanhamento Ambiental de Obras Públicas

3.9.6.1 Licenças, Acompanhamento de Execução e Outorgas

Neste ano de 2017 a SINESP realizou a gestão o acompanhamento ambiental de diversos empreendimentos dentro do território do Distrito Federal. Os dispositivos legais para controle e monitoramento ambiental de qualquer atividade dentro da regulamentação legal são as Autorizações e as Licenças Ambientais.

A equipe técnica da SINESP trabalhou em diversos procedimentos para a obtenção de autorizações e licenças ambientais de interesse da SINESP e de outros órgãos, cujas obras têm sido acompanhadas por esta Secretaria, de forma a auxiliar na clara execução das atividades em conformidade com a legislação ambiental.

Na tabela abaixo, estão relacionados todos os dispositivos legais recebidos durante o ano de 2017.

Tabela 1 - Quadro de Licenças

TIPO	EMPREENHIMENTO	INTERESSADA	ATIVIDADE LICENCIADA
ASV 012/2017	Buritizinho	Codhab	Supressão de três indivíduos arbóreos exóticos ao Bioma cerrado e poda de outros dois, sendo um exótico e um nativo.
LO 037/2017	DECK SUL	Novacap	Implantação do projeto básico dos calçadões e "Deck" na beira do Lado Paranoá – L4 Sul.
LI 024/2017	Drenar DF Faixa 1 e 2 Norte	Sinesp	Melhorias no sistema de drenagem pluvial das faixas 1 e 2 Norte.
ASV 007/2017	Porto Rico	Novacap	Supressão de 34 (trinta e quatro) indivíduos arbóreos exóticos e 204 (duzentos e quatro) indivíduos arbóreos nativos do Bioma cerrado.
AA 027/2017	PRAD ORLA	Sinesp	Instalação de trapiches, no contexto da execução do plano de recuperação da área degradada – PRAD, objeto da autorização ambiental para execução de plano de recuperação de áreas degradadas – A. E. PRAD Nº 11/2016 – IBRAM.
AA 031/2017	PRAD ORLA Praia Norte	Sinesp	Implantação de equipamentos públicos na Orla do Lago Paranoá.
AA 034/2017	PRAD ORLA	Sinesp	Execução do Plano de recuperação de área degradada – PRAD.
AA 041/2017	PRAD ORLA QL 12	Sinesp	Contenção para controle de erosões no Parque Península QL 12.
LI 023/2017	Sobradinho dos Melos	Sinesp	Pavimentação das vias de acesso a Sobradinho dos Melos, DF-250, com extensão de 5 km.
AA 025/2017	Sol Nascente	Codhab	Parcelamento de Solo Urbano – Trecho 1 Etapa 1.
AA 040/2017	Sol Nascente	Codhab	Obras de drenagem e pavimentação – Trecho 1 Etapa 2.

AA 042/2017	Sol Nascente	Codhab	Realização de Obras de drenagem pluvial (Sub-bacia de contribuição I, lançamento 1 e bacias de detenção 1A, 1B, 1C e 1D), pavimentação e esgotamento sanitário, em caráter emergencial nas pontas secas das ruas, do parcelamento de solo urbano denominado Setor Habitacional Sol Nascente – Trecho 3.
AA 042/2017 Retificação	Sol Nascente	Codhab	Realização de Obras de drenagem e pavimentação em toda sub-bacia de contribuição I e nas pontas secas das sub-bacias de contribuição II e III do referido Setor Habitacional – Trecho 3.
ASV 004/2017	Sol Nascente	Codhab	Supressão de indivíduos arbóreos nativos na área destinada à construção do lançamento pluvial da Bacia nº 07 do Setor Habitacional Sol Nascente.
ASV 009/2017	Sol Nascente	Codhab	Supressão de indivíduos arbóreos nativos na área destinada à construção do lançamento pluvial da Lagoa 05, trecho 01, chácara 143 do Setor Habitacional Sol Nascente.
ASV 028/2017	Sol Nascente	Codhab	Supressão de indivíduos arbóreos na área destinada à construção dos lançamentos das bacias 4B, 4C e 4D, Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 02.
ASV 033/2017	Sol Nascente	Codhab	Supressão de indivíduos arbóreos nas áreas do empreendimento Bacia 4A (Lagoa e Lançamento Pluvial) do Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 2 e da Fazenda Recreio (Dinizlândia) do SHSN Trecho 1, região administrativa de Ceilândia RA IX.
ASV 034/2017	Sol Nascente	Codhab	Supressão de indivíduos arbóreos nativos ao longo da futura rede de lançamento pluvial da Bacia 4D, parte do sistema de drenagem do Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 02.
ASV 036/2017	Sol Nascente	Codhab	Obras de drenagem no Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 01 Etapa 02.
Termo de Comp. Florestal. 017/2017	Sol Nascente	Codhab	Compensação Florestal - Licenciamento de Parcelamento de Solo no Setor Habitacional Sol Nascente
LAS 014/2017	Túnel de Taguatinga	Novacap	Obra de arte especial – Túnel de Taguatinga e Viadutos acessórios da Av. Samdu e EPCT/EPTG.
AA 028/2017	Vicente Pires	Terracap	Extração de material de empréstimo (solo) na área do Jóquei.
ASV 019/2017	Vicente Pires	Terracap	Supressão de vegetação para instalação do sistema de drenagem do Setor Habitacional Vicente Pires.
ASV 039/2017 Retificação da ASV 019/2016	Vicente Pires	Terracap	Supressão de vegetação para seis exemplares de Cambuí (<i>Peltophorum Dubium</i>), para execução de obras de infraestrutura.

Outro instrumento de regularização ambiental é a Outorga de uso de recursos hídricos. Segue abaixo as Outorgas de uso de recursos hídricos, solicitadas e emitidas, para o devido atendimento aos requisitos legais.

Tabela 2 - Quadro de Outorgas

TIPO	EMPREENHIMENTO	INTERESSADA	OBSERVAÇÃO
Outorga 514/2017	Sol Nascente	Codhab	Outorga Prévia
Outorga 328/2017	Vicente Pires	Terracap	Outorga Prévia - Alteração
SISGED Nº 8379	Vicente Pires	Terracap	Outorga Prévia - Solicitação
SISGED Nº 8378	Vicente Pires	Terracap	Outorga Prévia - Solicitação
SISGED Nº 10779	Vicente Pires	Terracap	Outorga Prévia - Solicitação
SISGED Nº 13973	Vicente Pires	Terracap	Outorga Prévia - Solicitação
Outorga 540/2017	Praia Norte	Sinesp	Outorga Prévia

Para a aquisição de todos os instrumentos elencados acima, a SINESP atuou direta e indiretamente com os interessados e os órgãos reguladores de forma a obter e elucidar todas as dúvidas quanto ao devido processo de licenciamento ambiental e outorga. Através destes

dispositivos e suas respectivas condicionantes é que esta Pasta consegue monitorar o andamento das atividades.

Segue, abaixo, breve descritivo de alguns acompanhamentos que se iniciaram no ano de 2017:

Vicente Pires

A TERRACAP é a interessada na execução das obras de parcelamento de solo da Gleba 2 do Setor Habitacional Vicente Pires para instalação de obras de infraestrutura (rede de água, esgoto, energia, drenagem e pavimentação).

Atualmente está em vigência a Licença de Instalação (Corretiva) Nº 021/2016 que tem validade de 4 anos e alcança as Glebas 2 e 4 do Setor Habitacional. Para a Gleba 1 está vigente a Licença de Instalação Nº 027/2015 com validade de 4 anos. Na Gleba 3 tem-se a Licença de Instalação (Corretiva) Nº 042/2017, também com validade de 4 anos.

Além de mediações com a TERRACAP junto ao IBRAM, esta SINESP também realizou tratativas com o órgão ambiental no intuito de alcançar a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para as obras de infraestrutura do Setor. Desta forma, no ano de 2017 foi emitida a ASV Nº 019/2017 – IBRAM que autorizava a supressão vegetal do Bloco de Prioridades 1. Entretanto, o prazo de validade desta ASV expirou e a SINESP juntamente com a TERRACAP articulam com o IBRAM a prorrogação de seu prazo nos termos da anterior.

Em atenção à ASV Nº 19/2017 – IBRAM foi elaborado pela TERRACAP o Inventário Florestal representativo para todo o Setor Habitacional Vicente Pires que servirá como base para a emissão de uma ASV para todo o empreendimento. Atualmente esse estudo está em análise no IBRAM.

A ASV Nº 019/2016 – IBRAM, cujo objeto é executar a Supressão de Vegetação para execução de obras de infraestrutura localizadas no Setor Habitacional Vicente Pires, Gleba 3, Faixa Marginal à Rodovia DF – 087 (EPVL), foi retificada a fim de incluir seis exemplares de Cambuí localizados no Balão de acesso à Via EPVL pela via marginal do Jóquei, entre as chácaras nº 7 e 8. Desta forma a nova ASV 039/2017 – IBRAM (Retificação da ASV Nº 019/2016) possui validade até 21/07/2018.

No que se refere aos pedidos de outorgas prévias para o SHVP, houve gestão, desta SINESP, junto à ADASA e NOVACAP para alteração nos lançamentos das redes 97 e 132 para redes 97, 132 e 133 (Despacho nº 328, de 5 de junho de 2017).

Neste momento encontra-se em análise na Adasa a solicitação de outorga prévia para os lançamentos das Redes 41, 72, 81-A e 85

Bernardo Sayão

A SINESP, junto com seu corpo técnico, tem auxiliado na gestão ambiental das obras no Setor Habitacional Bernardo Sayão. Este ano de 2017 foi conclusivo para a obtenção das outorgas de lançamento e o início do planejamento de obras no lote da empresa HYTEC (Lote 2).

No quesito florestal, o relatório de compensação florestal foi apresentado no mês de abril e analisado pelo Órgão ambiental competente. Uma equipe mista formada por TERRACAP, NOVACAP e SINESP inventariou a área do lote 4 de forma a dar celeridade ao processo de obtenção da ASV (Autorização de Supressão de Vegetação).

Buritizinho

A SINESP atuou junto à NOVACAP quanto ao levantamento florístico realizado em campo, para subsidiar a confecção de Inventário Florístico e Plano de Supressão, com objetivo de pleitear ao IBRAM a emissão de Autorizações de Supressão de Vegetação. Neste sentido, foi realizada gestão junto ao órgão ambiental para emissão das ASV's, conforme quadro 1.

Desde a emissão da Licença de Instalação nº 029/2015 que autoriza a implantação do sistema de drenagem pluvial e pavimentação no Setor Habitacional Buritis, esta Secretaria vem acompanhando a evolução das atividades, obras e verificação em campo quanto aos itens condicionantes da licença ambiental.

Sol Nascente - Trechos 1,2 e 3

Esta SINESP atuou na elaboração do Termo de Compromisso Ambiental Nº 100.000.001/2017 celebrado em 13/02/2017 por esta Secretaria de Infraestrutura, IBRAM e CODHAB, cujo objeto é de estabelecer obrigações a serem seguidas pelo compromissário para que a implantação de obras e a regularização do Setor Habitacional Sol Nascente sejam realizadas da melhor maneira a preservar o meio ambiente.

Considera-se que a SINESP assumiu papel de interveniente no referido TC, voltado a subsidiar a Codhab, que é a interessada na execução das obras de infraestrutura no referido Setor Habitacional, com informações e ações de sua competência de origem necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas, no sentido de contribuir, especificamente, quanto às obrigações constantes na Cláusula Sétima (obras de infraestrutura).

Esta SINESP atuou também junto à NOVACAP quanto ao levantamento florístico realizado em campo, para subsidiar a confecção de Inventário Florístico e Plano de Supressão, com objetivo de pleitear ao IBRAM a emissão de Autorizações de Supressão de Vegetação. Neste sentido, foi realizada gestão junto ao Órgão ambiental para emissão das ASV's, conforme tabela 01.

Realizou-se também gestão junto ao Ibram para fins de emissão de Autorização Ambiental para o Trecho 1 etapa 1 e etapa 2, bem como para o Trecho 3, além de apresentação de projetos e negociação junto à Adasa para a renovação da Outorga.

Porto Rico

A Secretaria atuou junto à NOVACAP quanto ao levantamento florístico realizado em campo, para subsidiar a confecção de Inventário Florístico e Plano de Supressão, com objetivo de pleitear ao Ibram a emissão de Autorizações de Supressão de Vegetação. Neste sentido, foi realizada gestão junto ao órgão ambiental para emissão das ASV's, conforme tabela 1. Foi realizada gestão junto ao IBRAM no que se refere a condicionante nº 16 da LI nº 028/2015 – IBRAM (ponto de captação de água da SANEAGO e a situação do bueiro da DF-290). Foram apresentados documentos necessários para comprovação da gestão da referida condicionante e o Órgão ambiental manifestou-se informando que a condicionante está sendo devidamente atendida.

Desde a emissão da Licença de Instalação nº 028/2015, que autoriza a implantação do sistema de drenagem pluvial e pavimentação no Setor Habitacional Porto Rico, esta Pasta vem acompanhando a evolução das atividades, obras e verificação em campo quanto aos itens condicionantes da licença ambiental.

Projeto Orla Livre

Foi apresentado ao IBRAM o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, Projeto Orla Livre, Fase 1 – Etapa 2ª – Orla do SHIS QL 10. Diante da entrega do estudo e aprovação pelo órgão ambiental foi emitida a Autorização Ambiental Nº 034/2017-Ibram (Execução de Plano de Recuperação de Áreas Degradadas). Esta Autorização possui validade de 2 anos. Entretanto, as obras encontram-se paralisadas em decorrência de ação judicial.

No âmbito do PRAD, objeto da A.E.PRAD Nº 11/2016-IBRAM, Projeto Orla Livre, Fase 1 – Etapa 1 – Península dos Ministros – QL 12 destaca-se a conclusão das obras e reabertura do parque à população.

No que tange à instalação dos trapiches que ligam os Parques Asa Delta e Península, tal atividade foi autorizada por meio da A.E. PRAD Nº 014/2016 – IBRAM (no âmbito da A.E.PRAD Nº 011/2017-IBRAM). Atualmente está vigente a Autorização Ambiental Nº

027/2017-IBRAM que autoriza a instalação de trapiches, no contexto da execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, objeto da A.E. PRAD Nº 01//2016 – IBRAM. A validade dessa Autorização Ambiental é de 1 (um) ano. A obra de instalação dos trapiches está sendo executada.

Ainda nas atividades inerentes ao Parque da Península dos Ministros – QL 12 foi verificado processo de erosão nas margens do Lago Paranoá em virtude do aumento da cota do lago. Diante disso, foi solicitado por esta SINESP junto ao IBRAM autorização para a execução de obras para controle do processo erosivo. Assim, o IBRAM emitiu a Autorização Ambiental Nº 041/2017 – IBRAM que autoriza a execução de contenção para controle de erosões no Parque da Península – QL 12.

Corredor Oeste - ESPM (Estrada Setor Policial Militar)

A fim de dar prosseguimento ao processo de licenciamento e licitação das obras de infraestrutura da Estrada Setor Policial Militar (ESPM), a SINESP realizou consulta à Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) quanto à viabilidade de implantação de Bacia de Detenção (Rede de Drenagem ESPM) no interior da Zona de Uso Intensivo da ARIE Riacho Fundo.

A FJZB retornou a consulta informando que não encontra óbice para a implantação da bacia de detenção sendo necessária realização de consultas ao órgão ambiental para as licenças necessárias para a execução do projeto.

Assim, a Secretaria encaminhou esse posicionamento à Superintendência de Gestão de Áreas Protegidas (SUGAP/IBRAM) e solicitou manifestação de forma a ratificar a escolha da área para implantação do equipamento de drenagem. Atualmente é aguardado o posicionamento da SUGAP/IBRAM.

Praia Norte

A SINESP requereu junto ao IBRAM autorização ambiental para implantação de equipamentos, urbanização e paisagismo do Lago Paranoá para o denominado Projeto Praia Norte. Assim, o Órgão ambiental do Distrito Federal emitiu em nome da SINESP a Autorização Ambiental Nº 031/2017 – IBRAM (Validade de 3 anos) para a implantação dos equipamentos públicos na orla do Lago Paranoá.

Em fiscalização realizada pelo IBRAM foi emitido o Auto de Infração Ambiental Nº 2466 que advertia quanto ao descumprimento das condicionantes 6 e 9 da AA Nº 031/2017-IBRAM. Desta forma, a SINESP, NOVACAP e a empresa executora da obra trabalharam em conjunto para sanar as irregularidades encontradas e apresentar a Defesa do Auto de Infração.

Ressalta-se que o empreendimento possui outorga prévia para lançamento de águas pluviais em 2 pontos de descarga no lago Paranoá. Tal documento foi emitido por meio do Despacho nº 540, de 07 de agosto de 2017 – SRH/ADASA.

Viaduto M1

No ano de 2017, a SINESP recebeu da NOVACAP o Relatório Ambiental Simplificado do empreendimento denominado VIADUTO M1. O RAS é o instrumento legal para a obtenção da licença ambiental simplificada para a instalação da obra do Viaduto. No período de 2018, espera-se o retorno da análise do Órgão competente para dar início às tratativas de obtenção da LAS.

Sobradinho dos Melos

Em 2017, a SINESP acompanhou de perto a questão da solicitação do IBRAM quanto à adequação das obras de pavimentação do trecho que liga a comunidade agrícola Sobradinho dos Melos a DF-250. Em parceria conjunta com NOVACAP e o IBRAM, esta Secretaria

realizou vistoria que resultou nas ações para elucidar as dúvidas quanto as condicionantes da licença de instalação e seu respectivo relatório de acompanhamento ambiental. Em 2018, a SINESP pretende concluir e encaminhar o respectivo relatório de acompanhamento de condicionantes de acordo com a nova Licença de Instalação.

Hospital da Criança

Tendo em vista a implantação da rede de drenagem e vias de serviço referente à segunda etapa da construção do Hospital da Criança de Brasília, esta SINESP vem realizando gestão junto ao IBRAM quanto à emissão de Autorização de Supressão de Vegetação. Atualmente, o Levantamento Florístico e o Plano de Supressão estão sendo avaliados pelo Órgão ambiental competente.

Drenagem QSE/QSF

No ano de 2017 a SINESP retomou as tratativas do sistema de drenagem das quadras QSE e QSF após a empresa contratada para a elaboração do projeto verificar uma solução melhor nos aspectos econômicos e ambientais. Logo a SINESP entrou com o acompanhamento da gestão ambiental e do pedido de licenciamento ambiental simplificado do sistema de drenagem. No final do ano de 2017 foi publicado no DODF o requerimento de licenciamento ambiental e o planejamento é que para o ano de 2018, as obras se iniciem.

Drenagem do Setor de Oficinas Sul

A SINESP, no ano de 2017, em reunião com a secretaria de áreas protegidas do IBRAM, apresentou o interesse de dar continuidade ao projeto de drenagem do Setor de Oficinas Sul.

Setor Habitacional Água Quente

Em 2017 a SINESP buscou retomar o projeto de drenagem do Setor Habitacional Água Quente, porém, verificou-se que o projeto só poderá ter continuidade após a identificação fundiária de cada Lote a ser realizada pela TERRACAP.

Setor de Inflamáveis - Rota de Fuga

A Unidade de Acompanhamento Ambiental, junto com a Unidade de Projetos de Planejamento de obras, desta Pasta, buscou as informações necessárias para dar início ao acompanhamento ambiental e ao pedido de licenciamento simplificado no ano de 2017. No mês de dezembro de 2017, foi publicado no DODF o requerimento de licenciamento ambiental e marcada a primeira vistoria conjunta entre SINESP e IBRAM. É esperado para o ano de 2018 que todas as análises da fase de instalação sejam concluídas.

Corredor Oeste

No ano de 2017, a SINESP realizou uma serie de gestões junto ao órgão ambiental com a intenção de viabilizar a emissão de Licença de Instalação – LI para os trechos que ainda não possuem tal licença, como resultado os dois órgãos defiram a estratégia para a instrução processual de tais pedidos e posterior emissão das referidas licenças ambientais.

Estádio Abadião

No ano de 2017, a SINESP realizou gestão junto ao IBRAM no sentido de modificar o entendimento do órgão ambiental, quanto à necessidade de licenciar a atividade de reforma de Estádio. Diante dos argumentos apresentados por esta SINESP o Órgão entendeu pela dispensa do procedimento de licenciamento ambiental.

PEC Parque Núcleo Bandeirante

Foi realizada consulta ao IBRAM no que se refere à autorização para Implantação do Ponto de Encontro Comunitário - PEC no Parque Núcleo Bandeirante. Após gestão por parte desta

Pasta, o órgão ambiental concedeu o Termo de Autorização de Uso Não-Qualificada (Processo nº 00110-00004258/2017-58) deferindo a Implantação deste PEC.

3.9.6.2 Entraves

Durante o ano de 2017, o planejamento de execução das obras sofreu alguns percalços que atrasaram o cronograma previsto para suas execuções. Enumeramos a seguir alguns desses obstáculos:

- Das adequações de projetos - A constante adequação de projetos, associada à problemática fundiária do Distrito Federal, acarretam retornos ao Órgão Ambiental de projetos já analisados e aprovados, por força de comando da Licença Ambiental, consistindo da causa principal dos entraves na execução dos empreendimentos.

As inúmeras adequações e as sucessivas reconfigurações de cálculos, locais e relatórios requerem esforços de todos os interessados para o andamento das obras;

- Da adequação quanto à utilização do Sistema DOF - Esta adequação requereu um esforço grande de toda a equipe da Secretaria, pois, envolve aquisição de certificados digitais do tipo A3. Além de demandar o aprendizado de como se opera um novo sistema de emissão de controle sobre o produto originário de supressão e, por ser um sistema novo. O DOF demonstrou ser um gargalo tanto na execução de obra, como dentro dos fluxos administrativos, visto que existe um dispêndio de tempo e uma burocracia maciça para se adequar legalmente ao DOF.

Cabe destacar que muitos dos problemas enfrentados no ano, em relação à questão do DOF, deu-se em razão da norma regulamentadora utilizada para a aplicação ser de âmbito Federal, não contemplando peculiaridades encontradas no Distrito Federal.

- Da emissão de ASV - Inteiramente atrelado ao DOF está a emissão das ASV (Autorização de Supressão de Vegetação). As autorizações são outro grande gargalo ocorrido no ano de 2017. Devido às aprovações dos projetos serem antigas, como por exemplo, Sol Nascente datar de 2009, ao ser emitida a licença de instalação para início das obras de drenagem, muito do que era a característica ambiental do local não existe mais. Diante disso, há necessidade de elaboração de um novo Inventário Florestal, que posteriormente é analisado pelo órgão ambiental no prazo médio de quatro meses, para posterior emissão de ASV, concomitante a adequações de projetos.

3.9.7 Conselhos, Comissões e Grupos de Trabalho

O Setor responsável pelo acompanhamento da temática ambiental no âmbito desta Secretaria, Subsecretaria de Acompanhamento Ambiental e Políticas de Saneamento – Suaps, têm participado ativamente de diversos Conselhos, Comissões e Grupos de Trabalho, nos quais desempenha o papel de coordenação ou participação, a saber:

Coordenação:

- Comitê Gestor do Plano Integrado de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos do Distrito Federal – CORC/DF;
- Conselho de Limpeza Urbana – Conlurb;
- Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal -
- Comissão Técnica de Elaboração do PDGIRS/PDSB;
- Grupo de Trabalho do Corsap-DF/GO (GDF);
- Câmara Técnica de Saneamento Básico - CTSB, do Conselho de Recursos Hídricos CRH;
- Câmara Temática de Resíduos Sólidos – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal
- Comissão Especial Para Licitação Das Áreas De Transbordo, Triagem e Reciclagem de Resíduos da Construção Civil.

Participação

- Comissão Orla Livre;
- Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal - Conam;
- Conselho de Desenvolvimento e Política Rural;
- Conselho de Recursos Hídricos – CRH;
- Grupo de Trabalho (2107 - GERAL);
- Grupo de Trabalho (2107 - FISCALIZAÇÃO);
- Grupo de Trabalho de Transição para o Aterro Oeste;
- Grupo de Trabalho do Corsap-DF/GO (Municípios);
- Zoneamento Ecológico – Econômico – ZEE;
- Comissão de Gestão da TI/Sinesp;
- Comitê Criativo Virada do Cerrado;
- Grupo de Trabalho Brasília Solar;

3.9.8 Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás - CORSAP-DF/GO

O Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás – Corsap-DF/GO, Pessoa Jurídica de Direito Público, com natureza de autarquia do tipo associação pública, a que alude o art. 41, inciso IV, do Código Civil Brasileiro, integrante da Administração Indireta dos Entes Federados que a constituem, com duração por prazo indeterminado, cuja proposta é promover a gestão associada e ambientalmente adequada dos resíduos sólidos das águas pluviais na região (RIDE/DF), além de viabilizar a coleta seletiva, a reciclagem e a destinação final dos resíduos não reciclados. O Corsap-DF/GO é formado pelo Distrito Federal, Estado de Goiás e por 19 municípios goianos que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE/DF.

Os objetivos do Corsap-DF/GO são os seguintes:

- Contratar associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis para prestar serviços de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, no âmbito de atuação do Consórcio;
- Prestar serviços de assistência técnica e de manutenção de instalações às cooperativas e associações;
- Promover, na sua área de atuação, atividades de mobilização social e educação ambiental para o manejo dos resíduos sólidos e das águas pluviais, uso racional dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente;
- Promover atividades de capacitação técnica de pessoal, encarregado da gestão dos serviços;
- Promover estudos e debates sobre assuntos de caráter econômico, técnico, científico, ambiental, cultural ou social relacionados aos seus objetivos e competências institucionais;
- Desenvolver atividades técnico-administrativas, visando ampliar os níveis de conscientização, politização, organização e participação dos consorciados nas instâncias e atividades do Consórcio; e,
- Promover a defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos delegados.

Em 2017 a Superintendência do Corsap-DF/GO, esteve sob a gestão de novo titular, nomeado por meio da Portaria nº 01, de 24/02/2017, publicada no DODF nº 41, de 01 de março de 2017. E, sob o comando deste, buscou-se primar pela transparência e a aprovação de contas perante os Órgãos de controle.

Destaca-se que, durante o ano de 2017, o Corsap-DF/GO desenvolveu diversas ações e atividades a fim de atingir seus objetivos, notadamente as relacionadas a seguir:

- IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS) – realizado em Brasília/DF, com a finalidade de fomentar a construção e a pactuação de

alternativas para o enfrentamento da grave situação fiscal dos municípios brasileiros. É um evento bienal que reúne prefeitos de todo país, além de ministros, parlamentares, secretários municipais e estaduais, pesquisadores, estudantes e integrantes de delegações estrangeiras.

- Seminário Inovação, Resíduos, Energias Renováveis e Complementares - realizado pela Frente Parlamentar Mista de Infraestrutura - Interlegis - Senado Federal. Com objetivo de apresentar novas tecnologias para produção de energia limpa e buscar soluções que viabilizem a implementação de projetos ligados a energias renováveis e complementares.
- 8º Fórum Internacional de Resíduos Sólidos - realizado em Curitiba/PR - Este fórum consolida-se como um importante evento técnico-científico realizado no Brasil sobre temáticas relacionadas a resíduos sólidos. Apresenta uma visão ampla do assunto que abrange desde estudos acadêmicos até a visão governamental e empresarial. Tem como principal meta contribuir com a criação de um espaço para a troca de conhecimentos e experiências no âmbito da gestão de resíduos, produção mais limpa e avaliação de ciclo de vida, bem como o estabelecimento de um mercado para a reciclagem e recuperação de resíduos, transformando estes em coproduto com valor agregado e incorporando a difusão de políticas e programas que promovam relações comerciais sustentáveis.
- PPP Fórum Ilumina Brasil – realizado em São Paulo. Cujo objetivo foi entender como funcionarão os programas do Estado de São Paulo e do Governo Federal para as PPPs de Iluminação Pública nos municípios brasileiros, quais os pontos cruciais na estruturação jurídica e econômico-financeira desses projetos, assim como o papel das entidades e instituições no apoio às médias empresas e às Administrações Públicas para o ciclo das PPPs municipais.
- Visita ao Aterro Sanitário CTL - Localizado na Cidade Satélite Santa Bárbara - São Paulo/SP – Buscou-se conhecer e trazer novos conhecimentos sobre a Central de Tratamento de Resíduos Leste, que é um empreendimento da EcoUrbis Ambiental S/A, uma empresa privada, de propósito específico, é a concessionária responsável pela coleta, transporte e destinação adequada de resíduos domiciliares, materiais recicláveis e resíduos dos serviços de saúde no Agrupamento Sudeste da cidade de São Paulo.
- Reunião nos Municípios – Foram visitados quase todos os Municípios (Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho De Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás), pendente apenas Corumbá de Goiás, nestas visitas reuniram-se com os seus prefeitos, secretários ou equipes técnicas.
- Reunião com os Conselheiros do Corsap-DF/GO na qual foram discutidas a apresentação do Plano Municipal de Resíduos Sólidos e Plano Municipal de Águas Pluviais, a elaboração do Regimento Interno do Conselho, a criação de Câmaras Temáticas de Resíduos Sólidos e de Águas Pluviais, proposta de alteração da logomarca do Corsap, entre outros assuntos.
- Reunião com a Diretoria do Corsap-DF/GO na qual foram discutidas as Prestação de contas de 2014, 2015 e 2016; as Ações do Corsap em andamento; entre outros informes, com a presença de representantes do Governo do Estado de Goiás, com o Prefeito do Município de Abadiânia e representantes do Prefeito de Valparaíso de Goiás.
- Conferências Municipais de Manejo de Resíduos Sólidos e Águas Pluviais - todos os municípios consorciados foram convocados a realizar as conferências locais, e já foram realizadas as conferências nos municípios de Cristalina, Pirenópolis, Novo

Gama, Padre Bernardo, Mimoso de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Luziânia e Cidade Ocidental, onde foram eleitos os Delegados que os representaram na Conferência Regional.

- O Corsap-DF/GO foi convidado para apresentar ações e atividades do Corsap-DF/GO na 22ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (COARIDE), que é o Conselho Administrativo da RIDE, criado pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, e regulamentado pelo Decreto nº 7469, de 04 de maio de 2011, para coordenar as atividades a serem desenvolvidas na RIDE.
- Participação no Encontro de Prefeitos e Gestores Municipais com o Saneamento Básico, realizado em Anápolis/GO - Evento realizado pela Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE.
- Compõem os Programas e Projetos do Corsap-DF/GO
 - O Convênio nº 829467, cujo objeto é a Elaboração do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Corsap-DF/GO, que consolida o Plano de Saneamento Básico da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno-RIDE/DF UnB, contratado pelo Ministério das Cidades; e o Plano de Gestão de Resíduos do Estado de Goiás.
 - O Convênio nº 840534, cujo objeto é o Estudo de Concepção de drenagem urbana sustentável da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno DF/GO RIDE e esboço de anteprojeto das intervenções prioritárias para atender ao Distrito Federal e aos 19 municípios Goianos do Entorno de Brasília, 1ª fase.
- Inscrição no Projeto CNM Programa Europeu de Cooperação Urbana Internacional (IUC) para a América Latina e Caribe (LAC) - O programa IUC oferece a consórcios/cidades participantes a oportunidade de ser associado com cidades europeias, isso permite aos consórcios/cidades construir relacionamentos que permitam apoiar as ações pré-existentes no domínio das ações de planejamento urbano sustentável.
- Projeto de Diagnóstico e Elaboração dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos e Águas Pluviais, com o objetivo de atender aos consorciados no que tange a questão da Gestão de Resíduos Sólidos e Manejo de Águas Pluviais. O Corsap-DF/GO, está desenvolvendo um Plano de Ação para Coordenação dos Planos Municipais de Gestão de Resíduos Sólidos e Manejo de Águas Pluviais, e este Projeto contempla as atividades de visita de diagnóstico e formação da equipe de Trabalho, Decreto ou Portaria com a definição das duas equipes de trabalho, o Comitê Executivo e Comitê de Coordenação; o Plano de mobilização Social; o Relatório do Diagnóstico técnico participativo; o Relatório da prospectiva e planejamento estratégico; o relatório dos programas, projetos e ações; o plano de execução; a minuta do Projeto de Lei do PMRS e do PMAP; o relatório sobre os indicadores de desempenho do PMRS e do PMAP; o Sistema de informações para auxílio à tomada de decisão; o Relatório mensal simplificado do andamento das atividades desenvolvidas; e o relatório final do PMRS e do PMAP.
- Projeto Básico de Estação de Triagem, Compactação e Compostagem de Resíduos Sólidos Urbanos - O Projeto Básico de Estação de Triagem, Compactação e Compostagem de Resíduos Sólidos, foi elaborado por uma empresa de engenharia.
- Estudos para convênios/cooperação UnB, IFG e IPC: UnB - Cooperação técnica-científica entre projetos e estudos de mútuo interesse, capacitação de recursos humanos e pesquisas aplicadas a área de resíduos sólidos e águas pluviais. Esta parceria terá, também, o objetivo de fomentar o desenvolvimento humano e socioambiental na Região Integrada do Distrito Federal e Goiás (RIDE-DF-GO); IFG - Cooperação técnica-científica entre projetos e estudos de mútuo interesse,

capacitação de recursos humanos e pesquisas aplicadas a área de resíduos sólidos e águas pluviais. Esta parceria terá, também, o objetivo de fomentar o desenvolvimento humano e socioambiental na Região Integrada do Distrito Federal e Goiás (RIDE-DF-GO) e IPC LIFE PAYT - O LIFE PAYT ferramenta para reduzir os resíduos, o objetivo principal do projeto é apoiar os municípios na adoção de tarifas de resíduos PAYT ("Pague o que bota fora"), que trará a adoção de práticas de prevenção e separação dos resíduos, fomentando a coleta seletiva. O IPC, Instituto Politécnico de Coimbra é o ponto focal deste relacionamento com o LIFE PAYT. Pretende-se que as metodologias desenvolvidas possam depois ser estendidas para outros municípios do Sul da Europa, contribuindo para uma melhor gestão dos recursos europeus e para a implementação das estratégias ambientais nacionais e europeias.

- Solicitação de verba adicional para implantação de Estação de Transbordo e Caminhões - Em atendimento ao Edital interno da SECIMA/GO - Solicitada verba para implantação de 4 (quatro) Pontos de Entrega de resíduos sólidos urbanos (RSU) e resíduos de construção e demolição (RCD) com Recebimento, Triagem, Compostagem, Compactação e Transbordo.
- Início de Estudos Jurídicos para Contrato entre Consórcio e Aterro Privado: questionamento inicial à Confederação Nacional de Municípios - CNM com resposta da Consultora especialista da CNM em Consórcios Públicos e Resíduos que indicou o Caso do Aterro Privado de Minas do Leão/RS.
- Aprovação do Aterro Privado Ouro Verde junto a Gerência de Descentralização da SECIMA/GO, com indicação do Corsap-DF/GO aos entes consorciados da viabilidade de disposição final de resíduos.
- Projeto de Quintais Orgânicos - O Projeto Quintais Orgânicos, também desenvolvido pela equipe do Corsap-DF/GO, é um projeto que tem por objetivo realizar atividades de educação ambiental e capacitação para educadores ambientais, estimulando a mobilização da população dos municípios em torno de ações que promovam melhorias na qualidade ambiental e de vida e conseqüentemente a redução substancial da quantidade de resíduos sólidos domésticos encaminhados para a destinação final nos aterros sanitários. Todas as metas de implementação do projeto podem ser verificadas no Projeto Quintais Orgânicos.
- Proposta de Projeto de Compostagem ao Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA - No intuito de promover a gestão dos resíduos sólidos e das águas pluviais de seus entes consorciados, o Corsap-DF/GO encaminhou Proposta de Projeto para a instalação, nos municípios participantes do Consórcio, de composteiras domiciliares e realização de programas de mobilização da população para a correta separação dos resíduos sólidos, em conformidade com o Edital do Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA/FSA nº 01/2017.
- Proposta junto a Agência Nacional de Águas via Sistema SICONV - O Corsap-DF/GO, também, dentro de suas atribuições estatutárias, realizou proposta de Convênio via Sistema de Gestão de Convênios - SICONV junto a Agência Nacional de Águas - ANA de projeto para práticas conservacionistas da Bacia do Rio Maranhão na Cidade de Planaltina - GO. A proposta encontra-se em análise pela ANA.
- Proposta junto a Fundação Nacional de Saúde via Sistema, sobre projeto de desenvolvimento de ações para enfrentamento ao vetor transmissor da dengue, zika e chikungunya. Corsap-DF/GO impetrou recursos perante a Fundação Nacional de Saúde, que se encontra em fase de análise.
- Projeto Green Ambiental de Coleta Seletiva de Embalagens de Vidro - Visa buscar soluções para os resíduos sólidos de seus entes consorciados, o Corsap-DF/GO tem em mãos Projeto de Coleta Seletiva de Embalagens de Vidro elaborado por uma empresa, que será enviado em momento oportuno aos municípios participantes do

Consórcio. Está é uma solução que oferece uma destinação alternativa ao vidro, reduzindo o volume geral do lixo destinado aos aterros sanitários.

São metas previstas pelo Corsap-DF/GO para o ano de 2018:

- Finalizar as Conferências Municipais de 2017, com previsão para o primeiro bimestre de 2018;
- Retomar a programação das Conferências Municipais de Resíduos Sólidos e Águas Pluviais;
- Realizar a Assembleia Geral Extraordinária, com previsão para o primeiro bimestre de 2018, na qual se pretende ratificar o Contrato de Rateio 2017, apresentar nova Logomarca do CorsapDF/GO;
- Andamento de atividades como as emendas do Ministério das Cidades, a Coordenação dos Planos Municipais.

Segue abaixo o Cronograma de ações do Corsap-DF/GO, realizadas em 2017 e ações previstas para 2018:



CRONOGRAMA DE AÇÕES CORSAP-DF/GO	
Encaminhada minuta da Lei de Grande Geradores, para análise técnica e jurídica para a SECIMA, SINESP e SLU.	16/11/2017
Encaminhada minuta da Lei de Grande Geradores aos municípios consorciados.	27 a 30/11/2017
Entrega do Termo de Referência do Plano Regional de Manejo dos Resíduos Sólidos. (1ª fase)	15/12/2017
Entrega do Termo de Referência do Plano Regional de Manejo dos Resíduos Sólidos. (2ª fase)	A definir
Finalização das Conferências Municipais (locais)	Final de dezembro
Prazo final para os municípios aderirem ao Projeto de Costa Ribeira Ambiental (Plano Municipal)	31/12/2017
Finalização dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos	Junho/2018
Implantação de viveiros de mudas - Compensação ambiental	Fevereiro/2018
Execução dos projetos "ORGÂNICOS" (compostagem, hortas, etc.)	Março/2018
Projeto de Lei de implantação da Coleta seletiva com inclusão social nos municípios consorciados.	Abril/2018
Projeto de Lei do Código de Limpeza Urbana	Maio/2018
Lei de gerenciamento de resíduos sólidos para os municípios	Junho/2018
Código Ambiental	Julho/2018
Criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente	Agosto/2018
Revisão do Conselho Municipal de Meio Ambiente	Agosto/2018
A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública	Setembro/2018
Implantação de sala verde nas escolas – Transversalidade curricular e objetivos sólidos	Outubro/2018
Educação Ambiental – Iniciando com quintais orgânicos	Outubro/2018
Implantação de viveiros de mudas - Compensação ambiental	Novembro/2018
Projeto Básico de Drenagem de Águas Pluviais	Novembro/2018
Projeto Executivo de Drenagem de Águas Pluviais	Dezembro/2018
Projeto de Lei de Conservação Ambiental – ICMS Ecológico	Dezembro/ 2018

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos – SINESP tem como eixo principal o atendimento do Plano Estratégico de Obras do Governo de Brasília. O investimento na urbanização das regiões mais carentes do Distrito Federal é uma das principais prioridades do Governo de Brasília, que tem se empenhado para garantir maior dignidade e qualidade de vida aos moradores do Distrito Federal.

O trabalho realizado pela SINESP tem resultados diretos na melhoria da qualidade de vida dos brasilienses. Os projetos são desenvolvidos de forma criteriosa para que as obras, de maior ou menor impacto, tenham sempre como foco o atendimento eficiente das demandas da população.

As obras de drenagem e pavimentação garantem que os serviços urbanos básicos, como: coleta de lixo, transporte público, policiamento, além do tráfego de ambulâncias e do transporte escolar, sejam acessados por toda a população. Essas benfeitorias impactam diretamente a saúde dos cidadãos, diminuindo, por exemplo, problemas respiratórios e alergias - na época da seca - e doenças como leptospirose e dengue, no período chuvoso.

Registra-se a grande importância da ampliação do Parque de Iluminação Pública do Distrito Federal, para o bem estar e segurança da população.

O Relatório apresentou as realizações dos diversos empreendimentos sob responsabilidade da SINESP; a situação do Planejamento e Projetos de Obras, convênios firmados com Órgãos do GDF e da União, contratos de financiamento e de repasse, acompanhamento ambiental e políticas de saneamento básico. Outros aspectos também foram tratados, quais sejam, a implantação e desenvolvimento de tecnologia da informação, com a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, e os avanços do Sistema InfObras.

Também foram abordadas as informações sobre a atuação do Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás – Corsap-DF/GO, Pessoa Jurídica de Direito Público, com natureza de autarquia do tipo associação pública, a que alude o art. 41, inciso IV, do Código Civil Brasileiro, que é formada pelo Distrito Federal, Estado de Goiás e por 19 municípios goianos que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE/DF.

A SINESP obteve uma melhora considerável no percentual de desembolso em comparação com o mesmo período de 2016. As obras tiveram avanços e ganharam rendimento ao longo do ano. Obteve-se, assim, melhor desempenho dentre os exercícios financeiros deste Governo, apesar das dificuldades e restrições impostas e da acentuada inexecução orçamentária, que ainda persiste, com referência às fontes externas, previstas pelos setores competentes em montantes que assegurariam: o desenvolvimento de contratações de grande porte, para as quais se anteviam (execução no exercício) andamentos normais, como as do Sol Nascente, Vicente Pires, Buritizinho, Porto Rico, Bernardo Sayão, Túnel Rodoviário de Taguatinga, as novas contratações previstas para determinados lotes dos Setores Habitacionais Bernardo Sayão e Vicente Pires e os certames projetados para empreendimentos integrantes do Corredor Oeste que necessitariam de tais aportes orçamentários.

Em relação a novos projetos e captações, registra-se o aumento significativo das captações das Emendas Parlamentares Federais. Também, no campo das captações, importante ratificar o intenso trabalho da equipe da SINESP no sentido de finalizar as aprovações do Programa Brasília Sustentável II, cujo valor está na ordem de US\$ 150 milhões de Dólares Americanos e conforme supracitado, encontra-se em fase final de apresentações de documentos por parte do GDF para aprovações no âmbito do Governo Federal.

Entre os resultados alcançados, destaca-se a finalização dos trabalhos de proposição das minutas dos Planos Distritais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. A SINESP, após a aprovação do Plano Distrital de Saneamento Básico (PDSB) pela comissão técnica, também auxiliou na instituição do Consab (Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal) como instrumento de caráter consultivo e articulador de controle social focado nos serviços de saneamento básico. O Consab permite através de suas diretrizes, a participação da sociedade organizada nos fundamentos previstos na Política Nacional de Saneamento Básico.

Merece destaque a atuação da SINESP na superação de pendências administrativas, tais como licenciamentos ambientais e outorgas, para execução de obras como Drenar DF (Faixa 1/2, Faixa 10/11 e Taguatinga), urbanização e instalação de infraestruturas em Setores Habitacionais, a saber: Bernardo Sayão, Porto Rico, Buritis, Vicente Pires, Sol Nascente e do Projeto Orla Livre, que também impactam as condições de saneamento das regiões afetadas no DF.

No que tange ao cumprimento das metas e diretrizes inerentes as Políticas de Gestão de Resíduos, é importante destacar o início da utilização do Sistema DOF, ferramenta integrante do Sistema de Gestão Florestal do Ibama, para realizar o controle das madeiras que são suprimidas e transportadas. No caso da Secretaria, madeiras provenientes das grandes obras de drenagem nos setores habitacionais, cujos serviços de supressão são prestados pela

NOVACAP. O DOF tem como objetivo principal, regular e controlar o transporte e comércio de madeira em todo o território nacional.

Durante o ano de 2017, o planejamento de execução das obras também teve que lidar com alguns desafios que atrasaram o cronograma previsto para suas execuções. Mesmo com o comparativo de 2015, 2016 e 2017, demonstrando com facilidade a enorme evolução das obras e por consequência dos desembolsos vinculados aos contratos de financiamentos, os desafios ainda são eminentes e é necessário melhorar das ações para se conseguir acompanhar o planejamento de desembolsos acordados com os Agentes Financiadores e Gestores. As barreiras de projetos e interferências nas obras precisam ser vencidas com maior celeridade. A constante adequação de projetos, associada à problemática fundiária do Distrito Federal, ocasionando o retorno ao órgão ambiental de projetos já analisados e aprovados, por força de comando da Licença Ambiental, é a causa raiz dos grandes entraves na execução dos empreendimentos. As muitas adequações e as sucessivas reconfigurações de cálculos, locais e relatórios gerou um esforço muito grande de todos os interessados para o andamento das obras.

No quesito informação, a SÍNEP destaca 501 atendimentos à imprensa, além de 43 matérias divulgadas no sitio da Secretaria, sempre informando à população sobre o andamento das obras e outras atividades desenvolvidas por esta Pasta. Em cumprimento à Lei de Acesso à Informação, a SÍNEP também disponibilizou, no sitio eletrônico, informações sobre todas as ações, programas, contratos, estrutura, entre outros assuntos de sua competência. Por essa ação, a secretaria ficou em primeiro lugar no ranking de transparência ativa, pelo segundo ano consecutivo.

Ainda no que diz respeito à prestação de informações, a SINEP recebeu, via Sistema de Ouvidoria (OUV-DF), 39 manifestações ao longo do ano de 2017, sendo que 22 foram referentes a reclamações, sobretudo quanto ao andamento das obras de urbanização de Vicente Pires e do Sol Nascente. Destaca-se que somente nos meses de novembro e dezembro foram 14 registros. Em todos os casos os cidadãos foram informados do prazo e problemas que prejudicaram o cronograma de execução, como as chuvas, típicas dos referidos meses. Os outros 17 registros foram: 8 solicitações, 5 denúncias, 2 sugestões, 1 informação e 1 elogio. No Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (E-sic), meio usado para se ter acesso à informação geral e pública de dados e documentos sob a guarda dos órgãos públicos, foram respondidas 17 solicitações. E para que o cidadão saiba quais são as atividades desenvolvidas pela SINEP, foi disponibilizado no sitio eletrônico a Carta de Serviços e, no momento, o órgão trabalha no aprimoramento da versão online.

No âmbito do controle externo e interno, no exercício de 2017 a SINEP foi diligenciada por inspeções realizadas pela Controladoria Geral do Distrito Federal – CGDF, pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF e por iniciativas da Unidade de Controle Interno – UCI, ademais, permanecem instituídas Comissões Permanentes de Tomada de Contas Especial, de Sindicância e a Comissão de Ética.

Desse modo, em 2017, determinou-se a instauração de: 03 Procedimentos de Investigação Preliminar; 04 Sindicâncias, sendo 02 por meio da Comissão Permanente e 02 por meio de Comissões Especiais; 03 Processos Administrativos Disciplinares, e 02 Processos Administrativos de Fornecedores e 01 Tomada de Contas Especial. No que se refere as ações afetas à procedimentos de controle e/ou apurações, esta Secretaria encerra o ano com registro das seguintes ações: Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão governamental, do Programa Temático 6210 - Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental; Análise de atos e fatos relacionados à execução de pavimentação asfáltica, meios-fios, drenagem pluvial e execução de Obras de Artes Especiais no Sol Nascente e Análise de Contratos de Financiamento e Repasse do Programa Pró-Moradia II.

Para o exercício de 2018, a Secretaria elencou, entre outras, as metas de conclusão das obras de execução de pavimentação asfáltica, meios – fios, drenagem pluvial e execução de obras

de artes especiais, nos Lotes 06 e 07 de Vicente Pires; de conclusão das obras de execução de pavimentação asfáltica, blocos intertravados, meios-fios e drenagem pluvial no Setor Habitacional Buritizinho e nos Trechos 1 e 2 do Setor Habitacional Sol Nascente; das contratações do Drenar DF – Lote 2 e 3; do Drenar Taguatinga – Lotes 1, 2 e 3; de Construção de Centros de Iniciação ao Esporte, em Santa Maria e Sobradinho II; além da revisão e atualização dos projetos e orçamentos do Setor Habitacional do Pôr do Sol visando sua plena regularização fundiária e urbanística.